

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA – PPGSCA**

MIKAEL MOISES PIRES LINDOSO

HÁ UM PAÇO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

(Breve análise processual da memória social, história e identidade manauara entre os anos de 1870 a 2016 em torno do Paço Municipal, sob a perspectiva eliasiana).

MANAUS-AM

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA – PPGSCA

MIKAEL MOISES PIRES LINDOSO

HÁ UM PAÇO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

(Breve análise processual da memória social, história e identidade manauara entre os anos de 1870 a 2016 em torno do Paço Municipal, sob a perspectiva eliasiana).

Dissertação, primeiro capítulo, apresentado programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura (defesa).

Orientador: Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos

MANAUS-AM

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P667h Pires Lindoso, Mikael Moises
Há um paço entre a memória e a história : Breve análise processual da memória, história e identidade manauara entre os anos de 2012-2016 em torno do Paço Municipal, sob a perspectiva eliasiana / Mikael Moises Pires Lindoso. 2018
161 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Gláucio Campos Gomes de Matos
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Memória. 2. Identidade. 3. Paço Municipal. 4. Manaus. 5. Micro-história. I. Matos, Gláucio Campos Gomes de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MIKAEL MOISES PIRES LINDOSO

HÁ UM PAÇO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

(Breve análise processual da memória, história e identidade manauara entre os anos de 2012-2016 em torno do Paço Municipal, sob a perspectiva eliasiana).

Manaus, ____ de setembro de 2018.

Banca examinadora:

Prof.º Dr.º Gláucio Campos Gomes de Matos
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.º Dr.º Odenei de Souza Ribeiro
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof.º Dr.º Nilton Paulo Ponciano
Instituto Federal do Amazonas - IFAM

Prof.ª Dr.ª Heloísa Helena Corrêa da Silva
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.ª Dr.ª Davi Avelino Leal
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

DEDICATÓRIA

Dedico os devaneios a seguir a minha teimosia que sempre caminha, passo a passo, a impulsionar o meu próximo passo.

AGRADECIMENTOS

Em ordem cronológica, do mais antigo ao mais recente, ao professor Luis Bitton Telles da Rocha, por ter sido a primeira pessoa que apoiou no processo de construção da minha identidade de Historiador, sempre me convidando para estudar em São Paulo e eu sempre a recusar. Obrigado pelo apoio e pelo espólio acadêmico a mim doado após a sua aposentadoria. Ainda me emociono ao segurar uma, dentre as inúmeras apostilas, que foram utilizadas nas aulas. Não foi apenas um mestre, mas um tutor.

À minha companheira de front, que já enxugou tantas lágrimas por mim derramadas, Emma Paula Chavez Diniz. O ser humano que mais permeia as minhas memórias.

A mestra Heloísa Helena Corrêa da Silva, que participou de todas as etapas do processo de construção dessa dissertação, como presidenta da banca organizadora do certame, como professora, como um notável ser humano que estendeu a mão quando me encontrei órfão de orientador, como membro da banca examinadora e agora como uma companheira de academia.

Ao mestre Gláucio Campos Gomes de Matos, que de uma dúvida sobre o pensando de Norbert Elias, floresceu uma orientação. Passei a conceder mais crédito ao acaso. Com o passar do tempo, passei a usar o termo mestre para me referir ao Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos e comentei o motivo. Expliquei para ele, que para mim ele era o mestre e eu, seu aprendiz, passados dois anos do primeiro contato, ainda continuo sendo seu aprendiz e sempre serei.

Ao mestre Nilton Paulo Ponciano, que de um encontro ocasional, em um sábado letivo, no Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro – CMC, uma parceria e amizade passaram a ser construídas nas conversas que tivemos e ainda temos. Grato pela humildade de sempre colocar seu saber a disposição de todos. Uma referência profissional para mim no IFAM.

Ao mestre Odenei de Souza Ribeiro, por sempre disponibilizar o seu saber e sua energia de ensinar aos alunos e orientandos. Numa conversa entre colegas de mestrado, me fizeram a seguinte pergunta: Por que você escolheu o professor Odenei para sua banca? Respondi, o conhecimento avança quando dialogamos com outros pensamentos, caso não houvesse a diversidade no pensar e no agir, provavelmente, eu e você ainda estaríamos batendo pedra contra pedra em alguma caverna por aí. Grato por proporcionar outras possibilidades de compreensão do mundo.

*Todos nós, sempre estamos a um
passo entre a memória e a história.*

Mikael Lindoso

RESUMO

O texto produto de pesquisa da presente dissertação é intitulado - Há um paço entre a memória e a história, detentor da proposta temática, Breve análise processual da memória social, história e identidade manauara entre os anos de 1870 a 2016 em torno do Paço Municipal, sob a perspectiva eliasiana da lembrança e do esquecimento - buscou, como objetivo geral, elaborar uma interpretação histórica sob a perspectiva eliasiana da identidade do manauara, entre os anos de 1870 a 2016, tendo o Paço Municipal como referência. Construção histórica realizada mediante a interpretação analítica das políticas municipais desencadeadas pela Fundação Municipal de Cultural, no tocante, a revitalização do espaço público, denominado Paço da Liberdade, em específico e o projeto Passo a Paço, entre os anos de 2012 e 2016, dialogando com os eventos históricos ocorridos na cidade de Manaus. A pesquisa sofreu três recortes: no primeiro, a pesquisa busca compreender o significado do termo memória para a neurociência; no segundo, a pesquisa realiza uma relação entre o papel da memória na teoria eliasiana; no terceiro momento, analisa e sintetiza o processo de elaboração de símbolos identitários e quarto momento, elabora e narra uma biografia simbólica da construção mediante a perspectiva da micro-história italiana e indica o espaço analisado para a elaboração do Museu da cidade de Manaus.

Palavras chave: Memória, Identidade, Teoria eliasiana, Micro-história, Paço Municipal de Manaus, Museu.

ABSTRACT

The text research product of this dissertation titled - There is a space between memory and history, holder of the thematic proposal. Brief procedural analysis of the social memory, history and Manauara identity between the years 1870 to 2016 around the Municipal Hall, under the Eliasian perspective of remembrance and forgetfulness. It sought as general objective to elaborate a historical interpretation under the Eliasian perspective of the identity of the Manauara, between the years of 1870 to 2016, with the Municipal Hall as a reference. The historical construction carried out through the analytical interpretation of the municipal policies triggered by the Municipal Cultural Foundation, regarding the revitalization of the public space called the Paço da Liberdade, in specific, and the Passo a Paço project between the years of 2012 and 2016 in dialogue with historical events occurred in the city of Manaus. The research underwent three cuts, in the first, the research seeks to understand the meaning of the term memory for neuroscience, in the second, the research makes a relationship between the role of memory in the Eliasian theory, in the third moment, analyzes and synthesizes the process of elaboration of identity symbols and fourth, elaborates and narrates a symbolic biography of the construction from the perspective of Italian microhistory and indicates the analyzed space for the elaboration of the Museum of the city of Manaus.

Key words: Memory, Identity, Eliasian theory, Microhistory, Manaus City Hall, Museum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
APRESENTAÇÃO DO PRIMEIRO CAPÍTULO	14
1. O QUE É MEMÓRIA? SERÁ QUE EU AINDA ME LEMBRO?.....	16
1.1 BREVE HISTÓRICO DO ENTENDIMENTO HUMANO SOBRE MEMÓRIA	16
1.2 NO QUE CONSISTE A MEMÓRIA?.....	23
1.3. TIPOS DE MEMÓRIA	29
1.3.1 TIPOS DE MEMÓRIA COM BASE EM SUA FUNÇÃO	29
1.3.2 TIPOS DE MEMÓRIA COM BASE NO SEU CONTEÚDO.....	31
1.3.3 TIPOS DE MEMÓRIA COM BASE NA CAPACIDADE DE EVOAÇÃO COM BASE NO FATOR TEMPO	32
1.4. CONSOLIDAÇÃO, EVOCAÇÃO, ALTERAÇÕES DE MEMÓRIA, ESTADO EMOCIONAL E FÍSICO, LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO .	33
1.5 BREVE PONDERAÇÃO SOBRE TRANSTORNOS DE MEMÓRIA.....	38
APRESENTAÇÃO DO SEGUNDO CAPÍTULO	43
2. A MEMÓRIA NA LÓGICA PROCESSUAL.....	45
2.1 BREVES PONDERAÇÕES SOBRE A VIDA DE NORBERT ELIAS E SUA TEORIA PROCESSUAL	45
2.2 O BERÇO HISTÓRICO DE ELIAS	45
2.3 A ANAMNESE ELIASIANA	47
2.4 A TEORIA PROCESSUAL DE ELIAS	50
2.5 DA MEMÓRIA INSTINTIVA PARA A MEMÓRIA SÍMBOLICA	57
2.6 VALE LEMBRAR	62
2.7 DA MEMÓRIA SÍMBOLICA A CIVILIZAÇÃO DOS SÍMBOLOS.....	63
APRESENTAÇÃO DO TERCEIRO CAPÍTULO	70
3. A UM PASSO ENTRE A IDENTIDADE E A MEMÓRIA	72
3.1 O PARADOXO DE TESEU E O MEU <i>EU</i>	72
3.2 O PRONOME PESSOAL <i>NÓS</i> QUE CRIOU O MEU <i>EU</i>	77
3.3 OBJETOS SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS REFERENTES A IDENTIDADES.....	83
3.4 FIGURAÇÃO DO ESTADO NACIONAL, UM NOVO ENTENDIMENTO SOBRE OS PRONOMES, EU, NÓS E ELES.....	93
3.5 DOCUMENTO DE IDENTIDADE, POR FAVOR.....	99
APRESENTAÇÃO DO QUARTO CAPÍTULO	108
4. HÁ UM PAÇO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA.....	109
4.1 UMA CONQUISTA A FERRO E ARCO EM NOME DE DEUS	109
4.2 A CONQUISTA DA AMAZÔNIA PELOS BRASILEIROS	113
4.3 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE MANAUS	117
4.4 DUAS LEMBRANÇAS PARA A MESMA MEMÓRIA	119
4.5 HÁ UM PAÇO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA.....	123
4.5.1 OS PRIMEIROS PAÇOS DE MANAUS	123
4.5.2 HÁ UM PAÇO PARA MANAUS	127
4.6 A UM PASSO DO MUSEU.....	138
4.7 UM PASSO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA, ENTRE A LEMBRANÇA E O ESQUECIMENTO, ENTRE MANAUS E NÓS	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

DOCUMENTOS OFICIAIS	146
APÊNDICE A – PARECER TÉCNICO	147

INTRODUÇÃO

Um dos mitos que ainda é reproduzido, quando se aventura na seara científica, é que, o saber, produzido pela ciência, é imparcial. Mas, quando o pesquisador se depara com o pensamento eliasiano, o mito se torna uma ficção, longe de atender um anseio concreto da sociedade. Portanto, passa a compreender que não há a pretensa separação cartesiana entre o objeto em estudo e o pesquisador. A ciência não é imparcial, mas busca ser, e entre o que somos e o que buscamos ser, se faz necessário darmos muitos passos.

No decorrer dessa jornada de passos, que podemos compreender como existência, o pesquisador se deparou com o Paço Municipal de Manaus.

Foi nesse espaço que exerceu o ofício de historiador e, no transcurso desse processo laboral, passou a conjecturar a existência de uma teia invisível resistente às intempéries do tempo e das figurações sociais que amarrava as pessoas da cidade de Manaus. Essa suspeita se transformou em dúvida, em inquietação, em curiosidade, em noites de insônia e por último, até o prezado momento, na dissertação a seguir.

A pesquisa, a seguir, visa revelar essa rede, quase imperceptível, que conecta os indivíduos da figuração de pronomes pessoais, denominada de Manaus, sendo que, essa teia tem como espaço dispersor desses fios que nos conecta um espaço, o Paço Municipal de Manaus.

A dissertação não se limita a assoprar pó de carvão para apontar a existência dessa rede, mas buscar o seu desenvolvimento, suas consequências e como eu, você e todos nós estamos conectados a uma das redes, ou em várias, de que possamos, conscientemente, perceber.

O texto foi dividido em quatro etapas, pois, utiliza como bússola teórica a lógica processual de Norbert Elias, sendo que, esse pensador compreende que a observação em retrospectiva, de longa duração, e se faz necessário para compreender as etapas do momento presente, a estrutura do texto também. Do estudo da memória, do ponto de vista da neurociência, do estudo da lógica processual a construção da identidade, do estudo de um Paço um espaço para um museu; e para no fim, voltar a perceber que

podemos até notar o ponto do fio que nos conecta, mas nunca de onde este começa.

Antes de prosseguir na leitura, vale ressaltar que o autor optou por elaborar uma pequena apresentação com relação a cada um dos capítulos elaborado, na intenção de facilitar a fluidez da compreensão da proposta.

APRESENTAÇÃO DO PRIMEIRO CAPÍTULO

O presente trabalho necessita de uma apresentação, e logo nos vem à mente que, se um trabalho precisa de uma breve introdução é porque a pesquisa não foi “bem feita”. É uma possibilidade válida, no entanto, espera-se que não seja o caso aqui em questão. Na realidade, faz-se preciso uma apresentação da pesquisa em decorrência da visão cartesiana que visa sempre isolar e analisar um determinado objeto ou determinado campo conhecimento.

Por conseguinte, tentar compreender a proposta a seguir, mediante essa perspectiva, não é possível, visto que, a dissertação a seguir não pode ser considerada uma pesquisa histórica, apesar de dialogar com a história; também não pode ser considerada um estudo de neurociência, apesar de utilizar termos, conceito e noções dessa área do conhecimento; e não é uma pesquisa de cunho sociológico, mesmo tendo como referencial teórico, um sociólogo.

Mas, afinal, do que se trata a pesquisa a seguir?

Tem como proposta, acima de tudo, encontrar respostas para as inquietações do pesquisador que são as seguintes: O que são patrimônios históricos? Por que sou manauara? O que faz ser o que sou?

Para perguntas como essas, foi necessário o diálogo entre vários saberes, a história, a neurociência, a sociologia processual de Norbert Elias e até a psicologia, com indecifrável inconsciente, para o possível encontro das respostas.

Da história, buscamos rastrear um ponto de partida para a jornada humana no planeta Terra, e da neurociência tenta-se compreender, mesmo que brevemente, a dinâmica do órgão nos faz humano, o cérebro.

Da sociologia processual, busca-se a compreensão que nós não somos o começo ou o fim do processo denominado civilizador, mas partimos de um, e que ninguém sabe especificar a sua gênese e nem qual será o seu fim; da psicologia, que nossa mente opera em camadas que não somos capazes de acessar livremente, um espaço construído ao longo de processo

civilizador denominado de inconsciente e se você não consegue acessar o inconsciente é sinal de que ele está funcionando corretamente.

A pesquisa pode ser compreendida como um estudo no seio das ciências humanas, pois, o objetivo geral é compreender a identidade de cidade, a qual milhões de pessoas convivem e que, o próprio pesquisador reside, um paradoxo de Teseu amazônico.

Posto isso, segue em breve resumo, o modo como dissertação foi fragmentada, em seus quatro capítulos. O primeiro referente trata sobre o que é memória. No segundo, será abordada a lógica da sociologia processual proposta por Norbert Elias. Na terceira parte, a leitura do processo de construção das identidades coletivas em torno de objetos construídos, simbolicamente. E por fim, no último trecho, narra-se a construção de uma identidade na cidade de Manaus mediante a relação entre os fatos históricos e o Paço Municipal, com base na obra Otoni Mesquita e Antônio Loureiro.

1. O QUE É MEMÓRIA? SERÁ QUE EU AINDA ME LEMBRO?

1.1 BREVE HISTÓRICO DO ENTENDIMENTO HUMANO SOBRE MEMÓRIA

Para elaborar um texto, como o a seguir, nos é necessário saber escrever, ler e ter coordenação motora, para podermos digitar no teclado do computador e saber, além disso, as regras da língua portuguesa, por exemplo. Para ter todo esse arsenal de informações e conhecimento foram necessários anos de um processo de domesticação humano cego, sem rumo e de pouca noção de direção, denominado processo civilizador.

Na mais breve infância nos ensinaram os primórdios da linguagem, “*diga papai ou mamãe*”, e todos nós repetimos essa sentença, assim, como fazemos agora com nossos filhos.

Nos primeiros anos escolares, nos foi fornecido um universo de lápis coloridos, onde podíamos preencher com cores os espaços vazios pré-determinados e inocentemente realizávamos a tarefa. Já na adolescência, dos mistérios e das complexas abstrações das regras gramaticais que nos foram impostas em nosso inconsciente mediante a leitura de textos, considerados clássicos da nossa literatura, e o fato de que nunca pudemos confundir *mais* com *mas*.

Pois bem, sem percebermos, mas às vezes suspeitando dessa domesticação, todos nós fomos autores e parte desse processo. O ser humano é o único ser que precisa domesticar a si próprio para que possa coexistir inserido em uma sociedade. Não confundir domesticação com instinto, o primeiro é adquirido, o segundo é inato.

O processo de domesticação humano que podemos compreender como processo civilizador, só foi possível em decorrência de duas capacidades humanas: a memória e a capacidade de gerar linguagem. Calma, todos nós, seres humanos, nascemos com predisposição a adquirir, reter e evocar informações, e com predisposição a estabelecer contato auditivo com o outro.

Imaginemos, por exemplo, que o ser humano é um computador, assim todo computador tem em sua memória os comandos básicos para operar um sistema operacional, seja, Linux ou Windows, o que os cientistas

da informação denominam de memória Basic Input/Output System – BIOS, essa memória é um pequeno programa inserido, de modo permanente, no computador, sendo executado sempre que apertamos o botão *ligar*, dos nossos notebooks. Sendo esse programa responsável pelo o suporte básico de acesso entre a parte física (hardware) e a digital (software) do aparelho, ele conecta a estrutura ao sistema operacional, vale observar que tecnicamente, esse, pode até ser reprogramado, porém, não pode ser desinstalado, caso ocorra, o aparelho ficará inutilizado, assim como um ser humano sem a capacidade de evocar lembranças, “*quem sou eu? A qual grupo pertença?*”.

Todos nós temos a nossa BIOS, que ao nascermos, começa operar: buscamos chorar para chamar a atenção dos pais, pois, se nos primórdios da espécie humana éramos presas de outros animais, por que, captar a atenção de nossos predadores ao nascer, no momento em que estamos mais vulneráveis? Porque emitimos o som, ao nascer, para nossos genitores, para os membros do nosso grupo, está em nossa memória.

Os bebês humanos são indefesos e durante muitos anos dependem dos mais velhos para sustento, proteção e educação. Esse fato contribuiu enormemente para as extraordinárias habilidades sociais da humanidade e, ao mesmo tempo, para seus peculiares problemas sociais. Mães solitárias dificilmente conseguiam obter comida suficiente para sua prole e para si mesmas tendo crianças necessitadas sob seus cuidados. Criar filhos requeria ajuda constante de outros membros da família e de vizinhos. É necessária uma tribo para criar um ser humano. A evolução, assim, favoreceu aqueles capazes de formar fortes laços sociais. Além disso, como os humanos nascem subdesenvolvidos, eles podem ser educados e socializados em medida muito maior do que qualquer outro animal. (HARARI, 2015, p.11).

Nessa memória inata, há, também, comandos básicos destinados para que o ser humano imite a sonoridade dos demais e um dos métodos de aprendizagem mais primordiais é a imitação. Quando pensamos nessa forma de conhecer o mundo, tendemos a compreender apenas a repetição física dos movimentos, como andar. Porém, a imitação acontece, também, quando emitimos um som e solicitamos ao outro que reproduza o mesmo som ou algo que tenha uma sonoridade similar.

Essas capacidades de buscar interagir com terceiros, de estabelecer contato sonoro com outros e assim estabelecer a coexistência em sociedade,

somente nos é possível em decorrência da nossa capacidade de adquirir, reter e evocar informações, ou seja, da memória. Mas, não mais da memória que denominamos, no exemplo, de *BIOS*, mas, de outra memória, uma mais complexa e abrangente, uma do tipo que podemos classificar, de acordo com o tempo, ou com a função, ou com o tipo de informação, ou com base no nível de acesso consciente da informação. Uma memória que simplesmente os neurocientistas denominam de *memória*.

Mas, a partir de que momento a ciência passou a compreender e a estudar a memória? Há pouco tempo, apesar de que outras áreas do conhecimento já haviam tecido algum entendimento sobre o tema. Nada contra as demais áreas do conhecimento, porém, devido à limitação da dissertação imposta por seus objetivos no projeto de pesquisa e, em decorrência da incapacidade do autor desse texto compreender o conceito de memória de acordo com todas as áreas de pesquisa, não haveria espaço em minha memória para tal ação, permita-me o trocadilho.

A dissertação limitará o recorte histórico das pesquisas científicas, sobre o assunto abordado, a partir do século XIX. Este recorte realizado, não quer supor ou induzir que, em momentos anteriores, pensadores não refletiram sobre o assunto. No entanto, somente no século XIX, a ciência, como a compreendemos, passou a analisar a memória humana, portanto, o recorte temporal se inicia no século XIX e se interrompe no início do século XXI.

O que seríamos sem a memória? Será que temos a resposta em nossa memória? Podemos entender que sem a memória, “Sem ela, não seríamos capazes de falar, ler, identificar objetos, orientar-nos no ambiente ou manter relacionamentos pessoais.” (Foster, 2011, p. 7). Como podemos perceber, sem essa habilidade não seríamos seres humanos, seríamos apenas *homo sapiens*.

Porém, essa percepção sobre a memória só ganhou espaço nos meados do século XIX. Mas, por que somente nesse momento da História, passamos a analisar a memória? Não podemos alegar que o homem, antes do século XIX, não tenha buscado compreender o que seria essa habilidade ou capacidade. Filósofos, como Platão já tinha esboçado uma noção sobre o tema.

Desde o período clássico, foram criados diferentes modelos do funcionamento da memória. Por exemplo, Platão a via como uma tabuleta de cera na qual impressões podiam ser feitas, ou codificadas, que seriam depois armazenadas, para que mais tarde fosse possível voltar a elas (ou seja, as memórias) e evoca-las. Essa distinção tripla entre codificar, armazenar e evocar permanece entre os cientistas até hoje. (FOSTER, 2011, p. 12).

Distintos pensadores contribuíram para a expansão do entendimento sobre o assunto, além de Platão, porém, eram olhares empiristas, fruto da observação e de um esquema lógico dedutivo que nem sempre encontrava ressonância com a sincronia biossocial humana.

Outros filósofos do período clássico associavam as memórias a pássaros em um viveiro ou a livros em uma biblioteca, ressaltando a dificuldade de recuperar as informações depois de terem sido arquivadas – isto é, de pegar o pássaro certo ou de localizar o livro desejado (FOSTER, 2011, p. 12).

No século XIX, a era do progresso material humano, a ciência vai adentrar o cotidiano das civilizações, num processo cego, lento e gradual, que começou com a Revolução Científica, no século XVII, tornando-se a principal detentora das questões expostas e impostas pelos homens em seu tempo e espaço. Não será mais a teologia que explicará os caprichos humanos, as virtudes e os pecados, nem a filosofia que explicará o relacionamento do eu com o mundo e as relações de poder e é nesse contexto que o paradigma da razão científica será a principal fonte para os questionamentos humanos, dentre eles, ‘como funciona a memória?’

Os teóricos e cientistas, do século XIX, passaram a compreender a memória como um processo seletivo e interpretativo, não mais como um sistema passivo de armazenamento de informações ou conteúdos. Perceberam que nós, depois de aprendermos e termos armazenado novas informações, podemos selecionar o modo como vamos interagir essas memórias, para assim, fazermos melhor uso do que aprendemos e lembramos.

É possível que esta seja uma das razões pelas quais os especialistas em xadrez tenham mais facilidade de lembrar da posição das peças no tabuleiro, ou por que os torcedores de futebol achem mais fácil lembrar de todos os placares do final de semana:

graças ao seu vasto conhecimento e às conexões entre os diferentes elementos desse conhecimento. (FOSTER, 2011, p. 13).

Perceber a memória como um processo, e não mais como um mero depósito de informações, mudou a orientação dos pesquisadores, desde o século XIX até o presente momento, pois, os cientistas passaram a considerar que os mecanismos da memória, que acreditavam, até então, serem estáticos, eram passíveis de serem descritos, quando entendidos como uma atividade, como um processo dinâmico do que apenas um depósito de conteúdos.

O primeiro pensador a compreender a memória como processo foi Hermann Ebbinghaus, no idos do último quarto do século XIX. Os estudos, realizados por esse pesquisador, demonstraram que o índice de esquecimento dos conteúdos armazenados é mais ou menos exponencial, logo, dinâmico, não estático.

Ele estudou 169 listas de treze palavras sem sentido. Cada sílaba era formada por um trio de consoante-vogal-consoante “sem sentido” (por exemplo, PEL). Ebbinghaus estudou cada uma dessas listas em intervalos que iam de 21 minutos a 31 dias. Ele estava especialmente interessado em saber quanto esquecimento havia ocorrido ao longo daquele período e usava uma “tabela de economia” (isto é, de quanto tempo levava para reaprender a lista) como medida de quanto havia esquecido. (FOSTER, 2011, p. 14).

Outra descoberta significativa, realizada por Ebbinghaus, foi que, mesmo as informações perdidas ao longo do tempo, podem ser reaprendidas com mais facilidade, por exemplo: se eu brasileiro, dediquei parte do meu tempo ao estudo da língua inglesa durante três anos, passados cinco após a última lição e voltar a estudar o mesmo estudo reaprenderei com maior facilidade o conteúdo. Com essa observação, Ebbignhaus, em sua obra *On Memory [Sobre a memória]*, publicada em 1885, concluiu que, partes das informações armazenadas não se encontram em nível consciente, mas inconsciente, em um local onde não temos acesso direto.

Isso significa que deve haver um traço residual dessas informações “perdido” no seu cérebro. Este ponto também, confirma a importante questão relativa ao conhecimento consciente em oposição ao conhecimento inconsciente, de que iremos tratar mais adiante: obviamente não estamos conscientes desse vocabulário de inglês “perdido”, mas resultados de pesquisas sobre a informações

preservadas indicam que deve haver alguma retenção da memória gravada em nível inconsciente. (FOSTER, 2011, p. 15).

A noção estática da memória, para um processo dinâmico, interpretativo e seletivo avança no século XX, com Frederick Bartlett, na publicação da sua obra *Remembering [Lembrar]*, em 1932. Em suas pesquisas, Bartlett focou no conteúdo lembrado e não na quantidade das informações recordadas, como o demonstrado no século anterior.

Os estudos realizados por Bartlett mostraram que cada indivíduo possui a capacidade de recordar eventos de forma particular, percebeu que existe uma diferença entre decorar listas de sílabas sem sentido e lembrar fatos e episódios, ou seja, o enfoque das pesquisas sobre memória passou a ser qualitativo. Pois, para Bartlett:

Bartlett descobriu que os indivíduos recordavam de cada história à sua própria maneira, mas também percebeu algumas tendências gerais:

- quando lembramos, as histórias tendiam a se tornar mais curtas;
- as histórias se tornavam mais coerentes: ou seja, as pessoas pareciam dar sentido a matérias não familiares e para isso faziam ligações entre essas matérias e suas ideias, conhecimento geral e expectativas culturais preexistentes;
- as mudanças feitas pelas pessoas quando se lembrava de uma história tendiam a estar associadas às reações e emoções que elas experimentaram quando a leram pela primeira vez. (FOSTER, 2011, p. 18).

A teoria proposta por Bartlett propõe que há um componente subjetivo no processo de codificação, armazenamento e evocação dos conteúdos a serem lembrados. Essa propositura expande o entendimento do termo memória e faz uma distinção, entre memória e lembrança. Logo, a memória abrange não somente capacidade de acessar e reproduzir informação, mas de interpretar e gerar novos conteúdos mediante a reconstrução de eventos armazenados.

O ato de lembrar não é a reativação de incontáveis vestígios fixos, sem vida e fragmentados. É uma reconstrução ou construção imaginativa feita a partir da relação entre nossa atitude e toda uma massa ativa de reações ou experiências passadas organizadas, e de um pequeno detalhe relevante que comumente surge em forma de imagem ou linguagem. E por isso é raro que seja exato, mesmo nos casos mais simples de recapitulação de rotinas... (BARTLETT, apud FOSTER, 2011, p. 23).

O ato de lembrar é um processo social, pois:

A maioria dos mamíferos sai do útero como cerâmica vidrada saindo de um forno – qualquer tentativa de moldá-los novamente apenas irá rachá-los ou quebrá-los. Os humanos saem do útero como vidro derretido saindo de uma fornalha. Podem ser retorcidos, esticados e moldados com surpreendente liberdade. É por isso que hoje podemos educar nossos filhos para serem cristãos ou budistas, capitalistas ou socialistas, belicosos ou pacifistas. (HARARI, 2015, p.11).

Os avanços sobre o entendimento da memória humana prosseguiram e, no contexto atual, passamos a lembrar da memória como um objeto de estudo que nunca pode ser observado diretamente. A memória, somente é passível de observação indireta mediante uma alteração, observada na execução de uma tarefa que é projetada para medir a memória, sendo que a execução dessa tarefa sofre influência direta de fatores como: motivação, interesses, conhecimento geral, cultura e processos de raciocínio associativos de cada indivíduo.

As leituras para a pesquisa, no que tange à memória, foram conduzidas mediante a comparação entre grupos de participantes, podendo ser organizados de acordo com parâmetros culturais, sociais, etários, para que o evento passado ou manipulado ocorra para um grupo, mas não para os demais. Desse modo a sequência lógica se dispõe da seguinte forma:

...a única diferença conhecida e relevante entre os grupos de participantes é a presença ou ausência de memória do evento ou manipulação, presume-se que as diferenças observadas mais tarde entre os grupos são reflexo da memória do evento. (FOSTER, 2011, p. 26).

Os estudos contemporâneos, elaborados sobre a memória, tornaram viável analisar as características funcionais por trás da memória, de modo ordenado, mediante técnicas de observação e estatística que nos permitiram compreender o significado dos resultados obtidos em experimentos, cuidadosamente, controlados.

No Brasil, a neurociência e o estudo da memória encontram lugar nas instituições de pesquisa, em decorrência das pesquisas elaboradas pelo professor titular de Neurologia, Ivan Izquierdo, que atua no Centro de Memória, localizado no Instituto do Cérebro, na Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul e suas pesquisas no Instituto Nacional de Neurociência Translacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para Iván Izquierdo:

Nossa memória pessoal e coletiva descarta o trivial e, às vezes incorpora fatos irreais, Vamos perdendo, ao longo dos dias e dos anos, aquilo que não interessa, aquilo que não nos marcou: ninguém se lembra em que ano foi construída aquela casa feia do outro quarteirão ou onde morava aquele colega da escola com que tivemos pouco contato. Não costumamos lembrar sequer detalhes da tarde de ontem. Mas também vamos incorporando, ao longo dos anos, mentiras e variações que geralmente as enriquecem. (IZQUIERDO, 2011, p. 19)

Os estudos sobre memória e seus desdobramentos, realizados pelo o pesquisador supracitado, nortearam a dissertação presente, no tocante à compreensão científica sobre memória. Nesse breve histórico, nos foi possível analisar três compreensões que a ciência teve sobre o conceito de memória: no primeiro momento, como um mecanismo objetivo; noutro como um processo reconstrutivo e no contexto atual como o que nos torna humanos; ou seja, um processo constitutivo pessoal e coletivo; e por último, que uma das funções mais importantes da memória é esquecer. Vale sempre ressaltar que o autor realizou recortes e, assim, há outros pesquisadores sobre o assunto e outros entendimentos.

1.2 NO QUE CONSISTE A MEMÓRIA?

No que consiste a memória? Para a neurociência atual, consiste na essência do ser humano, ausente à capacidade de aquisição, retenção e evocação de episódios. Pode-se alegar que o homem, sem essa capacidade, não existe mais, pois é nessa instância biológica que foi e ainda é remodelada, ou como preferem alguns, reprograma pela segunda natureza, como defende Norbert Elias (1980), em seu tratado denominado Teoria Simbólica, pela natureza social, fruto da interação do indivíduo com o coletivo em uma figuração social, já estabelecida.

Sem falsa modéstia, podemos afirmar que somos mais que a soma daquilo que podemos lembrar, recordar e também esquecer. Pode nos parecer não familiar o fato de que a memória engloba o esquecimento, mas,

só esquecemos o que lembramos, e essa temática será abordada em outro momento da dissertação.

Não podemos fazer nada sem a memória. Não podemos andar, falar, interagir com o meio social ou sermos nós mesmos, sem essa instância biológica apropriada pela figuração humana, visto que, o conteúdo de nossas lembranças e esquecimento nos faz únicos, assim como cada ser possui seu duplo filamento de D.N.A. e isso nos faz particulares em relação aos demais. A memória segue o mesmo preceito.

Na memória podemos encontrar, conforme expressa Iván Izquierdo:

O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, como também nos permitem projetar o futuro; isto é, nos dizem quem poderemos ser. O passado contém o acervo de dados, o único que possuímos, o tesouro que nos permite traçar linhas a partir dele, atravessando, rumo ao futuro, o efêmero presente em que vivemos. Se não temos hoje a medicina entre nossas memórias, não poderemos praticá-la amanhã. Se não nos lembramos de como se faz para caminhar, não poderemos fazê-lo. Se não recebemos amor quando crianças, dificilmente saberemos oferecê-lo quando adultos. (IZQUIERDO, 2011, p.11).

Uma das chaves da evolução humana foi à capacidade de projetar objetos, simbolicamente construídos, e esses objetos se encontram na memória. O conjunto de lembranças e esquecimento, que possuímos, determina nossa personalidade, nosso modo particular de compreender a realidade, ou seja, nossa forma de ser no mundo.

Os animais possuem memória? Pode nos surgir essa dúvida, e a resposta, para esse questionamento, é positiva. Porém, no contexto ou no universo dos demais seres vivos a capacidade de aquisição, retenção e evocação está atrelada ao instinto de sobrevivência. Os animais em sua maioria, nesse caso, excluído o ser humano, usam a memória para localizar fontes de água, alimento, período de acasalamento, perigos iminentes. Ainda não encontramos outros animais, além do homem, que possuam uma memória simbólica.

Mas, o que seria essa memória simbólica? É a capacidade de internalizar o mundo social construído pelas figurações humanas.

Todos recordamos nossos pais, mas os pais de cada um de nós foram diferentes. Todos recordarmos, geralmente vaga mas

prazerosamente, a casa onde passamos nossa primeira infância; mas a infância de uns foi mais feliz que a de outros, e as casas de alguns desafortunados trazem más lembranças. Todos recordamos nossa rua, mas a rua de cada um foi diferente. Eu sou quem sou, cada um é o quem é, porque todos lembramos de coisas que nos são próprias e exclusivas e não pertencem a mais ninguém. (IZQUIERDO, 2011, p.12)

O que dá luz a um indivíduo, da nossa figuração social, é interpretação da memória simbólica que o mesmo faz. Mas, como nasce essa memória simbólica? Nasce da interação entre os membros da mesma espécie, no nosso caso, na inter-relação entre membros de um determinado grupo e todas as lembranças e esquecimentos que eles possuem e suas memórias. Pois, a predisposição natural, inata do homem, à interação com o outro desencadeia a construção da linguagem, sendo, a linguagem a matéria-prima dos objetos socialmente construídos.

Por exemplo, para a existência da percepção do homem como 'eu', é necessário, antes dessa capacidade perspectiva do ser em se compreender mediante o pronome 'eu', uma linguagem estabelecida pela figuração humana, a qual se encontra inserida antes do seu nascimento. Para existir o 'eu', antes existiu um 'nós', e esse 'nós' forneceu as ferramentas para a construção do 'eu', e essa ferramenta é o que conhecemos como linguagem.

As situações sociais que exigem que, para efeitos de comunicação, as pessoas indiquem claramente se a sua mensagem se refere a elas próprias, à pessoa interpelada ou a uma terceira pessoa no singular ou no plural, são recorrentes na vida e, por isso, na experiência dos grupos humanos. Neste caso, a estrutura da língua reflecte, de forma muito clara, a existência dos seres humanos em sociedade e não a natureza dos seres humanos ou a pessoa individual isolada. Reflecte a necessidade social recorrente de se exprimir, de modo claro, numa forma simbólica socialmente estandardizada, a relação entre o emissor e o receptor de uma mensagem ao qual a mensagem se refere. Neste caso, portanto, a configuração das pessoas envolvidas na emissão e na recepção de uma mensagem, e a posição que elas ocupam no interior da configuração, estruturam, claramente, a linguagem. (ELIAS, 1994, p.69).

Mas, o que seria a linguagem? O ser humano, ao nascer, não possui meios biológicos de garantir a sua existência de forma autônoma a uma figuração de pessoas. Não possuímos garras, nossa prole nasce prematura e requer toda a atenção de seus genitores. Somos presas fáceis, dentro do

sistema ecológico estabelecido pela natureza, sem a interação com o outro e um nós.

Para superar essa barreira, as figurações humanas, em um longo processo cego, desenvolveu a linguagem, ou seja, possibilitou aos vários 'eus' estabelecerem conexões que, por sua vez, desencadearam um nós. Porém, para que a linguagem perpetuasse a sua existência foi necessária à alteração do equipamento biológico, foi necessária uma revolução, a revolução cognitiva.

Revoluções sempre farão parte da história humana, dentre as quais a humanidade passou, podemos elencar três mais significativas (HARARI, 2015): a Revolução Cognitiva, que propiciou ao homem a construção da sua consciência, dando início à história, revolução essa que aconteceu há cerca de setenta mil anos; a Revolução Agrícola, que desencadeou a possibilidade do ser humano ter relativo domínio sobre a produção de seus alimentos, possibilitou o surgimento das primeiras civilizações, por volta de doze mil anos; e a Revolução Científica, que elevou a capacidade de compreensão humana da sua própria natureza e da realidade, a qual está inserida, e acabou por desencadear uma desassociação do homem frente à natureza.

Vamos nos ater a uma, a revolução cognitiva. Esta revolução permitiu aos agrupamentos humanos ultrapassarem o limite biológico, imposto aos primatas, no tocante da quantidade de membros em um determinado agrupamento, ou seja, essa revolução possibilitou a vida em sociedade, que é um problema sem a presença da linguagem. *Em condições normais, um típico bando de chimpanzés consiste de 20 a 50 indivíduos. À medida que o número em um bando de chimpanzés aumenta, a ordem social se desestabiliza, levando enfim à ruptura e à formação de um novo bando por alguns dos animais.* (HARARI, 2015, p. 26).

Os bandos de chimpanzés tendem a se desestabilizar ao atingirem o limite biológico, supracitado devido aos conflitos de interesse que surgem no seio do bando, disputas pela liderança, escassez de alimentos e controle das fêmeas aptas à reprodução são exemplos das querelas que surgem no âmbito do bando. Os conflitos, que surgem no bando, podem ser controlados pelo uso da força e ou pela formação de relações de dependência, entre o macho alfa e os demais machos, em decorrência do controle ao acesso as

fêmeas do grupo, ambos os controles têm suas limitações, devido o fato de não atender aos interesses de todos os membros do bando. Padrões similares, provavelmente, dominaram a vida social dos primeiros humanos, incluindo o *Homo Sapiens* arcaico (HARARI, 2015, p. 26).

A transformação no cognitivo, pela qual o *Homo Sapiens* passou, possibilitou que os grupos humanos compartilhassem a existência em bandos enormes, que ultrapassariam a casa das centenas. Mas, o que permitiu essa coexistência compartilhada entre um quantitativo cada vez maior de indivíduos? De pequenos grupos caçadores coletores a sociedades de cunho nacional? A coexistência em sociedade se deve a capacidade humana de criar realidades imaginadas, ou seja, mundos ficcionais, de compartilhamento de ideias abstratas, da criação do sentimento de pertencimento a algo superior aos limites do eu, ou seja, um nós. *Toda cooperação humana em grande escala – seja um Estado moderno, uma igreja medieval, uma cidade antiga ou uma tribo arcaica – se baseia em mitos compartilhados que só existem na imaginação coletiva das pessoas.* (HARARI, 2015, p. 28).

A Revolução Cognitiva desencadeou o processo de surgimento da segunda natureza. O conceito eliasiano, de segunda natureza, deu-se no curso do processo civilizador: o processo de alteração da estrutura biológica para a estrutura da personalidade dos homens, desencadeada pela interdependência e no processo de inter-relação dos membros de um grupo.

Vale ressaltar que, determinar o início do processo civilizador que, é um dos referências teóricos da presente dissertação, não é foco da mesma, bem como não foi o objetivo dos estudos de Norbert Elias. Com base na sua teoria processual das figurações humanas, o foco de observação do pesquisador e o caminhar do processo é a não gênese ou o término.

Compreensão similar possui (HARARI, 2015), no tocante, a gênese do processo da evolução humana. O que podemos compreender da Revolução Cognitiva é que:

a resposta mais provável é propriamente aquilo que torna o debate possível [sobre a revolução cognitiva]. [Que] O *Homo Sapiens* conquistou o mundo, acima de tudo, graças à sua linguagem única. [...] O surgimento de novas formas de pensar e se comunicar, entre 70 mil anos atrás a 30 mil anos atrás, constituiu a Revolução Cognitiva. O que a causou? Não

sabemos ao certo. A teoria mais aceita afirma que mutações genéticas acidentais mudaram as conexões internas do cérebro dos sapiens, possibilitando que pensassem de uma maneira sem precedentes e se comunicassem usando um tipo de linguagem totalmente novo. Poderíamos chamá-las de mutações da árvore do conhecimento. (HARARI, 2015, 38).

A invenção, criação ou construção da linguagem possibilitou a composição das inúmeras figurações humanas. Decorrente da linguagem, o mundo simbólico adentra a estrutura biológica humana, da memória, e esta passa se reproduzir de modo constante e cego no transcorrer de um longo processo histórico.

A capacidade humana de se estruturarem figurações, ou seja, em redes de interdependência e inter-relação, foi possível mediante a apropriação da remodelação, em parte, da memória e da capacidade dos humanos em elaborar uma linguagem (ELIAS, 1994).

A neurociência corrobora, com o entendimento eliasiano, sobre a relevância da memória e da linguagem para o desenvolvimento humano.

A memória humana é parecida com a dos demais mamíferos no referente a seus mecanismos essenciais, às áreas nervosas envolvidas e ao seu mecanismo molecular de operação; mas não no relativo ao seu conteúdo. Um ser humano lembra de melodias e letras de canções, ou como praticar Medicina; um rato, não. Os seres humanos utilizamos, a partir dos 2 ou 3 anos, a linguagem para adquirir, codificar, guardar e evocar memórias; as demais espécies animais, não. Mas, fora as áreas da linguagem, usamos mais ou menos as mesmas regiões do cérebro e mecanismos moleculares semelhantes em cada uma delas para construir e evocar memórias totalmente diferentes. (IZQUIERDO, 2011, p. 14).

Para Elias:

No caso da evolução, o instrumento principal de transmissão e transformação é uma estrutura orgânica designada "gene". No caso do desenvolvimento, o instrumento principal de transmissão e transformação são símbolos no sentido lato da palavra, incluindo não só o conhecimento, mas também, por exemplo, os padrões de comportamento e de sentimento. Inicialmente, a transmissão entre as pessoas através da língua foi a sua principal forma. (ELIAS, 1980, p. 24).

A memória, após a apropriação humana, passa a não somente, admitir, reter e evocar informações úteis e necessárias para a sobrevivência

do biológico, mas compartilha conteúdos essenciais, para permitir a sobrevivência dos homens em uma figuração.

Os golfinhos ajudam-se uns aos outros quando passam por dificuldades. Os humanos, embora às vezes pareça o contrário, também. Procuramos laços, geralmente culturais ou de afinidades e, com base em nossas memórias comuns, formando grupos: comarcas, tribos, povos, cidades, comunidades, países. Consideramo-nos membros de civilizações inteiras e isso nos dá segurança, porque nos proporciona conforto e identidade coletiva. Nós sentimos apoiados pelo resto do grupo, chama-se este família, bairro, cidade, país ou continente. Os europeus e norte-americanos, por exemplo, claramente pertencem à Civilização Ocidental. Mas dentro desta, pertencem de maneira mais entranhável aos grupos que sentem mais próximo porque compartilham uma série de memórias e uma história. (IZQUIERDO, 2011, p. 13).

O termo memória, e o seu conceito, dificilmente nos remonta a complexidade aqui exposta. Em nível de senso comum, memória se resume a lembrar. Porém, não lembramos que ao digitar uma dissertação estamos utilizando uma memória motora, que, quando ao converter a pressão dos dedos em um teclado, fazemos uso de uma memória simbólica, ao conectar símbolos e os transmutar em signos linguísticos que geram palavras, ou seja: a linguagem.

1.3. TIPOS DE MEMÓRIA

Nesse momento da dissertação iremos analisar os tipos de memória existentes, com base em sua função, conteúdo e no tempo de persistência da informação na mente dos seres humanos.

1.3.1 TIPOS DE MEMÓRIA COM BASE EM SUA FUNÇÃO

Ao elaborarmos uma classificação da memória, com base em sua função, podemos encontrar duas memórias de trabalho: sendo uma responsável por gerenciar a realidade, separar as lembranças passadas, os conteúdos de outros momentos da presente realidade; e outra memória destinada a identificar a relevância da informação quando há necessidade ou não de guardar aquela informação por um tempo mais prolongado.

A memória de trabalho¹ é a que conecta o homem a realidade, é a ponte entre a mente e suas fantasias, lembranças e esquecimentos e o material. Qualquer dano no cérebro, mais especificamente no córtex pré-frontal, que é a porção mais anterior do lobo frontal, compromete permanentemente o ser humano, como no caso dos pacientes esquizofrênicos (IZQUIERDO, 2011). Nos momentos finais desse capítulo, trabalharemos os transtornos da memória.

Para compreender melhor a dinâmica dessa memória trabalho, vamos aos exemplos:

Usamos memória de trabalho, por exemplo, quando “conversamos” na consciência por alguns segundos a terceira palavra da frase anterior (que a esta altura, já esquecemos). A retenção dessa palavra só serviu para conseguir entender essa frase, seu contexto e o significado do que veio a seguir. Usamos a memória de trabalho quando perguntamos para alguém o número de telefone do dentista: conservamos esse número o tempo suficiente para discá-lo e, uma vez feita à comunicação correspondente, o esquecemos. (IZQUIERDO, 2011, p. 25).

A memória de trabalho também é usada em momentos onde a iminência de um dano significativo se aproxima, como quando nos deparamos com um animal selvagem e ameaçador, que representa um risco a nossa integridade. É nessa memória que nós encontramos os mecanismos programados de esquivar e fuga. Ao nos depararmos em uma caminhada matinal, na rua da nossa casa, diante de um cão raivoso, não pensamos, apenas agimos, buscamos nos esquivar do possível dano e batemos em retirada para um espaço onde a possibilidade de dano será mínima, ou passível de ser minimizado.

Podemos entender a memória de trabalho como uma memória gerencial, conectando todas as demais memórias ao presente e concebendo respostas. Ao pular o muro para fugir do cão, muitos de nós, após o episódio, refletimos, como eu fiz isso? A resposta está na memória de trabalho.

O papel gerenciador da memória de trabalho decorre do fato de que esta, no momento de receber qualquer tipo de informação, de determinar, entre outras coisas, se essa informação é nova ou não e, em último caso, se é útil para o organismo ou não. Para fazer

¹ A memória trabalho consiste na capacidade da consciência processar as informações, por

isso, a memória de trabalho deve ter acesso rápido às memórias preexistentes no indivíduo; se a informação que lhe chega é nova, não haverá registro dela no resto do cérebro, e o sujeito pode aprender (formar uma nova memória) aquilo que está recebendo do mundo externo ou interno. (IZQUIERDO, 2011, p. 27).

1.3.2 TIPOS DE MEMÓRIA COM BASE NO SEU CONTEÚDO

Outra forma de classificar, ou catalogar, a memória é quanto ao seu conteúdo. Com base nesse termo, como critério, podemos ter dois tipos de memórias: declarativas e procedurais. As primeiras, as declarativas, são as informações que lembramos quando solicitadas, por exemplo, nome, endereço entre outros. A segunda refere-se às lembranças que, prontamente, respondemos ao sermos solicitados, porém, não sabemos muito bem a origem da lembrança solicitada, por exemplo, o andar: sabemos andar, mas quando começamos é praticamente impossível.

As memórias declarativas consistem em lembranças, nas quais, quem as evoca encontra-se inserido nas mesmas. Estas se subdividem em outras, denominadas de memória episódica, ou autobiográfica, e memória semântica. As lembranças de eventos como a formatura de um graduado, é uma memória episódica. Agora, a lembrança do que foi aprendido durante os anos de graduação, é semântico.

Vale ressaltar que, toda memória declarativa é autobiográfica, pois, referem-se sempre a passagem na trajetória dos indivíduos. *“As memórias episódicas são caracteristicamente humanas, e a literatura sobre sua estrutura temporal ou psicológica refere-se a humanos quase na totalidade.”* (IZQUIERDO, 2011, p. 30).

Os conteúdos armazenados nas memórias procedurais, ou de procedimentos, englobam as capacidades ou habilidades motoras e sensoriais que, comumente, compreendemos como hábito. No hábito de escrever com um lápis, por exemplo, ao escrevermos não refletimos sobre o modo correto de segurar um lápis, ou nos perguntamos qual o formato da letra x, apenas escrevemos a letra. O que ressalta a atenção dos pesquisadores desse tema, que é a memória, e a aquisição desses hábitos, pois, em geral, estes são adquiridos de maneira implícita, mais ou menos

automático, tornando-se explícito quando o hábito é exercido, como o ato de escrever.

As memórias de procedimentos possuem uma subdivisão que consiste em implícitas e explícitas. “*As memórias adquiridas sem a percepção do processo denominam-se implícitas. As memórias adquiridas com plena intervenção da consciência se chamam explícitas.*” (IZQUIERDO, 2011, p. 31). Nas memórias de procedimentos implícitas podemos, também, localizar os rastros do processo civilizador, proposto por NORBERT ELIAS (1990), pois, escrever nos parece natural, mas não nascemos com a capacidade e habilidade motora de segurar um lápis e escrever, é um hábito aprendido que se faz parecer natural. Assim, a língua materna segue a mesma lógica do ato de escrever.

1.3.3 TIPOS DE MEMÓRIA COM BASE NA CAPACIDADE DE EVOAÇÃO COM BASE NO FATOR TEMPO

No tocante, ao tempo de duração, as memórias podem ser classificadas em curta, longa e remota. O tempo de permanência da lembrança é condicionado pela relevância que a informação possui, para o contexto do indivíduo. Portanto, guardar um número de telefone do consultório médico para um exame de urgência, apenas para marcar uma consulta, não é relevante para a existência do ser, mas, ter sempre “*na memória*”, o telefone de sua mãe, pela qual nutre enorme carinho, é importante para o indivíduo. Como é plausível compreender que, o tempo de duração está atrelado à relevância do conteúdo para o indivíduo, e suas relações sociais.

Para simplificar: a memória de curta duração perdura entre uma a seis horas. Caso a informação seja considerada importante, pela memória de trabalho, o conteúdo desta memória é armazenado como de longa duração, podendo durar dias, meses e anos. Na hipótese de que, a informação, seja classificada como essencial para o indivíduo e suas relações sociais, essa se torna uma memória remota. Vale ressaltar que, o processo de classificação de duração de uma memória, não é biológico, é social, ou seja, é o indivíduo

que seleciona o conteúdo a ser arquivado, e que os parâmetros de escolha não são somente individuais, são frutos das suas relações sociais.

1.4. CONSOLIDAÇÃO, EVOCAÇÃO, ALTERAÇÕES DE MEMÓRIA, ESTADO EMOCIONAL E FÍSICO, LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO

Agora, que foi possível entender melhor o termo memória e suas classificações básicas, vale ressaltar que existem outros parâmetros de enquadramento para a memória, visto que, cada pesquisador imprime na classificação das memórias, suas lembranças, sua cultura, seu processo civilizador, logo, em uma sociedade compartimentalizada como a Ocidental existe uma pluralidade de memórias, em sociedades tidas como tradicionais - à identidade *nós*, tem peso mais evidente, e existe a memória compartilhada.

Os estudos sobre memória abrangem mais que a rotulação das lembranças e nossa capacidade de evocação, eles englobam a consolidação, as alterações, o impacto do estado emocional e físico nos processos de evocação, consolidação, lembrança e esquecimento, tema que será abordado a seguir.

Como nós nos lembramos das coisas? Quando uma informação nos é posta, em nossa realidade, imediatamente o conteúdo é analisado e gerenciado pela memória de trabalho. Caso seja relevante à retenção da informação, impulsos elétricos e reações neuroquímicas, sinapses², são enviados aos neurônios³ para que esses se ordenem de modo específico, destinado a guardar o conteúdo. A relevância da informação determinará as quantidades de impulsos elétricos, e dos neuroquímicos, destinados à rede neural que arquivará o conteúdo desejado. Porém, no desencadear desse processo, é possível que ocorra interferência de elementos que possam alterar o conteúdo da informação armazenada, como por exemplo, o uso de drogas, o estado emocional ou físico.

² Sinapse, nesse contexto, significa zona de contato entre neurônios onde se realizam trocas de informações neuroquímica e elétricas. Nota do autor com base na obra Memória de Ivan Izquierdo, 2011.

³ Neurônio, nesse contexto, significa é a célula especializada em transmitir e retransmitir impulsos neuroquímico e elétricos no âmbito do sistema nervoso. Nota do autor com base na obra Memória de Ivan Izquierdo, 2011.

Mas, como a ciência conseguiu descobrir esse longo processo que a memória percorre, em tão pouco tempo?

A descoberta da consolidação veio de duas fontes. Por um lado, da observação popular, já no século XIX, de que após um traumatismo craniano os indivíduos esquecem seletivamente aquilo que havia acontecido nos minutos anteriores. De outro, da observação de dois pesquisadores alemães, Muller e Pilzecker, no ano de 1900, de que muitas memórias interferem em outras adquiridas imediatamente antes. Ambas as observações indicam que aquilo que se aprende inicia processos nervosos que duram algum tempo além do ato de aprendizagem em si, sem os quais não haverá memória. Muller e Pilzecker primeiro, Mc Gauch depois, chamaram a esses processos de consolidação. (IZQUIERDO, 2011, p. 45).

Como demonstrado na citação acima, no decorrer do processo de consolidação, é plausível que certos conteúdos não sejam corretamente armazenados. Ou seja, são perdidos logo após a sua consolidação. Por exemplo, um impacto físico direto no crânio, que afeta o cérebro, como presenciamos nos desenhos animados e filmes de comédia.

Além da questão do choque físico, há a questão emocional. Lembramos mais de nossas mães quando tivemos amor maternal, na mais tenra idade, retemos essa informação por toda a nossa existência em decorrência de um sentimento subjetivo, algo que denominado de afeto.

O afeto concebe significado as lembranças. Por que se lembrar da mãe? Porque ela nós forneceu alimento, proteção e amor, algo que definimos como afeto. O afeto, advindo do ser humano, é fruto das interações do indivíduo e com sua figuração. Outro fator relevante no processo de consolidação das memórias é o estado emocional. Pois:

Todos sabemos por experiência própria que os estados de ânimo, as emoções, o nível de alerta, a ansiedade e o estresse modulam fortemente as memórias. Um aluno estressado ou pouco alerta não forma corretamente memórias numa sala de aula. Um aluno que é submetido a um nível alto de ansiedade depois de uma aula, pode esquecer aquilo que aprendeu. Um aluno estressado na hora da evocação (numa prova, por exemplo) apresenta dificuldades para evocar (o famoso “branco”); outro que, pelo contrário, estiver bem alerta, conseguirá recordar muito bem. (IZQUIRDO, 2011, p. 87).

Em outra obra, do mesmo pensador, a relação emocional com a memória é exposta da seguinte forma:

A importância emocional de cada memória faz com que outras, às vezes importantes, adquiridas pouco antes ou depois, sejam literalmente obliteradas. Ninguém lembra exatamente o que estava fazendo uma hora antes de saber da morte de Senna, ou três horas mais tarde. Cada estado emocional é acompanhado por uma constelação de fenômenos hormonais e neuro-humorais diferentes – “humores” era como os antigos chamavam os fluidos corporais. (IZQUIERDO, 2010, p. 41).

O relacionamento entre nossas lembranças e esquecimentos também estão, intrinsecamente, relacionados com a questão física e afetiva, como analisamos no item 1.4.

Para iniciarmos o nosso debate sobre a temática, vamos tentar responder a seguinte questão: Por que esquecemos? Tecnicamente, a memória esquece, ou não armazena informações que fogem do escopo do termo biologicamente ou socialmente significativas. Lembrar-se da genitora é importante porque garante uma fonte de alimento, quando recém nascido (biológico), e lembrar-se dos símbolos de coesão social, como um totem ou uma bandeira nacional é essencial ao ser para que o mesmo possa pertencer a um grupo e, assim, poder expressar suas particularidades.

Então, por que esquecemos? A pergunta continua sem resposta. Esquecemos porque nem todas as informações são necessárias para a sobrevivência do ser, por um longo período temporal, por exemplo, ao memorizar um número de telefone, logo o descartamos e, nem por isso, nossa existência se encontrará ameaça.

Esquecemos, também, porque uma das funções da memória é o esquecimento. A memória se manifesta nas lembranças e nos esquecimentos. Esquecer é mais importante para o convívio social, em figurações, do que lembrar. Vamos pensar no seguinte exercício imaginativo: tire uns minutos para pensar em todos os momentos vergonhosos, constrangedores e traumáticos que você já vivenciou e imagine se nunca os esquecesse; você ainda teria coragem de interagir com outros indivíduos?

A história do indivíduo, e das sociedades de indivíduos, existe porque esquecemos. Sem o vazio, provocado pelo esquecimento, às noções de presente e de futuro não encontrariam espaço em nossa memória, logo, deixariam de existir, assim, não haveria história, pois, viveríamos um eterno *loop*, comandando pela noção de passado e, provavelmente, seria dominado pelo rancor.

Se não pudessem extinguir (não esquecer: os monumentos nas praças não o permitem...) suas muitas guerras, nem a França nem a Alemanha integrariam a União Europeia, nem os habitantes dos condomínios grandes poderiam continuar sendo vizinhos. (IZQUIERDO, 2010, p. 110).

Podemos sintetizar a memória da seguinte forma: a capacidade de lembrar foi, e ainda é imprescindível para a sobrevivência do *homo sapiens*, onde encontrar alimentos ou onde encontrar o abrigo construído, em plena selva amazônica, representa o limiar entre a vida e a morte. Mas, foi e, ainda é, a capacidade de lembrar que devemos esquecer o passado, indispensável para o convívio social, lembrar que devemos esquecer-nos das brigas entre irmãos, é necessária para a existência da figuração, denominada família.

A memória não se resume ao esquecimento. Há a lembrança, uma capacidade de evocar informação. Mas, será que tudo que evocamos aconteceu como o descrito pela evocação? Será que nossa memória é capaz de lembrar-se de eventos que nunca existiram? Será que nosso passado é uma ficção?

Calma, responder a esses questionamentos pode ser mais impactante do que possamos projetar. Pensar que toda a nossa existência passada é mais fruto das necessidades do presente, pode ser constrangedor.

O passado, ou seja, as lembranças que detemos são evocadas quando solicitadas pelo presente. Assim, quando estamos em uma entrevista de emprego e o entrevistador questiona ao pretendente, sobre a vaga, com a seguinte fala, fale-me do seu antigo emprego?

O passado pode condicionar desde o presente, até o futuro, mas primeiro, este deve ser evocado pelo tempo presente. Por exemplo, você se encontra em uma confraternização de final de ano, com pessoas do trabalho, e num determinado ponto da conversa, um dos participantes, questiona sobre o seu desempenho profissional, sua resposta foi que não conseguiu atender as metas estabelecidas, no ambiente profissional, como a reposta provavelmente não atenderá as expectativas do grupo, a coletividade profissional, tenderá a manter distância de você. No caso acima descrito, é possível verificar como um fato passado (o não cumprimento da meta)

condicionou o comportamento presente. Deste modo, pode-se compreender que figurações não evocam o passado, sem que o presente solicite.

Continuando no mesmo exemplo exposto acima, vamos supor que você, ao ser questionado sobre seu desempenho, a resposta que pode ser dada é que você teve um excelente desempenho, resposta que será enviada pelo interlocutor da pergunta será positiva, porém, a sua evocação é falsa. Lembramos quando solicitado e evocamos o conteúdo de uma lembrança de acordo com a figuração social estabelecida.

Toda memória evocada está atrelada ao ambiente e foi solicitada, como demonstra as pesquisas, relacionadas à evocação. Por exemplo: se adentrarmos em nossa casa, lembranças sobre nossa figuração familiar irão aflorar, se penetrarmos um espaço como o Paço Municipal de Manaus, lembranças de uma identidade manauara serão evocadas e que, essas, suplementam naquele momento a identidade da figuração familiar. Vale ressaltar, que o espaço não condiciona a lembrança ou o esquecimento, pois, possuem uma relação de interdependência.

Tive um colega, já falecido, de origem alemã. Um dia lhe perguntei de que região da Alemanha tinham vindo seus antepassados, e ele me respondeu, com lágrimas, que não sabia. As lágrimas deveram-se ao fato de que nesse momento se deu conta que não conhecia suas verdadeiras raízes, que de alguma maneira sentia que lhe faltava algo para ser “alguém”. Vi esse colega novamente mais tarde; aí, ele iniciou a conversa afirmando, com absoluta segurança, que seus avós tinham vindo da Pomerânia. Ele não tinha parentes próximos e não havia como ter descoberto isso ao longo desses três anos. Simplesmente, em determinado momento, decidiu destinar seus avós já falecidos a essa remota região, e passou a acreditar piamente nisso. Isso lhe fez bem; sentiu-se mais seguro de si. Aumentou sua autoestima. Baseada numa mentira, como é tão comum. Qual é, afinal, a história oficial de nossos países? Uma espécie de Olimpo em que sobraram heróis e não houve, quase, vilões... . (IZQUIERDO, 2010, p. 72-73).

Se, a nível individual, podemos, e fazemos, evocação de lembranças e as manipulamos, interpretando o conteúdo invocado, orientado pela demanda da figuração que solicita a lembrança, selecionando e esquecendo o que será evocado, pensemos em escala macro, quanto da nossa identidade, da nossa história, da nossa memória, enquanto brasileiro, é orientada, falseada ou incorreta? Melhor nem lembrar.

Toda cooperação humana em grande escala – seja um Estado moderno, uma igreja medieval, uma cidade antiga ou uma tribo arcaica – se baseia em mitos compartilhados que só existem na imaginação coletiva das pessoas. As igrejas se baseiam em mitos religiosos partilhados. ... Dois sérvios que nunca se conheceram podem arriscar a vida a salvar um ao outro porque ambos acreditam na existência da nação sérvia, da terra natal sérvia e da bandeira sérvia. (HARARI, 2015, p.28).

Pois, se todos nós tivéssemos a clareza que povos não existem no mundo natural, que são frutos da construção social de um processo figuracional, de longa duração, a humanidade seria apenas mais uma lembrança no hall da extinção.

1.5 BREVE PONDERAÇÃO SOBRE TRANSTORNOS DE MEMÓRIA

A memória, por sua origem biológica, está fadada a se deparar com algumas patologias que, aqui, serão, genericamente, denominadas de transtornos de memória.

Dentre os inúmeros transtornos elencados, pela medicina, analisaremos os quatro mais comumente debatidos na sociedade, são eles: a esquizofrenia, a amnésia, o Mal Alzheimer e a demência. Apesar de serem apresentados quatro e não três, pois o Mal de Alzheimer e a demência foram enquadrados como um único transtorno, devido à similaridade de sintomas - apenas um recorte, pois, o tratamento para cada um desses transtornos é particular.

Como abordado anteriormente, a memória não é responsável apenas pelo termo lembrar, mas por, também, realizar a ponte entre o biológico, a psique do indivíduo e a figuração social. A memória, de trabalho, é a instância gerenciadora das informações que recebemos e mantém as demais memórias em seus respectivos compartimentos.

Em decorrência dessa função gerencial, qualquer dano físico ao córtex pré-frontal ou qualquer dano na estruturação figuracional dessa memória desencadeia a incapacidade do ser em determinar e delimitar a realidade das demais fantasias e memórias, ficção e realidade se confundem. O que é denominado de esquizofrenia.

Na esquizofrenia há falha na memória de trabalho: o sujeito fica incapaz de entender o mundo que o rodeia; por exemplo, o paciente pode enxergar uma parede com pessoas apoiadas contra ela como uma espécie de quadro ou como uma massa monstruosa cheia de corpos, cabeças e pernas. Ele não discrimina as memórias simultâneas ou sucessivas dessas pessoas que está vendo. Admitem muitos autores modernos (Weinberger, Danion) que o caráter alucinatorio da realidade para os esquizofrênicos deriva da falha na memória de trabalho. (IZQUIERDO, 2011, p. 29).

No tocante, quanto à amnésia, é necessário esclarecer que existem várias tipologias de amnésias: quanto ao afeto (depressão), quanto a idade biológica (senilidade) ou ao excesso de retenção e evocação de memórias como a hiperamnésia, verificada em Wolfgang Amadeus Mozart (ELIAS, 2011).

O tema amnésia será posto de modo generalista, com princípios gerais que abarcam as várias facetas desse transtorno, aqui serão elucidados. A memória falha em decorrência de um problema de comunicação entre os neurônios, as sinapses. No decorrer da existência humana, o número de sinapses começa a diminuir, desde o nascimento até o seu fim, porém, anomalias genômicas e lesões cerebrais (hipóxia) aceleram esse processo, (IZQUIERDO, 2011).

Amnésia não é a perda da lembrança, mas é a incapacidade neurológica de adquirir, reter e evocar uma informação. A perda das sinapses se dá em decorrência da redução de transmissores neuroquímicos como serotonina⁴ e dopamina⁵, por exemplo, no caso da depressão (IZQUIERDO, 2011).

O falecimento, da célula neural, é fruto do fim do tempo de existência. Os neurônios são as células de maior longevidade do corpo, todas as células do corpo humano são trocadas a cada vinte cinco anos, os neurônios não. Mas, apesar da sua incrível longevidade, elas encontram o fim (IZQUIERDO, 2010).

Como as memórias são frutos de um ordenamento em uma rede neural e com o tempo sofre, algumas células neurais morrem e, assim, a

⁴ Dopamina, neurotransmissor associado à fixação dos processos cognitivos e a memória, bem como humor. Nota do autor.

⁵ Serotonina, neurotransmissor inibidor de estados agressivos e relacionado com estados de euforia, considerado, em nível de senso comum, como o hormônio da felicidade. Nota do autor.

memória também começa a falhar. Imaginem um pisca de natal. Cada lâmpada é um neurônio organizando uma memória. Com o tempo, algumas lâmpadas vão se apagando, em decorrência da oscilação da tensão elétrica ou do tempo de validade. O pisca de natal continuará a brilhar, mesmo com uma ou duas lâmpadas danificadas, mas, vai chegar o momento em que, o pisca de natal, terá mais lâmpadas inutilizadas do que a brilhar, até o momento em que a memória episódica de natal não mais poderá iluminar essa festividade.

A doença de Alzheimer é principal doença que afeta a memória, esse transtorno desencadeia a morte de células na região do hipocampo, e regiões vizinhas do córtex, em decorrência de processos metabólicos nas células neurais que levam a formação de emaranhados de fibras nervosas e placas formadas pelo depósito de proteínas, produzidas em quantidade, pelas células nervosas que “sufocam” a célula e a isolando da rede, a qual, está inserida.

Os primeiros sintomas consistem num esquecimento algo maior do que o habitual, e costumam passar despercebidos. No caso do ex-presidente norte-americano Ronald Reagan, que padeceu dessa doença, um dos primeiros sintomas públicos foi quando, em visita oficial ao Brasil, propôs um brinde a Bolívia. (IZQUIERDO, 2011, p. 86).

Essa doença começa por afetar as memórias de curta duração, em seus estágios iniciais, e, lentamente, ceifa a existência das redes neurais estabelecidas, responsáveis por hábitos básicos, como manter a higiene pessoal, por exemplo. Com o progresso do transtorno, as memórias, de longa duração, passam a ser afetadas, um sinal do avanço e do estágio final do transtorno, e, o ser humano incapaz, de lembrar quem é, esquece-se da sua própria existência.

Com o tempo, a perda de memória lhe impede já uma vida normal, não consegue mais lembrar das coisas mais triviais, não consegue trabalhar ou desempenhar funções por conta própria, precisa ser auxiliado em todas suas atividades, e acaba por não reconhecer seus familiares e amigos mais próximos. As lesões se propagam pelo resto do córtex, abrangendo até as regiões da linguagem. No final, já nem consegue falar direito sua própria língua. (IZQUIERDO, 2010, p. 86).

Conforme construção gráfica, elaborada pelo pesquisador Iván Izquierdo, do cérebro humano e, na segunda imagem, etapas do processo de desenvolvimento da doença de Alzheimer.

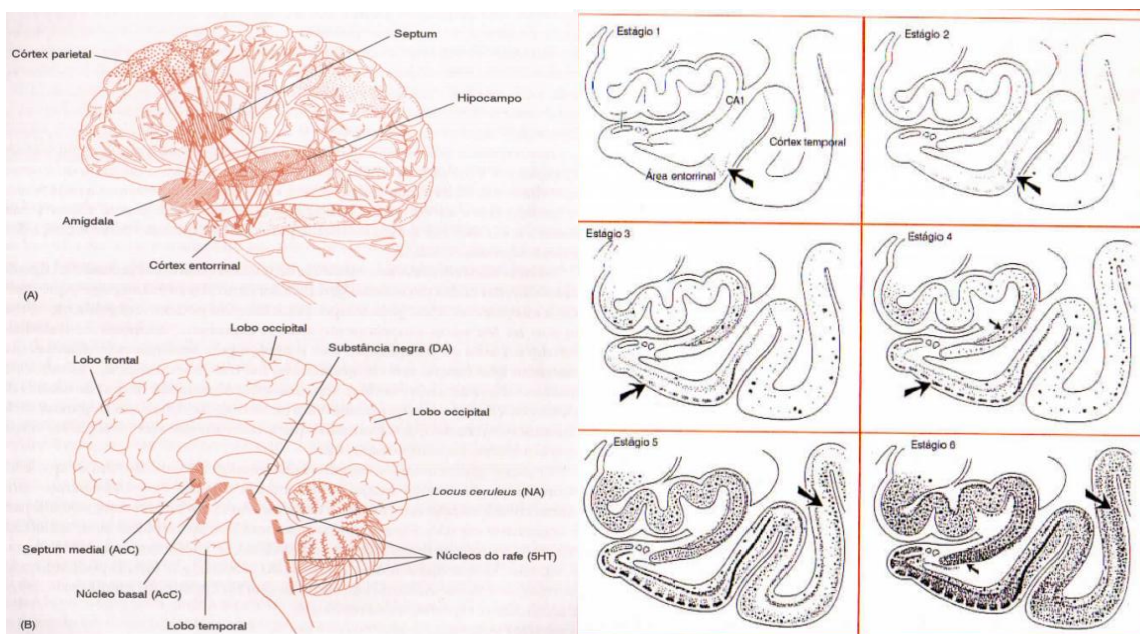


Figura 1 e 2. Mapa das principais áreas cerebrais envolvidas no processamento das memórias declarativas (a). Localização dos copos celulares dos neurônios dos diversos sistemas moduladores (b). (IZQUIERDO, 2011, p. 28). Evolução anatômica da doença de Alzheimer no lobo temporal ao longo de sucessivos estágios (1 a 6). (IZQUIERDO, 2011, p.111).

Os transtornos, brevemente, abordados, demonstram que, as patologias relacionadas à memória, são tão cruéis quanto um infarto do miocárdio ou câncer. A primeira ceifa a sua vida instantaneamente, caso a vítima não encontre amparo médico, a segunda provoca a perda do invólucro biológico. (IZQUIERDO, 2011).

Porém, em ambos os casos, a doença não provoca a despersonalização do indivíduo que é afligido pela patologia, pois, mesmo em uma maca de hospital, o paciente infartado tem um nome, uma história pessoal e familiar; diferentemente dos pacientes acometidos por um transtorno que afeta a memória, os pacientes, deixam de existir, mesmo que seus respectivos corpos venham a manter as demais funções fisiológicas, passam a serem corpos sem identidade.

Sempre é salutar ressaltar, ou melhor, refrescar a memória, que a presente dissertação não tem como objetivo, primordial, a compreensão da memória, o pesquisado não é neurocientista. Muitos conteúdos não serão

abordados ou quando o forem, não o foram em sua totalidade e complexidade.

Porém, esse quadro descrito a pouco não desqualifica a pesquisa, mas, concede suporte referencial do biológico para uma pesquisa de ciências humanas, como a proposta por Norbert Elias, o homem é o fruto de uma árvore que enraíza no biológico e floresce no social.

APRESENTAÇÃO DO SEGUNDO CAPÍTULO

No primeiro momento da dissertação, foi apresentando ao leitor, de modo abreviado, a trajetória do conhecimento humano sobre o conceito que define o termo memória. No início deste trajeto, a neurociência foi à área do conhecimento que norteou a escrita. Visto que, dentro da ótica cartesiana que, ainda permeia o conhecimento, é a neurociência, uma ramificação da ciência, tendo como objetivo de análise a memória, mesmo que, a própria neurociência atual combata essa mesma compreensão cartesiana do conhecimento.

Na segunda etapa da dissertação, o autor tentou não realizar uma conexão entre a neurociência e o pensamento eliasiano, pois, não há como conectar o que não está clivado. É preciso advogar a favor de conexões entre os saberes e admitir que eles encontram-se isolados, sem levar em consideração que, essa aparente desconexão, foi socialmente construída, sendo essa elaboração fruto de jogos figuracionais, decorrente de um longo processo civilizador, permeado de disputas e tensões entre *outsider* e *estabelecidos*.

Posto a perspectiva acima, o autor busca, nessa segunda fase do texto elaborado, revelar a teia do conhecimento. Claro que, não todo o conhecimento já adquirido, e, ou produzido, mas mostrar os fios translúcidos que mantêm o conhecimento unido. Algo similar ao trabalho do investigador policial, que revela uma impressão digital não visível, não perceptível, ao borrifar com um pó específico a tal digital, de um possível criminoso; Ou para ficar mais histórico, levar ao fogo um texto escrito com suco de limão e, assim, revelar os escritos.

Um dos elos, que conectam o conhecimento, buscou revelar a conexão entre o biológico e o social, entre a neurociência e Norbert Elias, entre a memória e a história, entre a minha e a sua memória.

Não dispomos de alguma substância, ou material, que revele essa teia figuracional do saber. Conquanto, temos a disposição a teoria processual elaborada por Norbert Elias que, assim como Sherlock Holmes, é capaz de compreender um contexto não pela observação *in locus*, mas, pelos vestígios materiais da cena, pela vítima e o criminoso, o que na história denomina-se

micro história. Munido da bússola da neurociência, com um mapa elaborado por Norbert Elias e com a lupa da micro-história, vamos nos debruçar no simbolismo da memória.

2. A MEMÓRIA NA LÓGICA PROCESSUAL

2.1 BREVES PONDERAÇÕES SOBRE A VIDA DE NORBERT ELIAS E SUA TEORIA PROCESSUAL

Quando se tem como objetivo compreender as particularidades da psique de um indivíduo, os profissionais da psicologia realizam, comumente, uma anamnese que, segundo um dicionário de psicologia, é definido desse modo:

Análise Anamnésica – Termo empregado por Jung para designar o seu método de investigação e tratamento analítico. O termo destaca a importância de se investigar o desenvolvimento histórico (anamnese) do transtorno psíquico apresentado pelo paciente e de complementar com material obtido junto de seus familiares. (CABRAL & NICK, 2006, p. 21).

O autor não alega que Norbert Elias foi atormentado por algum transtorno mental e a vida psíquica, de referido pensador, não é objeto de apreciação no prezado momento. Porém, o autor, com base no conceito extraído da psicologia *jungiana*, buscará revisitar as figurações sócio históricas que permearam o tempo, o espaço e o eu, do pensador em questão⁶.

2.2 O BERÇO HISTÓRICO DE ELIAS

O século XIX foi o lapso temporal que mais desencadeou revoluções até a presente história da humanidade. Um mundo que perdurou, aproximadamente, doze mil anos e deixou de existir, em pouco menos de cem anos. O autor elaborará uma construção, imaginativa, para facilitar a compreensão das transformações citadas.

Da revolução agrícola, os historiadores do presente século XXI defendem que, aconteceu por volta de dez mil anos antes de Cristo, onde

⁶ Ampliando a o alcance a perspectiva da anamnese proposta pelo pensador, também germânico e contemporâneo de Nortbert Elias, Carl Jung. Nota do autor.

surgiram as primeiras cidades, a escrita, a matemática, a hierarquização social e a religião organizada, ou seja, a civilização.

Das primeiras civilizações da mesopotâmia, que possuem o título de berço da civilização humana, até início do século XIX, o mundo parecia continuar mesmo.

A iluminação era obtida mediante a queima de algum combustível, de origem vegetal ou animal. A força muscular do homem era auxiliada pela dos animais. As forças da natureza, ainda, impulsionavam rodas d'água e moinhos, o tempo era da natureza, e a natureza era obra de uma força divina.

A revolução industrial, que se inicia no século XVIII, na Inglaterra, e que num ritmo fabril, é exportado para o mundo, acaba por recriar uma segunda natureza para humanidade. A luz é oriunda da eletricidade, a força do homem é complementada pelo cavalo a vapor, o motor de combustão interna dispensa as forças da natureza, em relação ao movimento das rodas d'água e moinhos. O tempo agora é mecânico e se localizada em nosso bolso, e depois em nosso pulso, e a natureza já não é obra sublime dos deuses, mas um obstáculo ao progresso da razão humana⁷.

Essas transformações, desencadeadas pela tecnização dos motores á vapor, ainda são sentidas por nós, visto que, a revolução industrial não se encerrou, apenas sofreu aperfeiçoamento técnico⁸. Os seres humanos, que compartilham as figurações do fim do século XX e início do XXI, não sentem de modo tão abrupto as transformações da tecnização e seus impactos sociais, pois, convivemos em um era, na qual, as transformações são rotineiras. O mesmo não pode ser expresso em relação à passagem do século XIX ao XX. Um século no qual as cidades exalavam odor de estrume

⁷ Se criássemos uma máquina do tempo e do passado transportássemos um romano da era imperial para o século XVIII europeu, ele estranharia as roupas, a facilidade em se obter especiarias e nada mais, basicamente. Pois, a escravidão ainda resistia, a locomoção entre longas distâncias ainda era realizada a cavalo e reis e imperadores ainda governavam grande parcela das nações. Se esse mesmo romano fosse transplantado para a passagem do século XIX ao XX, provavelmente encontraria dificuldade em se adaptar. Visto que, a escravidão já mais existia, a locomoção era realizada por máquinas que podiam até voar e em muitas nações o líder era escolhido entre seu próprio povo ou tinha seus poderes limitados por instituições políticas como parlamentos. Nota do autor.

⁸ Por exemplo, desde a sua invenção, os automóveis possuem motores de combustão interna e possuem pneus, houve aperfeiçoamentos. Porém, os princípios são os mesmos até o momento, o que não quer dizer que sempre há de ser assim. Nota do autor.

de cavalo e em menos de cem anos intoxicavam seus habitantes, com a queima de combustível fóssil⁹.

Norbert Elias¹⁰ foi um pensador que vivenciou, na sociedade alemã, os impactos do esfacelamento de mundo, pré-revolução industrial. Visto que, até meados de 1870, a região onde localizará a Alemanha, ainda era uma região não industrializada¹¹. Elias presenciou o parto do mais violento século vivenciado pela humanidade, no qual, a nação alemã, infelizmente, contribuiu de modo contumaz.

2.3 A ANAMNESE ELIASIANA

Norbert Elias foi um pensador de origem alemã e judaica, que nasceu na cidade de Breslávia, no final do século XIX, e faleceu em Amsterdã na década de 90, do século XX¹². No processo de sua existência acadêmica, esse pensador elaborou uma proposta teórica capaz de elucidar o desenvolvimento das sociedades humanas, sendo essa propositura fundamentada em conceitos como *processo civilizador*, *habitus*, *tempo*, *figurações*, *mundo simbólico*, *rede de interdependência*, *outsider*, *estabelecidos*, *autocontrole*, *autoimagem*.

Filho único, de uma família de classe média, teve uma infância relativamente isolada e com poucos contatos, o que pode ter sido determinante em sua carreira. Visto que, um, dentre os seus princípios, se encontra a necessidade do pesquisador manter certo distanciamento¹³ do seu objeto de análise.

⁹ Vale ressaltar que a tecnização desencadeiam novas figurações, por exemplo, as novas figurações fabris, desencadearam novas tensões como entre patrões e operários que em decorrência dessa tensão surgiram direitos trabalhistas e sindicatos, por exemplo. Nota do autor.

¹⁰ No transcurso de sua longa coexistência figuracional, o pensador faleceu aos noventa anos de idade, presenciou os avanços da tecnização, como, por exemplo, o rádio, o cinema, o telefone, a televisão e a transmissão via satélite. Todas esses avanços sofram sentidos em uma única geração. Nota do autor.

¹¹ O Estado Nacional Alemão foi fundado após término vitorioso dos germânicos contra os franceses na Guerra Franco-Prussiana de 1870, ano, no qual, foi declarado em Versalhes o 2º Império Alemão (1870 a 1918). Nota do Autor.

¹² (Breslau, 22 de junho de 1897 — Amsterdã, 1 de agosto de 1990). Nota do Autor.

¹³ Não confundir manter distância de mante se afastado. Na primeira, há uma interação entre o sujeito e objeto, apenas a uma tentativa de distanciamento. Na segunda, não há permuta entre o sujeito e objeto, o que é inviável de acordo com a própria teoria eliasiana. Nota do Autor.

Segundo o próprio Elias, a sua infância foi resumida nas palavras a seguir.

— Quando começou a trabalhar, com que idade? Na escola?
— Preparando-me para ir para a escola, e. Eu era filho único, e pegava todas as doenças infantis que uma criança pode pegar. Daí meus pais me acharem muito frágil para entrar diretamente no curso preparatório. Lembro muito bem que eles me arranjavam aulas particulares por intermédio do diretor de minha escola. Foi nessa época que comecei a trabalhar. (ELIAS, 2014, p.12)

A juventude do pensador não diferiu muito da sua infância, não em decorrência das complicações relacionadas à saúde biológica, mas do antissemitismo, como ele comentou.

— Lembra-se de palavras anti-semitas dirigidas pessoalmente contra o senhor?
— Lembro. Houve por exemplo um incidente no liceu, quando eu tinha 15 ou 16 anos. Falávamos na classe de nossos projetos de futuro. Disse que queria ser professor, na universidade, e um de meus colegas de classe disparou para mim: "O caminho que leva a esta carreira te foi barrado desde o nascimento." Grandes risadas do professor e, claro, de toda a classe. Na verdade, ele nem dissera isso por maldade — sua observação era bastante pertinente. E ela me feriu tanto que jamais tive realmente consciência de que essa carreira, sob o reinado do imperador, era praticamente vedada aos judeus. E depois... lembro-me vagamente que alguns patifes, como os chamávamos, gritavam "judeuzinho, mesmo judeuzinho!" ou algo no gênero, quando eu saía com minha governanta. Tinha talvez 5 ou 6 anos. Mas sabíamos que não passavam de patifes. Não havia operários judeus, ao menos que me lembre. Vejo os judeus como um grupo estruturado fazendo parte das classes médias, sem falar nos judeus pobres, os imigrantes do Leste que falavam iídiche; mas estes também não eram operários. (ELIAS, 2014, p.12)

Não é possível mensurar a sensação de deslocamento que, provavelmente, Elias vivenciou. Mas, são perceptíveis as marcas em sua personalidade e nas suas obras acadêmicas, do que hoje poderia ser compreendido como assédio moral, obste lembrar que, no referido momento citado, não há uma criminalização das agressões verbais sofridas.

No transcurso para a vida adulta, Elias presenciou, e participou, de um momento, que futuramente, seria entendido como um momento descivilizatório. Conhecida no ocidente como a Grande Guerra de 1914, apesar de não participar diretamente no front, como soldado combatente,

Elias¹⁴, presenciou os impactos que o conflito, desencadeado para a população civil e para os soldados. Uma observação que, pode ter sido, determinante para construção intelectual do teórico.

— O senhor pode nos dar mais detalhes sobre as diferenças entre a Alemanha de 1914 e a de 1919? O que havia mudado?
—... Sua pergunta chama minha atenção, porque o lugar central que a mudança ocupa em meu pensamento pode estar ligado a essa experiência. Por outro lado, retrospectivamente, posso concluir que, hoje, para mim pessoalmente, nem tudo mudara; pois meus pais ainda estavam lá, sua fortuna, seus bens ainda estavam lá. A inflação se aproximava, mas em 1919 ainda não se sentiam todos os seus efeitos. Meus pais sempre tiveram o que comer, e também possuíam imóveis. Quero dizer que obviamente assistiu-se a profundas mudanças, mas em que consistiam exatamente... Enfim, foi sobretudo a política, a luta entre os partidos, que assumiu um peso mais importante que antes. A dificuldade e que não consigo me lembrar, por exemplo, de minha reação ao assassinato de Rathenau ou de Erzberger, ou a toda a agitação política a meu redor. Pode-se de fato dizer que uma cortina caiu sobre todas as coisas. Esqueci o que eu sentia nessa época. E, e estranho... Meus sentimentos e meus pensamentos de então se transformaram numa mancha branca. A palavra política, a vida vai busca-la na experiência. Aconteceram fatos como Ebert e Scheidemann tornarem-se dirigentes do Reich alemão. E os social-democratas, que eram um pouco desprezados, porque considerados marginais no círculo de meus pais, do dia para a noite viraram o partido mais importante. (ELIAS, 2014, p. 35).

Finalizada o conflito, o pensador regressa para uma nova realidade: uma Alemanha que, mesmo não tendo sofrido pesados bombardeios em seus centros cívicos, perdeu a guerra. O que gerou uma sensação desnorteadora na sociedade alemã. Capitularam, sem presenciar, uma invasão em solo pátrio.

Norbert Elias regressa a sua cidade natal e inicia seus estudos em medicina e filosofia, na década de 1920, no século passado. Apesar da identificação com a medicina, Elias, ao ingressar no mundo acadêmico alemão, da República de Weimar, amplia a sua figuração e dialoga com os pensamentos de Max Weber, Alfred Weber e Mannheim.

As décadas de 1920 e 1930 são marcantes para o jovem pensador, a ascensão do socialismo na Europa pós 1917 e na própria Alemanha, a crise inflacionária em 1929, a ascensão dos movimentos fascistas, do nazismo na Alemanha e conseqüentemente do antissemitismo, são presenciadas. Diante

¹⁴ Elias lutou a grande guerra em uma unidade de comunicação. Nota do autor

desse quadro, ele parte para um autoexílio e encontra abrigo na sociedade britânica, assim, como vários outros pensadores de origem germânica e de ascendência religiosa judaica, como, por exemplo, o psicanalista Sigmund Freud¹⁵.

As ilhas britânicas passam a ser um porto seguro, mas não um lar para o pensador, que ocupa postos de pouca importância no seio acadêmico inglês, e passa por dificuldades financeiras. Porém, mesmo diante desse contexto pouco favorável, Elias passou a pesquisar e a escrever, ou seja, todos os ingredientes da sua teoria processual se encontraram, e floresceram, na Inglaterra.

Experiências pessoais e sociais, a vivência de conflito mundial, e de outro que se aproximava, a formação médica e filosófica, o contato com intelectuais de uma Alemanha, inconformada com o Tratado de Versalhes¹⁶, a disputa entre socialismo, fascismo, democracia liberal e, a capacidade do pensador de vislumbrar as conexões e de realizar sínteses, culminaram na teoria processual que norteou a presente dissertação. Nesse momento é possível vislumbrar o *eu* de Elias interligado com um *nós*, figuracional.

2.4 A TEORIA PROCESSUAL DE ELIAS

Para o Elias, desde era da razão, inaugurada pelo movimento iluminista, no século XVIII até o XX, as sociedades humanas, e suas histórias correlatas, eram explicadas sob a ótica de duas orientações: uma determinista e outra antideterminista. Entendimentos antagônicos e excludentes, mas interdependentes de figurações, frutos de um processo de longa duração.

A corrente determinista compreende que são passíveis de mensuração, as etapas temporais (passado, presente e futuro), de qualquer coletividade humana. De outro modo, a força motriz das transformações e

¹⁵ O autor não encontrou nenhum registro que viabilize a proposta de que Elias e Freud tenham participado de algum encontro acadêmico em comum, porém, Elias teve contato com as obras do fundador da psicanálise e foi influenciado por essa teoria ao elaborar a sua visão da sociedade. Nota do autor.

¹⁶ Tratado de paz imposto a Alemanha após o término do conflito, onde a Alemanha foi responsabilizada pelo conflito, perdeu territórios, foi parcialmente ocupada e teve que arcar com indenizações oriundas da guerra. Nota do autor.

alterações das relações sociais é coletividade orientada pela astúcia da razão, quase como um inconsciente coletivo¹⁷,

Por sua vez, pensadores, como Hegel e Karl Marx, que arbitram a favor da percepção em questão, tendem a elaborar grandes sínteses, ou seja, ideologias, quase como um manual da humanidade, onde o caminhar do progresso humano é similar a observar peças de domínio enfileiradas, na qual, a primeira foi empurrada, e assim derrubando as próximas de modo contínuo, para um fim determinado.

Aqui, a mitologização consiste na crença de que a sociedade humana, como que baseada em uma necessidade natural, precisa se desenvolver na direção de um progresso, que por sua vez coincide com os desejos e ideias dos grupos que acreditam nisso. (ELIAS, 2013, p.21).

A compreensão antideterminista, segundo Elias:

A concepção voluntarista da história, que, em contraste, rejeita toda noção de desenvolvimento de longa duração da sociedade, apresenta a história, como já mencionado, como um caleidoscópio de eventos únicos como e ir-e-vir casual de sociedades e pessoas singulares, ou mesmo de meras ideias, no mesmo nível de desenvolvimento, aparentemente imutável. (ELIAS, 2013, p. 21).

O antagonismo, entre os paradigmas expostos, captou a atenção de Elias, que, a partir daí, passou a interpretar essa aparente contradição, mediante suas experiências pessoais, familiares e sociais, de modo processual. A aparente divergência, não existe entre as propostas, o que existe é, a limitação de compreender o todo e as partes, de modo interdependente em esquemas de figuração social. Por exemplo, como é possível compreender uma coletividade sem observar os sujeitos? Por que mudanças coletivas são creditadas a um único indivíduo? Ou seja, ambas os paradigmas são insuficientes para explicar a complexidade dos agrupamentos humanos, como expõe Elias.

Com isso, encobrem-se não somente os problemas centrais do curso de desenvolvimento de longo prazo dessas sociedades mais avançadas, mas os da própria humanidade: por exemplo, o problema de como realmente explicar que na vida social em comum de um mesmo gênero biológico possam ocorrer transformações tão

¹⁷ Conceito elaborado por Carl Jung. Nota do autor.

intensas como as que levam hordas relativamente esparsas de nômades a Estados-nação industriais relativamente muito integrados, ou do uso de simples ferramentas e armas de pedra e aparelhos de produção mecanizada e de guerra (ELIAS, 2014, p. 207).

Diante nesse quadro teórico, sobre a história e as sociedades humanas, a capacidade de síntese eliasiana propôs outra via: a compreensão processual. A proposta tem como fundação algumas preposições, como: as sociedades humanas são frutos de uma realidade não planejada, não direcionada por indivíduos e que a tendência é caminhar para o progresso técnico, da divisão do trabalho, ao controle das emoções e integração social¹⁸; sendo que, esse caminhar não é linear e nem uniforme, comportando, desse modo, retrocessos e remodelagens sociais, ou seja, não é determinista. Logo, passível de reversão.

Modelos de desenvolvimento não-planejados e de longa duração das sociedades, que sejam empiricamente mais adequados e teoricamente mais comprováveis, servem empiricamente mais adequados e teoricamente mais comprováveis, servem não somente a uma melhor orientação acerca desses transcurso não-planejados do desenvolvimento. Eles também têm uma função no esclarecimento daqueles setores e enclaves do desenvolvimento da sociedade que em um desenvolvimento planejado de prazo comparativamente curto já se tornaram compreensíveis. (ELIAS, 2013, p. 207).

A proposta processual visa eliminar as divergências entre os tempos, as passadas, presentes e futuras, que permeiam a busca por uma compreensão da sociedade e da história. Vale ressaltar, que no decorrer de suas obras, Norbert Elias não eleva a sua teoria ao patamar de verdade absoluta, pois, isso faria da sua teoria um dogma, incorrendo em hipocrisia, visto que a mesma combate os dogmas deterministas e antideterministas de entendimento social e histórico.

Desenvolver modelos teóricos dessas mudanças estruturadas e direcionadas, embora não planejadas e sem finalidade, e fundamentá-los com evidências mais abrangentes, permanece uma tarefa científica que, em grande parte, ainda esta diante de nós. (ELIAS, 2013, p. 226)

¹⁸ São apenas exemplos, existem muitos outros, que o leitor pode encontrar no decorrer das obras de Norbert Elias. Nota do autor.

Posto isso, acreditamos que, ficará mais claro, após a breve explanação, sobre a teoria processual proposta por Norbert Elias, o entendimento da proposta do autor ao tentar identificar a interrelação e a interdependência da memória com a lembrança, ou seja, o biológico com o social, ao analisar a construção da identidade e patrimônios históricos.

Identidade e patrimônios históricos foram analisados, mediante a perceptiva de longa duração. Ou seja, a intenção não é responder o que é identidade ou o que são patrimônios históricos, mas buscar compreender, processualmente, o seguinte: Por que temos identidade? Por que edificamos símbolos de nossa identidade coletiva ao longo história?

Exemplificando: é como buscar o foco de um corredor olímpico em ação, regulando o zoom da filmadora, num momento se aproximando, no outro se distanciando, até que seja possível vislumbrar o movimento.

Porém, antes de abordar a proposta acima descrita, se faz necessário explicar, mesmo que de modo sucinto, alguns conceitos utilizados pelo teórico norteador dessa pesquisa.

O primeiro conceito é o de figuração. Esse termo deve ser percebido como a impossibilidade dos seres humanos viverem isolados dos seus pares, ou seja: todo sujeito está interligado e é interdependente de outros. Nesse contato de via dupla, o sujeito elabora o seu eu, através da sua interação com um nós. Portanto, para que um sujeito se proclame como único, ele necessita de outros, mesmo que não consiga perceber, pois a sua percepção se encontra cristalizada em uma escala reduzida.

Mas, se ampliarmos essa escala, ele perceberá que, para este ser concebido, o mesmo necessitou de outros seres semelhantes e foi necessário ser alimentado e protegido, foi-lhe ensinado a andar, com as pernas e não engatinhar foi-lhe instruído uma língua, para que fosse possível elaborar pensamentos, foi-lhe ensinado o que uma coletiva, pois, como ele saberia que é único se ele não sabe o que é o todo.

Como comenta Elias, *a sociedade é constituída por estruturas que nos são exteriores – os indivíduos – e que os indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível. (Introdução à sociologia, 15).*

O primeiro mito que Elias esfacela é de que consciência é inata ao ser, e que a individualidade é natural. Na sua ótica, esses conceitos e traços de personalidade são frutos de um processo figuracional de longo prazo, que dão origem a psicogênese e a sociogênese.

Os próximos termos abordados, são: a psicogênese e a sociogênese.

A sociogênese é o conjunto dos valores, das virtudes, da identidade coletiva, ou seja, do *habitus* de uma coletividade, um conjunto de valores estabelecidos, fruto da interação social e não planejado, como uma língua, por exemplo. Não é possível encontrar o primeiro ser humano, que passou a se comunicar na língua portuguesa, até porque ninguém é capaz de elaborar uma língua, sem antes ter aprendido um idioma.

A Psicogênese pode ser percebida como o fruto da interação entre a internalização do *habitus social*, as experiências individuais e com os fatores genéticos, que geraria o *ethos* no sujeito, ou seja, o seu modo particular de compreender a realidade.

Por exemplo, foi me repassada à língua portuguesa, porém, eu me aproprio de certos termos que tornam o meu modo de me expressar particular e único, ou seja, o meu idioleto. Ou seja, mediante as ferramentas cognitivas fornecidas pelo todo, eu sou capaz de criar o meu eu e assim poder influenciar o nós quando interajo com esse.

Esse processo, de interação entre sociogênese e psicogênese, para Elias, recebe o nome de *civilização* ou de *processo civilizador*. Como expressa Elias, *O processo universal de civilização individual pertence tanto às condições de individualização do ser humano singular como às condições da vida social em comum dos seres humanos*. (ELIAS, 2013, p.12).

Decorrente desse processo de civilização, todos nós, segundo Elias, seríamos:

Eles (os seres humanos) são herdeiros não só de uma linguagem específica, mas também de um modelo específico de civilização e, portanto, de formas específicas de auto-regulação, que eles absorvem mediante o aprendizado de uma linguagem comum e nas quais, então, se encontram: no caráter comum do *habitus social*, da sensibilidade e do comportamento dos membros de uma tribo ou de um Estado nacional. (ELIAS, 2013, p. 13).

Para que um sujeito, como eu ou você, possa ser capaz de controlar as emoções (por exemplo, em uma discussão de trânsito) e não ultrapassar a lamúria individual ou a troca ofensiva de palavras, é utilizado um mecanismo fruto do processo civilizatório denominado *auto-regulação individual*. O que nos leva a outros conceitos elaborados por Elias.

A meta, do processo civilizador, é programar uma segunda natureza nos seres humanos e que não seja acessível a nível consciente, não importando o momento da trajetória humana. No entanto, o que seria essa segunda natureza? Ela teria origem nas interações entre os seres humanos e possuiria, por finalidade, edificar um ambiente de convívio social para a perpetuação do coletivo e do indivíduo. Porém, para que ocorra essa interação entre o nós e o eu, são necessários alguns mecanismos de controle, como: a coação externa, a autocoação e auto-regulamentação individual. Esses mecanismos são necessários para que ambos os pronomes, o nós e o eu, possam coexistir.

Toda figuração coletiva necessita limitar a atuação dos indivíduos que compõem esse todo, pois, se cada indivíduo buscasse a autorrealização, não haveria espaço para uma estrutura social. Sem que houvesse um espírito divino, ou uma razão inata a espécie, os seres humanos, através das suas interações sociais, foram instituindo limites para a livre atuação dos seus indivíduos.

No início, a violência do sujeito mais forte do grupo, pode ter prevalecido, gerando, assim, uma camada de estabelecidos que começaram a coagir os demais, e, no decorrer do processo civilizatório, essa coação não precisou mais ser imposta, pois ela foi aprendida, e logo em seguida ela passou a ser interna, ou seja, o próprio indivíduo buscava a sua autorregulação.

São três os pilares do processo civilizatório: a coação, a autocoação e autorregulação, são somente possíveis de acontecer, porque, a estrutura biológica dos *Homo sapiens*, permite ser modificada mediante a aprendizagem e repassada para as demais gerações, sem que tenha ocorrido uma mutação em seus genes.

Nesse contexto, Elias revela como suas experiências pessoais, em decorrência da sua formação médica, é inserida a biologia na sua teoria

processual, e faz uso da mesma como um conhecimento essencial para compreender a história e sociedade humana. Fato singular, visto que, em seu contexto de formação acadêmica social, se preza pela clivagem das áreas (humanas e biológicas), e o pouco diálogo entre os saberes.

Como comenta Elias:

Podemos obter uma visão nítida dos problemas distintos e específicos da sociologia se compararmos o sistema inato de sinais de que dependem os animais de nível evolutivo mais baixo do que o *Homo sapiens* e que só se podem modificar ligeiramente pela aprendizagem, com os sistemas de sinais provenientes da aprendizagem, como por exemplo as línguas, por meio das quais as pessoas comunicam e que, tal como as sociedades humanas, são tornadas possíveis pela organização biológica humana. Não se podem compreender os caracteres distintos da vida social humana sem que se faça referência à laringe, à cavidade bucal e à língua humanas, ao sistema nervoso e muscular especializado, (a evolução – nos lobos frontais – de uma região de controlo das capacidades motoras da fala. Em resumo, não há compreensão possível sem que haja conhecimento da adaptação da organização biológica humana em função da aprendizagem. (ELIAS, 1980, p.120).

A introdução do conhecimento biológico na lógica processual eliasiana, tornou visível a interdependência entre, o contexto das ciências naturais com o mundo social. Essa clivagem, entre os saberes, é fruto de uma figuração histórica do mundo cartesiano que ainda encontra eco no contexto presente e não da realidade natural. Vale ressaltar que, Elias arguiu contra essa separação, por considerar a lógica acima, fruto de uma aprendizagem, como o pensador comenta *podemos, facilmente, chegar à conclusão de que este mundo consiste de dois universos diferentes, um dos quais é caracterizado pela palavra código da “natureza” e outro pela “história” ou “cultura”*. (ELIAS, 1994, p.11).

É interessante, para busca do entendimento das sociedades humanas, o conhecimento da evolução biológica do equipamento humano. No entanto, onde podemos verificar esse processo? Como se deu esse processo de resignificação do biológico pelo social? Afinal, ainda ocorre esse processo?

A resposta para a primeira inquietação é que verificar o processo é possível, pois, até o presente, não o biológico e social habitam e reside o mesmo espaço, ou seja, o corpo e mente humana. Em relação ao segundo

questionamento, podemos analisar o processo das expressões faciais, ou seja, a relação entre os músculos faciais e o entendimento social de cada expressão, por exemplo. Porém, para verificar esse desenvolvimento o autor optou pela memória como um espaço de conexão entre o biológico e social, o que será abordado logo a seguir.

Por último, o processo de aprendizagem entre o biológico e o social deixará de existir somente quando um deles não existir mais. Mas, enquanto isso não ocorre, vamos lembrar como interação entre essas duas naturezas ocorreram na memória. Será que ainda me lembro?

2.5 DA MEMÓRIA INSTINTIVA PARA A MEMÓRIA SÍMBOLICA

As teorias propostas, para a compreensão da humanidade, visam separar a evolução natural das transformações figuracionais, como se o homem fosse fruto apenas dos genes, e resultado das interações sociais ou originário de um poder imaterial divino criador. Proposituras criticadas por Elias, pois, o ser humano é fruto de uma interação entre o biológico e o social, não sendo impossível sua clivagem.

Em geral, os biólogos e os sociólogos agem como se os aspectos biológicos e sociais dos seres humano estivessem tão estritamente divididos e fossem tão independentes entre como as profissões dos biólogos e dos sociólogos e, nos casos específicos, como os dois departamentos de biologia e sociologia pretendem estar. (ELIAS, 1994, p. 21).

Os processos de interação, entre o natural e o social, são complexos e intrincados, situação que ainda gera uma busca infrutífera pela compreensão da lógica cartesiana de compartimentalizar os conhecimentos e objetos de estudo.

O antropólogo deve privilegiar essa modalidade de memória [protopensamento], pois é nela que enquadramos aquilo quem, no âmbito do indivíduo, constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade. Grosso modo, podemos dispor sob esse termo a memória procedural – a memória repetitiva ou memória-hábito de Bergson, a Inteligência profunda que, de acordo com Marcel Jousse, permite ao cavaleiro lutar “sem se preocupar com sua montaria” – ou ainda a memória social incorporada, por vezes marcada ou grava na carne, bem como as múltiplas aprendizagens adquiridas na infância e mesmo durante a vida intrauterina: técnicas

do corpo que são resultado de uma maturação ao longo de várias gerações, memórias gestuais que no sistema nervoso central são o resultado do fortalecimento ou enfraquecimento de conexões sinápticas, esquemas sensório-motor piagetianos, rotinas, estruturas e dobras cognitivas, cadeias operatórias inscritas na linguagem gestual e verbal – acontecendo uma “penumbra” diferente do automatismo, mas onde “o exercício do julgamento não é realizado”, transmissão social que “nos ancora em nossas práticas e códigos implícitos”, costumes introjetados no “espírito sem que neles se pense” ou sem que disso se duvide, traços, marcas e condicionamentos constitutivos do *ethos* e mesmo alguns aspectos que jamais são verbalizados. (CANDAUI, 2011, p. 22).

Pois, como seria viável isolar o biológico do social? Como buscar compreender o cérebro humano, senão por meio dos processos de interação figuracional?

É o facto de que os processos biológicos e sociais são mutuamente dependentes; eles sobrepõem-se entre si quando os seres humanos aprendem, pela primeira vez, a falar uma língua. Longe de ser independente, como os respectivos departamentos profissões acadêmicas pretendem, a disposição biológica para aprender uma língua, que se desenvolve em qualquer ser humano nos seus primeiros dias, depende, por natureza, da ativação social, do contato estimulante com pessoas mais velhas que falam uma língua específica, a língua de uma sociedade específica. (ELIAS, 1994, p. 21).

A relação entre essas duas dimensões é simbiótica, caso ocorra o fim de uma delas, o ser humano deixa de existir. Continuamos ‘ser humano’, mesmo não tendo mais acesso à consciência, fruto das inter-relações e interdependência? Existe humano sem memória? Existe ser humano sem interagir com outros da espécie?

Para todos esses questionamentos, Elias, provavelmente, responderia que não, pois, até para que eu possa passar a questionar algo, como o exposto a pouco, foi preciso do equipamento biológico modelado, através de uma ativação social, denominada de linguagem. Foi necessário armazenar, na própria memória, a linguagem, o pensamento e o conhecimento construído por gerações anteriores a atual, ou seja, o biológico é a soma em parte de resignificados e, em parte, pela interação entre humanos.

Algo ímpar na constituição natural dos seres humanos. Uma alteração do uso do biológico, sem a alteração do gene responsável por essa função,

na espécie humana, é possível que a evolução biológica não se encontre condicionada ao desenvolvimento social, e vice-versa.

Quando ouvimos a expressão *mecanismos de sobrevivência do mundo natural*, logo nos vem à mente, a lembrança da imagem das garras dos felinos, dos dentes dos tubarões ou da destreza dos reptéis. Mas, praticamente, quase não conseguimos relacionar a memória, a linguagem e o pensamento, conceitos estanques que se referem ao mesmo processo cognitivo, no arcabouço dos mecanismos de defesa do mundo natural, apesar de ser elementar para a sobrevivência da espécie humana. Por exemplo, é na memória que se localizam as lembranças de uma identidade coletiva, a linguagem, o conhecimento, socialmente construído, a autorregulação, o *habitus*, o *ethos*, entre outros. Ou seja, os frutos do processo social da interação humana, necessários para o desenvolvimento das figurações e da sobrevivência da espécie *Homo sapiens*. Como expressa Elias:

A constituição natural dos seres humanos prepara-os para aprenderem com outros, para viverem com outros, para serem mantidos por outros e para cuidarem de outros. É difícil como é que os cientistas sociais podem obter uma compreensão clara do facto de a natureza preparar os seres humanos para a vida em sociedade sem incluir no seu campo de visão, os aspectos do processo evolutivo e do desenvolvimento social da humanidade. (ELIAS, 1994, p. 146).

Mas, afinal, como o armazenar dessas informações,¹⁹ pode ser mais útil à sobrevivência do que garras?

Richard Kilminster responde por Elias:

No seio deste grande quadro do desenvolvimento sócio-natural, Elias considera a capacidade humana técnica de comunicação através de símbolos como uma realização impar da inventividade cega da natureza. A capacidade dos seres humanos de orientarem o seu comportamento através do conhecimento aprendido concede-lhes uma grande vantagem evolutiva sobre outras espécies que são totalmente incapazes de o conseguir ou que só muito limitadamente o conseguem. É isto que ele designa como a “emancipação simbólica da humanidade” (ELIAS, 1994, p. 15).

Os homens não possuem garras, agilidade e ou destreza para fugir dos seus predadores, mas possuem a capacidade de reconhecer terrenos,

¹⁹ Toda informação é oriunda da relação entre memória, linguagem e conhecimento (ELIAS, 1994, p. 6).

identificar perigos, confeccionar instrumentos e defender-se em coletividade. A memória é a base da humanidade.

Com auxílio de uma ampla gama de padrões sonoros como este, os seres humanos têm a capacidade de comunicar entre si. Eles podem armazenar conhecimento na sua memória e transmiti-lo de uma geração para outra. (ELIAS, 1994, p. 4).

O homem, ao ser capaz de aprender, reter e acessar informações pôde prever o movimento das suas presas, identificar o ruído dos seus predadores, bem como, ter ciência das mudanças climáticas, o que possibilitou melhores condições de adaptabilidade perante as inúmeras alterações no clima que ocorreram, e ainda ocorrem, no planeta Terra, desde a última era glacial, por volta de doze mil anos até as consequências climáticas oriundas a antropofomização da crosta terrestre.

Todo e qualquer ato humano envolve memória. Quando falamos, nos utilizamos da memória operacional, que permite processar o conhecimento e da memória ecóica e que nos permite compreender o que expressamos; da memória simbólica, que nos permite expor nossa interpretação sobre a realidade concreta, com base em nossas fantasias aprendidas, reinterpretadas e compartilhadas em um determinado agrupamento humano; da memória motora, que nos permite articular a fisiologia do corpo, para que possa ser emitida a sonoridade da fala, quando declamamos um poema ou fazemos uso da memória afetiva.

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a sua consciência e o conhecimento de si. (CÂNDAU, 2011, p. 60)

Ou seja, o homem é memória.

O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, como também nos permitem projetar o futuro; isto é, nos dizem quem poderemos ser. O passado contém o acervo de dados, o único que possuímos, o tesouro que nos permite traçar linhas a partir dele, atravessando, rumo ao futuro, o efêmero presente em que vivemos. Se não temos hoje a medicina entre nossas memórias, não poderemos praticá-la amanhã. Se não

nos lembramos de como se faz para caminhar, não poderemos fazê-lo. Se não recebemos amor quando crianças, dificilmente saberemos oferecê-lo quando adultos. (IZQUERDO, 2011, p. 11).

A capacidade humana de armazenar informações não é um fenômeno isolado e único no reino animal, outros animais são capazes de armazenar quantidades significativas de informações. As aves são capazes de memorizar as árvores frutíferas das quais se alimentam, assim como, os cachorros domésticos conseguem reconhecer o rosto dos seus donos. Ou seja, a memória não é uma instância psíquica ímpar dos homens. Então, por que os seres humanos conseguiram galgar na pirâmide ecológica? Foi devido à memória?

Diferente dos demais animais, os humanos possuem a capacidade de conceder um valor simbólico às suas memórias, um valor que ultrapassa o sentido biológico do termo e a da função memória. As aves, por exemplo, buscam identificar, ao nascer, a figura dos seus genitores, pois, precisam de proteção, quando alcançar a maturidade biológica, a memória, que possui dos genitores, passa a carecer de relevância biológica, devido a ave já possuir meios para prover a sua própria segurança.

A constituição natural dos seres humanos prepara-os para aprenderem com outros, para viverem com outros, para serem mantidos por outros e para cuidarem de outros. É difícil como é que os cientistas sociais podem obter uma compreensão clara do facto de a natureza preparar os seres humanos para a vida em sociedade sem incluir no seu campo de visão, os aspectos do processo evolutivo e do desenvolvimento social da humanidade. (ELIAS, 1994, p. 146).

No caso particular dos humanos, a memória passa a representar um mundo particular do indivíduo e a cultura a qual se encontra inserida.

... cada ser humano é quem é, um indivíduo diferente, de qualquer congênere, graças justamente à memória; a coleção pessoal de lembranças de cada indivíduo é distinta das demais, é única. Todos recordamos nossos pais, mas os pais de cada um nós foram diferentes. Todos recordamos, geralmente vaga, mas prazerosamente, a casa onde passamos nossa primeira infância; mas a infância de uns foi mais feliz que a de outros, e as casas de alguns desafortunados trazem más lembranças. Todos recordamos nossa rua, mas a rua de cada um foi diferente. (IZQUERDO, 2011, p.12)

O mundo simbólico, ou porque não, a memória simbólica, é a intersecção da memória biológica, da memória coletiva e da memória individual.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento. (CANDAUI, 2011, p. 16).

Ou seja, a memória simbólica é o resultado de um longo processo evolutivo e social, cego e sem norte que culminou com o amadurecimento do biológico pelo social, da memória instintiva para a memória simbólica.

2.6 VALE LEMBRAR

Quando criança, meu pai estimulava a minha pessoa a decorar o nome de países, pessoas e números, pois, na sua concepção, ter memória é reter informação. Ele não está de todo errado, porém, sua noção sobre memória é limitada, apesar de ter sido essa, a noção de memória que perdurou por grande parte do processo histórico da humanidade.

Desde os gregos, com a sua noção divina de Mnemosine, deusa que luta contra o esquecimento temporal, até meados do século XX, quando os avanços da neurociência ampliaram a concepção de memória para o mundo simbólico, para o ato de memorizar. Ou seja, reter, acessar e lembrar foi o conceito de memória que dominou o longo processo histórico da humanidade (BADDELEY, 2011). Porém, como todo conceito histórico, esse conceito sofreu mudanças e, em plena era dos progressos neurocientíficos, o termo memória passou a ser compreendido como a capacidade simbólica de reinterpretar o passado, quando solicitado pelo presente.

Vale ressaltar ainda que, existem uma infinidade de conceitos, noções ou concepções para o termo memória no contexto da neurociência, e foram selecionadas duas concepções de memórias para serem debatidas no presente texto: a *memória semântica* e a *memória episódica* (BADDELEY, 2011).

Há uma diversidade de classificações cabíveis, em relação ao termo memória, como por exemplo, a memória sensorial (olfativa, auditiva, visual), a memória motora, a memória cognitiva (aprendizagem), bem como há uma classificação das memórias com base no tempo de permanência a nível consciente no ser, como a memória de curto, médio ou longo prazo (BADDELEY, 2011).

Todos nós, seres humanos, sem comprometimento neurológico, possuímos a capacidade de evocar lembranças de episódios biográficos (memória episódica). A memória episódica é o *sistema que se supõe servir de base à capacidade de lembrar eventos específicos* (BADDELEY, 2011, p.23) como um casamento de um amigo, ou falecimento de um parente próximo. No entanto, todo episódio tem a necessidade de um prévio conhecimento anterior.

Então, por que o falecimento de um parente próximo é importante? Para responder essa questão, os homens fazem uso da memória semântica. Essa memória, consiste no *sistema que se supõe armazenar conhecimento sobre o mundo* (BADDALEY, 2011, p.23).

Mas, como esse conhecimento sobre o mundo se forma? Qual a sua origem?

2.7 DA MEMÓRIA SIMBÓLICA A CIVILIZAÇÃO DOS SÍMBOLOS

A revolução cognitiva (HARARI, 2015) permitiu aos homens tentar buscar uma compreensão da realidade as quais estão inseridos. A consciência libertou o homem do instinto, mas o aprisionou na realidade. Assim, ao adquirir consciência, o homem buscou compreender a realidade do concreto ao redor, como qualquer desbravador sem uma bússola. Os homens buscaram compreender o real de acordo com a sua própria realidade, ou seja, praticamente nenhum.

A fantasia adentra nesse debate como o instrumento utilizado pelo o homem para tentar explicar o porquê das coisas (de dias e noites, da existência, da finitude da vida e etc...), e ao tentar elaborar explicações para o mundo, o homem aprimora grunhidos e aperfeiçoa a fala e a linguagem.

Os seres humanos passaram a tentar expor suas respectivas interpretações sobre o mundo, algo que possibilitou o aparecimento de uma memória simbólica, compartilhada e edificada em coletividade. A linguagem é o meio como o mundo simbólico, localizado na memória, constrói-se, se expressa e se perpetua. Ou seja, o início do processo civilizador, proposto por Norbert Elias.

As situações sociais que exigem que, para efeitos de comunicação, as pessoas indiquem claramente se a sua mensagem se refere a elas próprias, à pessoa interpelada ou a uma terceira pessoa no singular ou no plural, são recorrentes na vida e, por isso, na experiência dos grupos humanos. Neste caso, a estrutura da língua reflete, de forma muito clara, a existência dos seres humanos em sociedade e não a natureza dos seres humanos ou a pessoa individual isolada. Reflete a necessidade social recorrente de se exprimir, de modo claro, numa forma simbólica socialmente estandardizada, a relação entre o emissor e o receptor de uma mensagem ao qual a mensagem se refere. Neste caso, portanto, a configuração das pessoas envolvidas na emissão e na recepção de uma mensagem, e a posição que elas ocupam no interior da configuração, estruturam, claramente, a linguagem. (ELIAS, 1994, p.69).

Ou, como expressa Harari, a linguagem vai desencadear a cooperação humana em larga escala.

Toda cooperação humana em grande escala – seja um Estado moderno, uma igreja medieval, uma cidade antiga ou uma tribo arcaica – se baseia em mitos compartilhados que só existem na imaginação coletiva das pessoas. As igrejas se baseiam em mitos religiosos partilhados. ... Dois sérvios que nunca se conheceram podem arriscar a vida a salvar um ao outro porque ambos acreditam na existência da nação sérvia, da terra natal sérvia e da bandeira sérvia. (HARARI, 2015, p.28).

A memória simbólica deve ser compreendida como a memória do inconsciente humano, seja ele individual ou coletivo. O mundo simbólico é um mundo da fantasia, da irracionalidade e nasce em busca da *ratio* humana que habita e se perpetua no inconsciente, fruto do longo do processo histórico, o qual, Norbert Elias escreve e define em suas obras. Um processo, no qual, profetas da história apenas iluminam o passado e são incapazes de antever o próximo precipício.

Sem essa mobilização da memória que é a transmissão, já não há socialização nem educação, e, ao mesmo tempo, se admitirmos,

como diz E. Lich, que a cultura é “uma tradição transmissível de comportamentos apreendidos”, toda identidade cultural se torna impossível. Se o homem não é um “homem nu”, mas um ser social, se ele pode ignorar a cifra de um ou dois milhões de neurônios que perde quotidianamente a partir dos 30 anos, é porque a transmissão continua de conhecimento entre gerações, sexo, grupos etc. Ihe permite aprender tudo ao longo de sua vida e, ao mesmo tempo, vem satisfazer seu instinto epistêmico. A partir dessa aprendizagem – adaptação do presente ao futuro organizada a partir de uma reinteração do passado -, esse homem vai constituir sua identidade, em particular em sua dimensão de protomemorial. (CANDAUI, 2011, p. 106).

Pensar no abstrato permitiu ao homem desenvolver a linguagem, uma vez que, nesse mundo dos símbolos, é a forma ou modo de expressão do pensamento abstrato, que cada indivíduo elabora sobre a realidade concreta e que em contato com outro ser, que passa a compartilhar o ‘*mundos símbolos*’. Esse compartilhamento, de *mundos símbolos*, passa a ser o germe do senso de identidade *nós*. Portanto, uma troca mútua, de mundos simbólicos, desencadeia o que, para o meio da antropologia, se busca denominar de memória coletiva.

A linguagem, que é o meio pelo qual um ser humano pode comunicar e, de facto, agir com os membros do seu grupo, é indispensável ao pleno desenvolvimento de um ser humano com a capacidade de usar o conhecimento e o raciocínio como meio de orientação sob a forma de símbolos linguísticos. Todos eles possuem funções humanas que são dirigidas de umas pessoas para as outras. Eles são tornados possíveis pela forma específica que caracteriza a vida conjunta dos seres humanos em grupos e, por seu lado, possibilitam esta forma específica. (ELIAS, 1994, p.71).

A troca de símbolos possibilita o trabalho em coletividade e em organização social, ou seja, o processo civilizador. De modo amplo e geral, o processo civilizador é a transmissão, dessa memória simbólica, de uma geração para outra, mas que, em decorrência, dessa longa transmissão, é passível de alterações. Vale ressaltar que, essas alterações são inconscientes, pois, de outro modo, a humanidade não possuiria a bússola que aponta para o norte desse processo, dado que, este é cego para o presente, visível para o passado e oculto para o futuro.

A necessidade de interação entre membros da mesma espécie, ou entre diferentes espécies inclui, como elemento-chave, a comunicação entre indivíduos. Essa comunicação é necessária para

o bem-estar e para a sobrevivência. Nas espécies mais avançadas, o altruísmo, a defesa de ideais comuns, as emoções coletivas são parte de nossa memória e servem para nossa intercomunicação. (IZQUERDO, 2011, p. 12-13).

Assim, o surgimento da civilização humana não tem como origem a revolução agrícola, mas a revolução cognitiva, a revolução simbólica.

Revolução interna, a revolução que possibilitou à espécie humana elaborar um mundo simbólico, onde ao ser compartilhado entre os indivíduos de uma mesma coletividade gerou o senso do coletivo e, para que esse senso de pertencimento fosse perpetuado entre os indivíduos, os agrupamentos humanos passaram a ter a necessidade de elaborar um espaço de compartilhamento, dos laços simbólicos de sua respectiva coletividade.

Procuramos laços, geralmente culturais ou de afinidades e, com base e nossas memórias comuns, formamos grupos: comarcas, tribos, povos, cidades, comunidades, países. Consideramo-nos membros de civilizações inteiras e isso nos dá segurança, porque nos proporciona conforto e identidade coletiva. Nós sentimos apoiados pelo resto do grupo, chama-se este família, bairro, cidade, país ou continente. Os europeus e norte-americanos, por exemplo, claramente pertencem à Civilização Ocidental. (IZQUERDO, 2011, p. 13).

Espaços, como os destinados ao culto dos deuses, onde acontece a formação do ser em um indivíduo de uma coletividade, por meio de ritos de passagem nas escolas da era pós-iluminismo e nas sociedades nacionais, os conhecidos momentos históricos.

Ele [o ancião detentor da memória], nas tribos antigas, tem um lugar de honra como guardião do tesouro espiritual da comunidade, a tradição. Não porque tenha uma especial capacidade para isso: é seu interesse que se volta para o passado que ele procurar interrogar cada vez mais, ressuscitar detalhes, discutir motivos, confrontar com a opinião dos amigos, ou com velhos jornais e cartas em nosso meio. (BOSI, 2014, p. 82).

Ou espaços como a moradia da nossa infância, observado por Carl Jung:

... todos nós vemos, ouvimos, cheiramos e provamos muitas coisas sem nota-las na ocasião, ou porque a nossa atenção se desviou ou porque, para os nossos sentidos, o estímulo foi demasiadamente fraco para deixar uma impressão consciente. O inconsciente, no entanto, tomou nota de tudo [memória simbólica], e essas percepções sensoriais subliminares ocupam importante lugar no

nosso cotidiano. Sem percebermos, influenciam a maneira segundo a qual vamos reagir a pessoas e fatos.

Um exemplo, que considero particularmente significativo, foi-me dado por um professor que havia passeado no campo com um dos seus alunos, absorvido em uma séria conversa. De repente, verificou que seus pensamentos estavam sendo interrompidos por uma série de inesperadas lembranças da sua infância, sem conseguir justificar tal distração.

Nada do que até então estivera discutindo tinha qualquer ligação com aquelas lembranças. Olhando para o caminho percorrido, viu que haviam passado por uma fazenda, quando surgira a primeira dessas recordações da sua infância. Propôs ao aluno que retornassem ao local onde se haviam iniciado aquelas fantasias. Chegando lá, sentiu cheiro dos gansos e, imediatamente, percebeu que esse cheiro desencadeara a série de recordações.

Na sua juventude, ele viverá numa fazenda onde criavam-se gansos, e o seu odor característicos lhe deixara uma impressão duradoura, apesar de adormecida. (JUNG, 2016, p. 38-39).

Vale frisar que, a escolha de um espaço destinado à perpetuação do mundo simbólico compartilhado é inconsciente, ou seja, os indivíduos o elegem, através de um processo cego, a consciência, os espaços que representam a sua identidade *nós* é simbólico e imaterial para a consciência.

Instituições humanas, criadas por um processo histórico, tendem a se apropriar da direção dessa escolha nesse longo caminhar, porém, devido o processo independer do anseio humano do presente, as eleições artificiais de espaços, enaltecidos da *identidade nós*, fracassam quando, observadas em longo prazo, como, por exemplo, o conceito de nação, de povo, de civilização e de monumentos históricos que não encontram respaldo da memória simbólica.

A identidade das figurações sociais, desde as mais abertas a mais complexas, provém de suas memórias simbólicas compartilhadas, visto que, inexistente memória coletiva, pois os humanos não compartilham os mesmos neurônios.

Há memórias individuais, transmitidas e retransmitidas no decorrer de um longo processo cego, cujo conjunto e transmissão do conteúdo compartilhado, denominam-se memória.

O estudo da memória, por parte dos conhecimentos humanos, visou a compreensão da memória como parte da psique consciente da humanidade. O discurso da diferenciação racional do homem, perante o mundo natural é tratado por nós como um dogma. Porém, outras abordagens, como a proposta por Norbert Elias, que busca esfacelar esse confortável dogma ao

expor, na sua Teoria Simbólica, o papel da fantasia na construção da humanidade.

Os símbolos das fantasias são, muitas vezes, concebidos como irracionais e não pertencentes ao intelecto. No entanto, nos factos reais, a capacidade humana de imaginar coisas que não existem e acontecimentos que não ocorrem, e de comunicar sobre eles através de símbolos apropriados, encontra, na melhor das hipóteses, apenas traços residuais de uma equivalência no mundo animal. Ela é não só o pai e a mãe da arte, foi também e ainda é indispensável para a sobrevivência da humanidade desde que emergiu uma espécie biologicamente equipada em termos de orientação e de comunicação através do conhecimento aprendido. (ELIAS, 1994, p. 73).

O início do amadurecimento do biológico pelo cultural, como expõe Norbert Elias, possui como pedra fundamental a capacidade humana de falar e de elaborar a linguagem, em conjunto com a disposição de armazenar e transmitir o conhecimento passado as próximas gerações, mediante o compartilhamento do mundo simbólico, elaborado e repassado pela linguagem, e que se oculta na memória do inconsciente, a memória simbólica.

O entrelaçamento de mundos simbólicos, elaborados pelos indivíduos, possibilitou o desenvolvimento do conceito de *identidade nós* (ELIAS, 1980), onde pertencer a um grupo que compartilha parte da simbologia do indivíduo traz segurança, conformação e propósito para a existência do ser.

A memória simbólica visa a sua perpetuação, pois, a transferência e a contratransferência entre mundos elaborados pela utilização de símbolos a nível individual, necessita ser reforçado para que o senso de identidade não se enfraqueça e passe a ameaçar a existência dessa coletividade, em particular. O reforço pode ser compreendido como processo civilizatório, que cada sociedade humana elaborou, no qual, *grosso modo*, consiste na transmissão da memória simbólica que une o grupo, como por exemplo, o conceito de pai, mãe, família, tribo.

A transmissão, ou espaço, destinado ao desencadear do processo civilizacional, são as moradias, os espaços de cultos, as comemorações guerreiras, os ritos de passagem da puberdade a vida adulta, até os usos e costumes que cada sociedade humana tem, em relação às necessidades escatológicas.

O homem ao perceber-se só no mundo, em razão de que, Adão ao falecer não deixou testamento de como era esta terra, teve que elaborar suas próprias verdades, baseadas em suas fantasias, ao conceber o simbólico para o mundo, em busca de um propósito para a sua solitária existência.

Os homens são deuses do mundo simbólico, concedem vida e sentido às coisas, como as ruas que, cronicamente, expressou João do Rio, em *A Alma Encantadora das Ruas*:

[A rua] E insensivelmente, há na memória da produção, bem nítida, bem pessoal, uma individualidade topográfica a mais, uma individualidade que tem fisionomia e alma.

Algumas dão para malandras, outras para austeras; umas são pretensiosas, outras riem aos transeuntes e o destino as conduz como conduz o homem, misteriosamente, fazendo-as nascer sob uma boa estrela ou sob um signo mau, dando-lhes glórias e sofrimentos, matando-as ao cabo de um certo tempo.

Oh! sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue... (RIO, 2009, p. 30).

De outro modo, mundo simbólico possibilitou ao homem conceber uma alma e a conectar-se a ela e a si, mediante a colaboração de uma coletividade.

A natureza nos dotou de uma estrutura biológica apta a fundi-la com os objetos, simbolicamente construídos, para arquitetar sentido ao que, biologicamente, não encontramos resposta, a vida.

APRESENTAÇÃO DO TERCEIRO CAPÍTULO

Nesse terceiro momento, a dissertação visa realizar a síntese dos primeiros temas abordados, memória e pensamento eliasiano, e aplicá-los na lógica da construção identitária das sociedades humanas, em torno dos símbolos socialmente construídos. No caso em questão, aplicar a síntese elaborada, no processo de elaboração identitária da cidade de Manaus, em volta do paço municipal ou Paço da Liberdade, como é oficialmente conhecido pelo poder público municipal.

A construção da síntese tem, como marco inicial, a busca por uma compreensão do termo identidade e suas manifestações no âmbito das figurações sociais. O entendimento será mediado pelo diálogo conceitual, entre os termos eliasiano de psicogênese e sociogênese.

No transcurso da elaboração da síntese, a construção, a escolha cega e o desenvolvimento dos objetos, socialmente construídos, que reproduzem o sentido de unidade e pertencimento, tornam-se o foco do estudo. Assim, dando continuidade, os elementos identitários serão trabalhados como espaços, onde é possível vislumbrar as tensões das figurações em um determinado tempo e espaço. Portanto, será possível compreender a construção e narração do passado como um elemento simbólico de disputa e manutenção, ou substituição de um modelo civilizacional por outro.

Na compreensão da dinâmica conflituosa, entre estabelecidos e outsiders, na disputa por um passado narrável e homogenizador, a pesquisa acredita em sua capacidade de dar um micro passo histórico rumo a outro nível de interpretação dos espaços, elencados, modernamente, como históricos.

Com o intuito de demonstrar a relação de interdependência entre teoria e prática, o que é um dos pressupostos de Norbert Elias, foi realizado uma construção biográfica do Paço Municipal de Manaus. É nesse momento que a micro-história adentra na pesquisa, pois, foi na metodologia da escola italiana de compreensão histórica, proposta por Carlo Ginzburg, que a biografia, do espaço elencado na pesquisa, foi elaborada.

Em razão disso, este capítulo encerra momentaneamente a pesquisa, haja vista que, para o pesquisador, o tema não se esgota nesse trabalho.

Posto que o pesquisador se encontre em figurações sociais onde a compreensão simbólica do tempo é de acelerado, burocratizado e finito, o mesmo opta por encerrá-la por aqui, mas, não sem antes indicar o espaço analisado, mediante a micro-história figuracional²⁰, como o lugar eleito num longo processo cego, como o museu da cidade de Manaus. Um local, que se encontra, a um passo entre a memória do que lembramos e a história que elegemos para lembrar.

²⁰ Termo criado pelo autor, referente à junção da micro-história italiana com a lógica figuracional eliasiana. Nota do autor.

3. A UM PASSO ENTRE A IDENTIDADE E A MEMÓRIA

3.1 O PARADOXO DE TESEU E O MEU *EU*

A figuração científica atual bombardeia os noticiários com os mais diversos relatos sobre os avanços da tecnologia humana: inteligências artificiais capazes de detectar doenças que irão surgir em um paciente em um futuro próximo, planos de colonizar o planeta Marte ou a primeira transfusão de memória²¹ entre seres vivos; tudo para exemplificar o nível de desenvolvimento tecnológico presente, que o modelo de processo civilizatório dominante atual, encontra-se.

Mas, há uma, dentre várias questões, que apesar dos maiores progressos que a humanidade já realizou, ainda não foi e, acredita o autor, que jamais será capaz de encontrar uma resposta, que atenda o consenso da humanidade, a questão é: Quem sou eu? Ou, de outro modo, o que constitui a nossa identidade?

Filósofos, teólogos, artistas, humanistas, naturalistas, físicos, eu e você, leitor desse trabalho, ou seja, todos nós, em algum momento da nossa existência já nos questionamos: quem sou eu?

No mundo de contexto clássico, entende-se²², em período de figuração greco-romana, vários pensadores se debruçaram para produzir uma resposta, desde o pré-socrático Heráclito, ao próprio Sócrates, Platão e Aristóteles.

No entanto, foi Plutarco²³, cidadão romano de origem grega, que mais se dedicou à problemática, o qual resultou em um cenário, esse denominado e já conhecido como: Paradoxo de Teseu. Mas, antes de adentrarmos ao paradoxo, vamos tentar compreender as figurações do tempo e espaço que Plutarco se encontrava inserido.

Plutarco é contemporâneo da passagem da República Romana, que perdurou do ano 509 a.C. a 27 d.C., período em que o Senado Romano foi a instituição política mais importante para o Império Romano, onde existiu entre

²¹Matéria disponível em: <<http://newsroom.ucla.edu/releases/ucla-biologists-transfer-a-memory>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

²² Recorte temporal do autor.

²³ Viveu entre os anos de 46 d.C. a 120 d.C. no Império Romano. Nota do autor.

os anos de 27 d.C. a 476 d.C.²⁴, momento em que o poder emanava da persona divina do imperador.

Nos primeiros anos do Império Romano, os imperadores e pensadores que arbitravam em favor da causa imperial buscaram, sob a proteção e patrocínio dos Césares e Augustos, elaborar outro passado, uma nova origem para Roma Imperial.

Nesse contexto de elaboração de uma identidade não republicana, isto é, de uma nova origem que legitimasse a figura de heróis de origem divina ou que tivessem proteção divina e que, por sua vez, tivessem uma conexão com os imperadores romanos, que pensadores, como Plutarco ascendem no âmbito da figuração imperial romana.

Vale ressaltar ainda que, Plutarco foi precedido de Virgílio²⁵ que, sob auspícios de César Augusto, primeiro imperador, elaborou, sob encomenda, a epopeia, denominada Eneida, finalizada no ano de 19 a.C. Essa obra simboliza o poder do império romano sob o comando de Augusto, mediante um paralelo entre a queda da cidade de Troia, a fundação de Roma e, obviamente, a pessoa do Imperador.

Plutarco foi um pensador platônico, historiador e ensaísta, que elaborou uma obra denominada Vidas Paralelas²⁶, essa obra consistia em fazer um paralelo da vida dos heróis gregos com os heróis romanos: o comandante Epaminondas com o Cipião, o Africano; Teseu com Rômulo, entre outros.

Nas suas viagens, a procura de fatos que marcaram a trajetória das personalidades contidas em sua obra, Plutarco em Atenas, estava em busca de maiores informações sobre Teseu, visto que, segundo as informações da

²⁴ No ano de 395 d.C., sob o governo de Teodósio I, o império foi dividido em dois, um denominado ocidental e outro oriental, a parte oeste foi conquistada no ano de 476 d.C., a parte leste perdurou até o ano de 1453 e até o início do século XX as populações que outrora estavam sob o domínio oriental, ainda se compreendiam como romanas, apesar do fim político do império oriental denominado pelo ocidente de bizantino ter ocorrido há quase cinco séculos. Nota do autor.

²⁵ Homem de letras que viveu entre os anos de 79 a.C. a 19 a.C., na República Romana, mas que já presenciava as transformações que levaria a fim dessa organização política administrativa. Vale ressaltar que foi contratado por Caio Otávio, que é mais conhecido como Imperador Augusto. Nota do autor.

²⁶ Precisar o ano de publicação dessa obra é um trabalho árduo, visto que o calendário atual não era o mesmo da época romana, como a obra de Plutarco não é o foco dessa dissertação, foi estipulado pelo autor que a obra foi produzida no final da vida de Plutarco, entre os anos 110 a 120 d.C. Nota do autor.

época, teria sido o rei mítico fundador da cidade Atenas após eliminar o Minotauro.

Ao percorrer a pólis ateniense, tomou conhecimento da estada do navio utilizado por Teseu, no transcurso de seus feitos, e como forma de homenagear o fundador de Atenas, foi preservado por, aproximadamente, mil anos, segundo alegação local, conforme relatou Plutarco:

O navio no qual Teseu partiu e regressou era uma galeota de trinta remos, que os Atenienses guardaram até ao tempo de Demétrio de Falero, retirando sempre as velhas peças de madeira, à medida que apodreciam, e colocando outras novas em seus lugares; de maneira que depois, nas disputas dos Filósofos sobre as coisas que aumentam, a saber, se permanecem unas ou se fazem outras, essa galeota era sempre alegada com exemplo de dúvida, porque uns mantinham que era um mesmo barco, enquanto outros, ao contrário, sustentavam que não. (PLUTARCO, 2012, p. 32).

O contato com o barco, supostamente de propriedade de Teseu, fez com que Plutarco navegasse por mares filosóficos e aportasse em um paradoxo, o Paradoxo de Teseu.

Este paradoxo consiste no seguinte: o fato de se o barco é ou não é do herói; sabendo de sua idade, aproximada, a embarcação precisou de diversos reparos ao longo do tempo e, em determinados períodos, algumas de suas peças foram trocadas, ao ponto que, após esse lapso temporal tão longo, calcula-se que todas as peças do barco foram trocadas, é que surge a dúvida. O barco, no qual, todas as peças foram substituídas por outras, continua sendo o de Teseu?

Se a resposta for sim, então, se pode dizer que ao reunirmos todas as peças que foram descartadas e reconstruirmos o barco, esse não seria o de Teseu? Logo, afinal, qual barco, merecia ser agraciado como sendo do herói?

Vale frisar, que Plutarco vivenciava um momento de mudança política, que desencadeou um processo de elaboração de outra identidade para a figuração imperial de que se estabelecia e, nesse processo, acabou por se defrontar com o paradoxo supracitado. Ou seja, será que o Plutarco que nasceu era o mesmo que morreu, apesar das transformações, biopsicossociais, ao longo da sua existência?

O questionamento, sobre o 'quem sou eu?', sobreviveu a queda de Roma, em 476 d.C., e adentrou o medievo teológico europeu, onde a origem

divina atendia a qualquer questionamento, e navegaria até os pensadores da era moderna, como Thomas Hobbes, pensador inglês, entre os anos de 1588 a 1679. A dúvida filosófica, elaborada por Hobbes, pode ser sintetizada nas seguintes palavras: O que vale mais, a unidade aparente, do aparentemente imutável (o navio no museu), ou a decomposição da unidade, sob a pressão do tempo?

Outro filósofo que buscou solucionar o paradoxo foi John Locke, pensador inglês que viveu do ano 1632 a 1704. O contratualista²⁷ compara a embarcação a uma peça de roupa, uma meia, por exemplo, que de tanto ser remendada, perderia qualquer vínculo com o tecido originário.

Já, o pensador germânico Gottfried Leibniz, que viveu entre os anos de 1646 e 1716, que ganha notoriedade na figuração vigente, em decorrência da elaboração do sistema binário e sua utilização na computação, alegou ter encontrado uma solução para o paradoxo, sendo denominada pelos matemáticos como a regra do produto ou lei de Leibniz, que consiste no seguinte:

X é o mesmo que Y se, e apenas se, X e Y têm as mesmas propriedades e as relações, assim, tudo o que é verdade para X é também verdadeiro de Y, e vice-versa. (in Os Pensadores, trad. L.J. Baraúna, São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 173).

Para o pensador supracitado, ambos os barcos seriam de Teseu, pois, as peças que compõem ambos possuem as mesmas propriedades e relações matemáticas. De outro modo, o que é verdade para um barco, vale para outro.

Mas, será que a lógica matemática se aplica ao mundo social, sem ressalva? Não. Mas, esse equívoco não desmerece a obra de Leibniz, toda obra tem suas limitações, inclusive a atual, aqui sendo apresentada.

A presente pesquisa visa elaborar uma síntese sobre o pensamento processual de Norbert Elias, aos patrimônios históricos e identidade, conforme exposto no projeto de pesquisa. Mas, você pode estar perguntando, qual a relação do objeto da pesquisa com o paradoxo de Teseu?

²⁷ Classificação concedida aos pensadores modernos que defendiam a existência de um contrato e não um pacto entre os governos e governados. Como todo contrato há direitos e deveres para ambas as partes envolvidas. Nota do autor.

Simple, mas complexo: é porque todos nós somos um paradoxo de Teseu, mas não é somente o nosso eu, mas como a própria vida, em decorrência de sermos esse aparente contrassenso que não há um Prometeu moderno, ou seja, um Frankenstein; pois, só a vida é capaz de gerar vida, só um computador antigo pode projetar um novo, o seu *eu* só pode existir porque outros *eus*, ou seja, um *nós*, gerou você.

Ou seja, a nossa identidade é fruto das nossas experiências de interação e interdependência figuracionais e das narrativas que construímos, interpretamos e remodelamos no decorrer de um tempo e espaço, biologicamente finito, dessas experiências. Somos, apesar das mudanças, sempre o mesmo.

É isto que constituí a identidade de cada ser humano em uma figuração, a interação entre eu e o nós. As ferramentas, com as quais constituímos nossa identidade, são fornecidas pela figuração, ou seja, a linguagem. Como seria capaz, de um indivíduo refletir sobre suas particularidades, sem o uso da língua? No processo de elaboração da nossa particularidade, também acabamos por alterar, nem que minimamente, o *nós* que forneceu as diversas possibilidades de elaborar o seu *eu*, pois, o *eu* também faz parte do *nós*.

Até o prezado momento, é compreensível que a constituição identitária seja fruto das figurações, como foi exposto. Mas, a explanação acima não é capaz de conceder uma resposta ao paradoxo trabalhado. Explica a sua constituição, mas não a mudança, pois, *eu* não sou o mesmo de uma década passada, mas continuo o *mesmo*.

Para solucionar o paradoxo, no seu tocante, a mudança e a persistência da identidade, é preciso recorrer à biologia molecular - ramo desse saber que estuda, e investiga, as interações entre os diversos sistemas celulares, incluindo a relação entre DNA, RNA e síntese protéica - visto que, a pesquisa no campo molecular foi capaz, mediante comprovação experimental, de informar que, basicamente, todos os átomos que compõem o nosso corpo,

assim como, grande parcela das nossas trinta e sete trilhões de células,²⁸ é substituída, na sua totalidade, a cada quinze anos, salvo exceções²⁹.

As exceções são: o esmalte do dente e, as células que compõem nosso cérebro, ou seja, os neurônios. Essas células nascem e morrem conosco, e é nelas que armazenamos nossas vivências figuracionais, nossa linguagem, nosso conhecimento, o nosso *eu*, ou seja, nossas lembranças armazenadas na memória.

Uma vez que, cada lembrança consiste numa rede neural, armazenada na memória, logo, quando reinterpretemos uma lembrança, os neurônios são reorganizados, constituindo, assim, numa nova lembrança, com base nas células que formaram a lembrança anterior³⁰. Por isso que, apesar das mudanças, que sofremos da perspectiva biológica, social e psíquica, continuamos sendo *nós* mesmos.

Logo, pode-se compreender que, a nossa identidade já é um paradoxo de Teseu quando a compreendemos mediante a lógica eliasiana, visto que, ao analisarmos os homens, se faz necessário compreender a interação entre biológico e social, ou seja: o corpo humano evoluiu, para que as células neuronais tivessem uma existência prolongada, em comparação as demais, o que possibilitou a segunda natureza, portanto, com o social desenvolve-se uma linguagem, símbolos coletivamente construídos, as nossas identidades, isto é, a humanidade.

3.2 O PRONOME PESSOAL *NÓS* QUE CRIOU O MEU *EU*

No tópico anterior, foi debatido, apesar de brevemente, a relação entre o biológico e o social. Temos a ciência que, a evolução do equipamento biológico humano possibilitou que as células, denominadas neurônios, tivessem um tempo de existência prolongado, em relação às demais.

²⁸ Bianconi, Eva, Allison Piovesan, Federica Facchin, Alina Beraudi, Raffaella Casadei, Flavia Frabetti, Lorenza Vitale et al. "An estimation of the number of cells in the human body." *Annals of human biology* 40, no. 6 (2013): 463-471.

²⁹ Conteúdo disponível em: <<https://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=11893583>>. Acessado em: 22 de junho de 2018.

³⁰ Vide o primeiro capítulo da dissertação. Nota do autor.

Em decorrência dessa condição natural, as interações humanas evoluíram para uma maior interdependência, mediante a elaboração de uma linguagem, o que possibilitou uma maior cooperação entre os seres e a construção de universos simbólicos que, desencadearam objetos, figuracionalmente, constituídos que reforçaram a cooperação entre os membros da coletividade, ou seja, uma identidade coletiva.

No presente momento da dissertação, será trabalhada a psicogênese do pronome *eu*, mediante a interação com a sociogênese do pronome *nós*. Para este debate será utilizada a parábola das estátuas pensantes, vista por Norbert Elias, na obra *A Sociedade dos Indivíduos*. Essa parábola consiste em um espaço onde há várias estatuas, dotadas de consciência, ou seja, de um *eu*, mas que, por serem esculturas, que apenas reproduzem a forma humana, são incapazes de emitir som ou de estabelecer qualquer forma de comunicação umas com as outras.

A parábola põe em questionamento toda uma construção, que recebe impulso com o renascimento, e que arbitra em favor de uma consciência humana inata, como algo que nasce no interior de cada indivíduo de modo espontâneo. Como comenta, Elias:

A parábola das estátuas pensantes dá-nos uma indicação do motivo por que parece tão convincente, ao menos para as pessoas de certos grupos sociais, a ideia de que a consciência, os sentimentos, o entendimento, ou até o próprio “eu” estão localizados “dentro” do ser humano. Ela sugere estarmos lidando com a autopercepção de pessoas a cuja conduta um grau relativamente alto de cerceamento foi imposto pela natureza da vida social e pelo modo correspondente de criar os filhos. (ELIAS, 1994, p. 98)

A concepção, da figuração vigente, arbitra em favor da atomização do indivíduo, da prevalência da identidade *eu* em detrimento da identidade *nós*. O pronome *eu*, ou seja, a psicogênese do *eu*, consiste na interpretação que o indivíduo fará dos conteúdos fornecidos, pelo conhecimento constituído pela sociogênese *nós*. Logo, todo *eu* é fruto de um *nós*, pois, transita em ambos pronomes.

Compreende-se facilmente que a posição individual neste tipo de relações não possa ser tratada separadamente. A função que o pronome «eu» desempenha na comunicação humana só pode ser compreendida no contexto de todas as outras posições

relativamente às quais se referem os outros termos da série. As seis outras proposições são absolutamente inseparáveis, pois não conseguimos imaginar um «eu» sem um «tu», sem um «ele» ou uma «ela», sem nós, vós ou eles. (ELIAS, 1980, p.134).

Como se pode pensar em quem sou *eu* se, não sei quem é ele? Como saber quem somos *nós* se, não sei quem são eles? Para responder ambas as perguntas o *eu* necessita da linguagem, que, por sua vez, um *nós* lhe transmitiu, porque o seu biológico evoluiu permitindo que fosse possível armazená-la em longo prazo e a serem acessadas sem a mediação da consciência.

Essa condição, de acordo com Elias, é uma das características universais da sociedade humana, sendo essas, a mutabilidade natural da humanidade, como constante social, novos meios de falar e pensar e os pronomes pessoais, como modelos figuracionais, conforme expõe na obra *Introdução a Sociologia*.

Os pronomes pessoais representam o conjunto elementar de coordenadas com as quais se podem esboçar todas as sociedades ou agrupamentos humanos. Ao comunicar directa ou indirectamente, referimo-nos a nós próprios como «eu» ou «nós» e designamos por «tu» aqueles com quem queremos comunicar nesse momento. A terceira pessoa que, de um modo temporário ou permanente, fica fora do grupo de comunicação, é designada por «ele» ou «ela», ou no plural por «eles» ou «elas». Há sociedades que utilizam outros sinais que permitem aos seus membros comunicar qual das posições básicas na trama das comunicações ocupada pela pessoa a quem nos estamos a referir. Mas parece que todos os grupos humanos têm certos símbolos estandardizados para o conjunto de coordenadas que é em si mesmo uma das propriedades universais das sociedades humanas. Os níveis mais baixos de integração não têm qualquer forma de relação equivalente a experiência e agrupamento de «eus» como eu, tu, ele, ela, vós e eles. Esta forma de relação não pode ser remetida para níveis anteriores nem explicada em termos destes. Ilustra a autonomia relativa das sociedades formadas por pessoas e dos tipos de comunicação que as caracterizam. (ELIAS, 1980, p.134).

A figuração elementar constituinte da sociedade é a que estabelece os pronomes pessoais, conforme expresso há pouco. No desencadear dessa figuração pronominal, o *eu* é constituído mediante a interação do sujeito com os demais indivíduos e, quanto mais complexa for a figuração analisada, mais a balança penderá para o pronome *eu* em detrimento do *nós*.

No mundo Greco-romano não é possível pensar que há uma percepção clara sobre o que seria um ser atomizado, visto que, a família era o

núcleo da figuração pronominal, geradora da identidade dos indivíduos. No transcurso da história, no momento subsequente ao período Clássico, no Medievo, já é possível identificar alterações processuais na figuração em análise. A trajetória dos homens sacros, os vitrais de heróis, por exemplo, tais ações demonstram, lentamente, uma mudança de poder pronominal, o que o indivíduo precisa para se destacar, como é percebido nas narrativas referentes aos feitos dos cavaleiros.

O Estado romano republicano da Antigüidade é exemplo clássico de um estágio de desenvolvimento em que o sentimento de pertencer à família, à tribo e ao Estado, ou seja, a identidade-nós de cada pessoa isolada, tinha muito mais peso do que hoje na balança nós-eu. Assim, a identidade-nós mal era separável da imagem que as classes formadoras da língua tinham da pessoa individual. A idéia de um indivíduo sem grupo, de uma pessoa tal como seria se fosse despojada de toda a referência ao nós, tal como se afiguraria se a pessoa isolada fosse tão altamente valorizada que todas as relações-nós, como família, tribo ou Estado, fossem consideradas relativamente sem importância, essa idéia ainda estava em boa medida abaixo da linha do horizonte na práxis social do mundo antigo. (ELIAS,1994, p.107).

Na renascença e na era moderna, e com o renascimento das cidades, nota-se que um espaço, no qual a origem não é garantidor de fama, poder e prestígio, mas a sua capacidade, enquanto indivíduo de gerar riqueza, que agora é merecedora de relevância social. Assim, ocorre uma inversão nessa gangorra entre os pronomes pessoais *eu* e *nós*.

Como muitas outras palavras de raiz latina, os termos “individual” e “social” têm representantes em todas as línguas européias. Estas indicam sua origem comum em sociedades medievais marcadas por uma vasta camada de clérigos mais ou menos doutos que falavam e escreviam um tipo especial de latim, num estágio diferente do desenvolvimento da língua clássica. Hoje em dia os termos “individual” e “social” fluem com bastante facilidade da boca dos que empregam essas línguas européias. Em geral, não há razão alguma para considerar que esses termos nem sempre fizeram parte do vocabulário de nossa sociedade — e menos ainda de todas as sociedades — ou para indagar que desenvolvimento, que aspectos estruturais de nossa sociedade terão levado a sua emergência e a seu uso como meio incontestado de comunicação humana. (ELIAS,1994, p.130).

O fiel da balança passa a pender para a identidade construída pelo indivíduo no presente, a ocasião gera um passado que o enalteça, uma autoimagem desvinculada da trajetória da sua família, de seus antepassados.

Conforme pôde ser observadas na comparação entre as duas obras a seguir. Obras contemporâneas à época, mas que já demonstram uma nova compreensão da relação entre eu e o nós.



Figura 3. A tela acima busca reproduzir o casamento real português de D. João I com Filipa de Lencastre, pintura do século XV. Fonte: Wikipédia



Figura 4. A tela acima reproduz o casamento burguês, evento solene sem a participação de convidados. Obra, o casamento dos Arnolfini, Óleo sobre tela, Bruges - Bélgica 1434. Fonte: Wikipédia.

Não é necessário um poder de observação lapidado para perceber as diferenças entre as duas imagens, postas há pouco: a primeira representa o casamento da nobreza, estamento que ainda comandou o cotidiano do medievo e do moderno até a revolução industrial e francesa. A participação de um grande público de servos, nobres e familiares, visto que, os nobres buscavam contrair união entre pares, com o intuito de ampliar prestígio e poder.

Na segunda tela, se presencia o casamento burguês: um evento de cunho íntimo, sem a participação de serviçais ou pares, algo mais particular, um acontecimento quase burocrático, sendo reflexo da concepção do pronome *eu* que o estado burguês arbitra a favor. Um *nós* mais restrito aos familiares, que compartilham o mesmo espaço e os primórdios de uma atomização ocidental.

A época a que chamamos Renascimento foi um período em que, nos países mais desenvolvidos da Europa, as pessoas puderam, mais do que antes, ascender de suas comunidades tradicionais a posições sociais relativamente elevadas. Os humanistas que ocuparam cargos municipais e nacionais, bem como os

comerciantes ou os artistas, são exemplos do aumento das oportunidades sociais de progresso individual. (ELIAS, 1994, p. 110).

A balança, entre os pronomes *eu* e *nós*, penderá, após esse momento, ao primeiro pronome, com o advento da tradição inventada pelas revoluções francesa e industrial. O Estado Nacional consegue, em definitivo, assumir a preponderância nessa disputa. O *nós* se torna mais abstrato, distante e despersonalizado, uma figuração identitária *nós*, expandida ao ponto que não é mais personificável, a era do *nós-nação*, como comenta Elias.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o conceito de sociedade costumava referir-se, implicitamente, às sociedades organizadas como Estados, ou talvez como tribos. Como um legado de sua tradição, os sociólogos guardavam consigo a idéia de que a sociedade e o Estado eram dois objetos muito diferentes da investigação erudita. (ELIAS, 1994, p.110).

Vale ressaltar, que a maior flexibilidade da figuração identitária *nós* está vinculada ao progresso tecnológico nos meios de transporte e comunicação, ambos, frutos da revolução industrial. A revolução francesa forja a mentalidade burguesa, embasada no *eu* e nas transformações tecnológicas, que propagam essa concepção, no ritmo da onda dos rádios e no trotar do cavalo vapor.

As distâncias entre muitos Estados e grupos destes, antes do desenvolvimento social que gerou o automóvel e o transporte aéreo, e durante um bom tempo depois disso, eram enormes. As telecomunicações, o rádio e a televisão estavam ainda na infância. O turismo global e o tráfego de mercadorias eram relativamente limitados e o mesmo se aplicava a toda a rede que marcava a interdependência dos Estados do mundo. Essa rede tornou-se visivelmente mais densa no correr do século XX. (ELIAS, 1994, p.111).

Com a mudança de mentalidade, aliada ao progresso técnico, o *nós* não só mais representa a família, a tribo e a cidade, mas um Estado, composto por até bilhões de indivíduos. Nesse processo, deve-se compreender que, a autoimagem também se altera, e quem a construiu foram indivíduos próximos, mas agora, são patrimônios que representam túmulos vazios de soldados desconhecidos, os denominados cenotáfios.

Construções representam símbolos, e esses tornam-se parâmetros da construção identitária, que reforçam a atomização e a ilusão de afiguração, o prefixo, que advém do grego e representa a ausência, foi acrescido ao termo afiguração para significar a aparente desconexão do indivíduo de uma rede figuracional. Portanto, somente o olhar, em longa perspectiva, permite ao pesquisador elaborar uma compreensão da disputa entre a prevalência do *eu* versus o *nós*.

Até meados do século XX, a relação entre sociedade e Estado Nação, era o parâmetro vigente. Porém, como o processo social não finda, enquanto não extinta a humanidade, e no contexto, pós segundo conflito mundial, parece que vivenciamos um aparente paradoxo, há um alto grau de atomização dos indivíduos e um início de maior integração entre estados nacionais. O que desencadeara essa maior integração em escala macro nas micro relações?

Ainda não é possível conceber uma resposta, apenas elaborar conjecturas e, como a objetivo da pesquisa não é construir hipóteses sobre um futuro, no tocante, a mudança da balança entre os pronomes *eu* e *nós* se limita a essas palavras.

É possível sintetizar o item abordado da seguinte forma: quanto mais complexa e abstrata for a afiguração, os meios de transporte e a comunicação, mais elástico será o pronome *nós* em decorrência do quadro descrito, e o pronome *eu* será, mais atomizado, e se sentirá mais desconectado do *nós* personificável.

3.3 OBJETOS SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS REFERENTES A IDENTIDADES

Percebeu-se, no momento anterior, que é compreensível a existência de características universais nas sociedades humanas, sendo uma dessas, a afiguração pronominal. Nota-se ainda que, bem como relacionamos uma maior complexidade social a uma atomização do ser, esse processo foi e continua a ser viável, em decorrência da tecnização dos transportes e das comunicações.

Essa tecnização, por sua vez, altera a autoimagem que o indivíduo possui, ou seja: quanto mais personificável a coletividade, mais a balança penderá para o nós, e quanto menos, a balança penderá para o eu, logo, as elaborações identitárias coletivas ou individuais, dependem do grau de conhecimento tido como racional pela sociedade vigente.

Cada pronome gera objetos, socialmente construídos, que representam a identidade da figuração, sendo que, esses objetos têm a finalidade de reforçar os pronomes em destaque, em determinados momentos históricos.

Nas primeiras organizações humanas baseadas em núcleos familiares, por exemplo, em clãs ou gens, como o caso da Grécia Antiga, do período homérico, parte dos membros do corpo dos ancestrais ou objetos que foram utilizados pelos fundadores desses agrupamentos humanos, eram preservados como modo de reforçar vínculos de coletividade, de sentimento e de pertencimento a algo que a coletividade fosse edificada e somada à identidade do elemento, assim: eu sou fulano de tal, filho de beltrano, filho do fundador do clã.

Esse processo, de transmissão de uma lembrança, é denominado de extensão da memória.

Mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões da memória. (CANDAU, 2016, p. 107).

Sendo essa insatisfação, estritamente relacionada com a sobrevivência da espécie humana, pois, a manifestação de informações gera identificação do ser e do grupo, ou seja, gera a identidade.

Já o sabemos: a psicologia intuitiva da espécie humana se construiu ao longo de centenas de milhares de anos em que fomos predadores e presas. Para viver e sobreviver, era essencial aprender a distinguir quem, animal ou home, fazia tal barulho, o que significava tal forma entrevista, o que queriam dizer os traços de tal face, ou, ainda hoje, que inferências outros seres vivos vão tirar da representação que me faço de tal indivíduo, em tal precisa situação. Para todo ser vivo, esteja ou não consciente disso, identificar é vital. Reciprocamente, para todo indivíduo que vive e sobrevive socialmente, ser identificado é tão cotidiano e banal quando

identificar os seres vivos que o cercam e abordam (DETIENNE, 2015, p. 27).

A elaboração de símbolos, socialmente construídos, que transmitem e reforcem uma identificação comum foi, e ainda é essencial para a cooperação humana, como foi posto há pouco: identificar o bando, no qual encontra-se inserido, é vital para a sobrevivência do ser.

A extensão da memória, ou seja, a tentativa de materialização de uma lembrança desencadeadora de um senso comum está relacionada com o momento histórico do processo figuracional, em que se localizam os agrupamentos humanos. De outro modo, quando mais concreta a relação entre os membros de uma figuração, mais a sociedade, onde ainda é possível que todos reconheçam seus membros mediante a visualização da face, os seus objetos serão personificáveis, no sentido de que, estão relacionados a um ancestral comum.

Progressivamente, essa exteriorização da memória vai permitir a transmissão memorial. Desde as origens, ela traduz a vontade de “produzir traços” com o objetivo de compartilhar sinais transmitidos. De fato, as gravuras pré-históricas (Lascaux, grutas de Cosquer, Chauvet) ou proto-históricas (Vallée dês Merveilles) são provavelmente a primeira expressão de uma preocupação propriamente humana: inscrever, deixar traços, assinar, deixar suas iniciais, “fazer memória”, quer se trate de uma memória explícita (objetos, animais) ou de uma memória mais complexa e de mais intensa concentração semântica, aquela das formas, das abstrações, dos símbolos, tão bem descrita por Leroi-Gourhan. Essa preocupação é evidente em muitas inscrições gravadas (pedras, paredes, madeiras) e em múltiplas práticas, como a que consiste em lançar moedas em uma fonte. Ela se tornará explícita com a aparição da escrita, em torno de seis anos atrás. Heródoto escrevia “para impedir que não desapareça o que fazem os homens”, nem para que se torne anônimo, sem identidade, com o projeto de fazer entrar memórias não apenas o tempo longínquo das origens, mas aquele dos acontecimentos mais próximo. (CANDAUI, 2016, p.107).

Os objetos, socialmente construídos, são frutos da extensão e transmissão da memória, de um senso de identidade e de uma coletividade. Num primeiro momento, como o pronome *nós* prevalecia, os objetos refletiam essa perspectiva, reproduziam e reforçavam o grupo, como pode-se presenciar na imagem abaixo, onde apesar das pluralidade de mãos representadas, todos correspondiam a pessoas que existiram em um

determinado tempo e espaço, compartilharam vivências na figuração e eram personificáveis.



Figura 5. Foto com pinturas rupestres de um trecho das grutas de Cosquer, Chauvet na França, onde seres humanos de um determinado grupo transmitiam seu senso de comunidade. Fonte: <https://grottedecosquer.wordpress.com/>.

Na imagem acima, é possível vislumbrar indícios de uma manifestação de senso comunal, a materialização da extensão de uma lembrança, de um passado, de uma continuidade. A manifestação de um pronome identitário *nós*.

No transcurso do desenvolvimento das sociedades e, conseqüentemente, no aumento da complexidade figuracional, novos objetos passam a ser edificados, com a finalidade de transmitir uma continuidade, relegando o relato oral, combinado as pinturas rupestres, a um segundo plano. Vale ressaltar que, a elaboração de novos objetos, não necessariamente eliminam antigos objetos, apenas podem reduzir seu grau de relevância dentro da figuração identitária.

A escrita permitirá, assim, que a extensão da memória possa atingir um maior quantitativo de seres e, quanto mais complexa a sociedade, mais domínio terá da tecnologia. Portanto, há, aproximadamente, uns seis séculos

atrás, ter o domínio da escrita era o ápice do desenvolvimento tecnológico, hoje, não mais.

Com a escrita, mais pessoas podiam compartilhar o mesmo espaço, mas, para que isso ocorresse, uma nova figuração se fez necessária. Nas cidades, os seres humanos precisavam organizar seus estoques de comida, então, elaboraram sistemas de tributação, estruturaram as religiões e elaboraram novos objetos que transmitiram um novo senso de identidade nós, tudo com apoio da escrita.

Os entes não podiam mais ser enterrados na sala das habitações, como o caso de uma das mais antigas aglomerações urbanas da humanidade, localizado onde hoje, 2018 d.C., onde se encontra a nação denominada Turquia.

Na antiga Çatalhüyük, um assentamento do período neolítico, aproximadamente, 8000 a.C., onde a prática de sepultar os mortos no subsolo das moradias, sem o crânio, era comum, pois, era retirado e preservado como forma de gerar um elo, entre os que foram com que se encontravam vivos, e ficaram, para que assim, fosse possível gerar um encontro entre os que foram com os que vivem, para saber que o *nós* somos.



Figura 6. Foto de um esqueleto humano sem crânio, enterrado no chão de uma moradia na cidade de Çatalhüyük.
Fonte: <https://scotthaddow.wordpress.com/2012/08/24/catalhoyuk-2012-skull-retrieval-curation-redeposition/>

Na figuração de pequenas aglomerações humanas, onde a tradição oral e o reconhecimento face a face eram capazes de atender a necessidade do senso comunal dos seres, os objetos identitários eram mais concretos. Mas, no decorrer da ampliação do quantitativo de seres humanos compartilhando o espaço urbano, a escrita, mediante a narrativa, e a genealogia foram utilizadas para edificar estórias do fundador da cidade, de

um ancestral comum e da elaboração de uma ascendência, possível de ser rastreada.

Excetuando o caso de pequenas comunidades nas quais a transmissão oral é suficiente para impregnar o indivíduo de sua tradição cultural, e se abstraímos os múltiplos processos protomemoriais que em todas as sociedades, podem prescindir de escritos, a escrita - e mais ainda o impresso- permitiu, sem dúvida, a socialização da memória e a possibilidade de estocagem de informações cujo caráter fixo pode fornecer referências coletivas de maneira bem mais eficaz que a transmissão oral. (CANDAU, 2016, p. 108).

O desenvolvimento da escrita possibilitará a ampliação do quantitativo de seres em uma figuração, pois, poderiam cooperar entre si, de modo mais eficaz, que as sociedades sem o domínio dessa tecnologia. Ou seja, as sociedades complexas possuem alguma forma de escrita ou protoescrita, pois, as narrativas passam a substituir, lentamente, a transmissão oral do passado e o enterro de parentes no subsolo das moradias.

Com grandes textos, os princípios autorizados de inteligibilidade do mundo social se tornam disponíveis não apenas para a população de letrados, mas para todos os que possuem a possibilidade de escutá-los por ocasião das grandes narrações, pregações, sermões, exortações de toda natureza que se nutrem de textos fundadores. (CANDAU, 2016, p.108).

As narrativas épicas da fundação das cidades de Roma e a sua Eneida, de Vírgilio, sofrem modificações no transcurso de suas reproduções, seja na cópia literal das obras ou, mediante a licença poética do orador. Elas, as narrativas, direcionavam em uma única via os indivíduos para um senso de coletividade. A produção escrita, de um episódio, se transforma em um objeto socialmente construído, e representativo, do pronome *nós*.

Em muitos casos, no entanto, o escrito é antes um álibi do que um instrumento para a memória. No entanto, mesmo quando o texto fica como referência visual, com frequência citado em variadas versões, mas nunca de fato consultado, ele orienta as memórias individuais em uma mesma direção, focaliza-se em direção a significações particulares que terão, por conseguinte, grandes possibilidades de serem compartilhadas. (CANDAU, 2016, p.108).

Na antiguidade clássica, as narrativas unem os indivíduos em torno de um senso comunal, mas, com o término desse período histórico e o

desenvolvimento do medievo europeu, as narrativas ganham um complemento: a confecção imagética dos santos das narrativas cristãs, agora a era das epopeias como a de Gilgamesh, sediam espaço para as de inspiração divina.

Auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo reforçar um sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória. Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos. Entretanto, com frequência a escrita, como modalidade de expansão da memória, deixa a busca identitária incompleta. (CANDAUI, 2016, p.109).

A explosão da iconografia religiosa, a *iconorreia*, que alaga o medievo europeu cristão, foi uma estratégia que, em curto prazo, tendia a criar um sentimento de unidade cristã na Europa. Para que a mentalidade católica adentrasse nas inúmeras figurações dos povos conquistadores do império romano, as imagens foram se adaptando as figurações locais e, desse modo, buscavam se aproximar dos costumes, hábitos e cultura locais. As imagens dos santos, lentamente, passaram a serem mais próximas de uma identificação dos povos conquistadores do que dos fundadores do catolicismo romano.



Figura 7. Foto montagem, de autoria do autor, das representações de Cristo. Da esquerda ara direita, a representação com base na especulação científica, mosaico romano do século VI, localizado em Ravena na Itália, afresco do século XII, com a imagem de Cristo, Duomo di Cefalù, na igreja Rocca , Sicilia Itália. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43560077>, http://bbcc.ibr.regione.emiliaromagna.it/pater/loadcard.do?id_card=176685, <https://www.unescoturismosicilia.it/sitiunesco/item/14-duomo-di-cefalu-unesco-sicilia.html>

Porém, como o processo social é cego e impossível de ser direcionado a longo prazo, lentamente a unidade cristã outrora pretendida, acabou por forjar várias figurações nacionais. Ao espalhar uma mentalidade

de submissão católica, nos antigos domínios dos Caesares, as imagens e as narrativas divinas tiveram que se adequar aos processos civilizadores de cada uma das inúmeras culturas, que compunham a Europa do período. A fragmentação da estrutura romana, após o colapso do lado ocidental do império, desencadeou uma tentativa de reunificação das antigas unidades administrativas sob a égide cristã, que culminou com uma fragmentação maior ainda e com o surgimento da figuração Estado-nação.

A alteração da figuração medieval cristã para a do estado nacional, desencadeou por sua vez, a elaboração de novos objetos, socialmente construídos, que reproduzissem e propagassem a estrutura mental vigente, nesse caso, a do Estado Nacional.

Nesse processo, lento e cego, a compreensão cristã da realidade e do sentido de unidade foi abalada em decorrências do renascimento urbano, logo após as cruzadas - um movimento de conquista da Terra Santa, onde ocorreu à ampliação das redes de comércio e novas cidades foram sendo erguidas, antigas foram reavivadas. Nesses espaços, um novo grupo começa a sua progressiva ascensão, a burguesia, e a sua perspectiva, pautada no pronome eu e, para divulgar seus princípios, arca com o patrocínio dos homens da renascença.

A passagem das narrativas e ícone cristãos como elementos principais na constituição de um pronome *nós* foi mediante um processo de alteração da perspectiva sobre a realidade, um novo aprender sobre o mundo. O encadeamento de eventos que, quando vislumbrados em retrospectiva, fazem todo sentido histórico, mas, para os seres humanos que vivenciaram esse tempo, como o momento presente, não era capaz de prever o desfecho de suas ações, em longo prazo.

Mas seria estreiteza pensar que as comunidades imaginadas das nações teriam simplesmente surgido a partir das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos, substituindo-as. Por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de aprender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou “pensar” a nação. (ANDERSON, 2011, p.52).

A transformação, que Benedict Anderson comenta, é referente ao processo de adequação das narrativas e imagens sacras às realidades culturais dos povos que ocuparam a Europa, após a queda de Roma.

Para termos uma ideia dessa mudança, seria útil recorreremos às representações visuais das comunidades sagradas, como relevos e vitrais de igrejas medievais, ou pinturas dos primeiros mestres italianos e flamengos. Um traço característico dessas representações é algo enganosamente parecido com uma “roupagem moderna”. Os pastores que seguiram a estrela até a manjedoura onde Cristo nasceu apresentam os traços de camponeses da Burgúndia. A Virgem Maria é pintada como a filha de um mercador toscano. (ANDERSON, 2011, p.52).

A compreensão dos processos históricos não pode ser comparada como uma fileira de peças de dominó, em movimento desencadeado por o toque de um ser, isto é, o caminhar processual da história, quando compreendido, em uma perspectiva macro, ilude a mente por gerar a ilusão que, as transformações, são apenas a substituição de uma figuração por outra. Porém, quando se reduz o foco, e se amplia o zoom das compreensões das alterações, que o processo histórico sofre, percebe-se que as mudanças são lentas, graduais e não planejadas em longo prazo.

Entre o processo do medievo, da formação dos estados nacionais e seus respectivos objetos, socialmente construídos representativos de sentimento de pertencimento coletivo, existem os reinos dinásticos europeus da modernidade, sendo que, alguns ainda existem, porém, não preservaram o poder de outrora. Esse sistema político, ainda, possui alguns resquícios de uma figuração cristã e cortesã de outorgara de poder, com uma figuração racional burguesa. A legitimidade do poder rela a era divina, mas a manifestação da origem divina foi, mediante os exércitos reais, custeados pela população e pelo novo estado em ascensão.

Hoje em dia, talvez seja difícil sentirmos empatia com um mundo onde o reino dinástico aparecia como o único sistema “político” imaginável para a maioria das pessoas. Pois, sob alguns aspectos fundamentais, a monarquia “séria” contraria todas as concepções modernas da vida política. A realeza organiza tudo em torno de um centro elevado. Sua legitimidade deriva da divindade, e não da população, que, afinal, é composta de súditos, não de cidadãos. Na concepção moderna, a soberania do Estado opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado. Mas, no imaginário mais antigo, onde os Estados eram definidos por centros, as fronteiras eram porosas e indistintas, e as soberanias se esvaeciam

imperceptivelmente uma dentro da outra. (ANDERSON, 2011, p. 48).

As narrativas sacras são substituídas pela publicação em massa de obras que enaltecem os feitos reais. As esculturas santas passam a viver à margem dos raios solares emanados dos Palácios, monumentos reais e dos pelourinhos (colunas de pedra que simbolizavam o poder temporal do real de manifestação divina). Vale ressaltar que, a relação entre a complexidade das figurações sociais e o nível de abstração do pronome nós: quanto mais complexa, mais abstrato e flexível é o senso de identidade *nós*, sendo o inverso, também válido.



Figura 8. Vista do Rossio (atual Praça Tiradentes no Rio de Janeiro, no Brasil, com o pelourinho ainda de pé. Pintura de Debret (1834).Fonte:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pelourinho#/media/File:RealTeatroSJoao-Debret-1834.jpg>

Os reinos dinásticos são os pilares para a fundação dos Estados nacionais, ou seja, uma etapa anterior à constituição de um sistema político mais complexo e abstrato, fruto posterior deste contexto.

Para auxiliar a discussão subsequente, pretendo enumerar, em conformidade com a minha teoria dos processos de formação de Estados, alguns dos problemas encontrados quando se estuda a construção de nações, a etapa mais recente de uma longa série de estágios sucessivos que compõem a edificação e a consolidação das unidades estatais, pelo menos no desenvolvimento das sociedades europeias. (ELIAS, 2015, p.155).

Os estados nacionais representam a etapa vindoura aos reinos dinásticos, na compreensão da existência social e política. O poder passa a emanar de uma massa, não personificável, que é representada por símbolos, puramente abstrata. Assim, nascem os monumentos que representam todos, mas que não simbolizam ninguém, apenas a ideia de pertencimento a uma nação que te abriga.

Cada figuração gera os seus símbolos de identidade nós. Em um tópico, aqui analisado, foram as pinturas rupestres; em outro momento, o relato oral; no decorrer da trajetória humana, foi a escrita e suas epopeias míticas; no medievo as narrativas sacras; nos reinos dinásticos, os palácios e pelourinhos; e nos Estados Nacionais, os patrimônios históricos.

As alterações, relatadas no parágrafo anterior, foram desencadeadas pelos avanços tecnológicos que, provocaram mudanças na figuração pronominal *eu* e *nós* e na elaboração de novos símbolos.

A confecção de tintas tornou possível a extensão da memória. O domínio do equipamento biológico, responsável pela fala, gerou a linguagem. A representação simbólica da fonética confeccionou a escrita. Novos meios de transportes, como as naus e caravelas, estabeleceram novas redes de comércio. Novas cores e tinturas banhavam mantos representativos do poder. A necessidade de massificação do ensino, em decorrência das enormes populações urbanas industrial, somente foi possível com o barateamento da impressão de livros e transmissão, via rádio ou da televisão, dos símbolos da pátria.

Posto isso, vale rememorar: quanto mais complexa a figuração, mais abstrato e flexível será a representação simbólica dos ícones de identidade coletiva. Num primeiro momento, para ser considerado membro de uma organização tribal, se faz necessário um ritual de inserção, que tende a ser dolorido ao pretendente, como um modo de demonstrar a sua vontade e disposição de sacrifício para com o grupo. Nas sociedades estatais contemporâneas, basta o juramento a bandeira nacional, arcar com a manutenção do *status quo* e em caso de guerra defender a terra pátria.

3.4 FIGURAÇÃO DO ESTADO NACIONAL, UM NOVO ENTENDIMENTO SOBRE OS PRONOMES, EU, NÓS E ELES

Toda sociedade humana tem como base a figuração dos pronomes *eu* e *nós*, logo, em decorrência nessa relação figuracional, as sociedades também possuem seus objetos socialmente construídos que transmitem, e reforçam, seus respectivos entendimentos sobre essa relação pronominal, *eu* e *nós*. As mudanças que esses objetos sofrem, no curso processual da

história, são em decorrência do gradual domínio tecnológico humano sobre o meio natural e social, como foi abordado no tópico anterior.

Nesse ensejo, busca-se elucidar a dinâmica entre os pronomes, a construção da identidade e os objetos identitários da figuração Estado Nacional, mediante esquelha eliasiana. Compreender como, os elementos citados, se localizam na lógica processual de Norbert Elias, se faz necessário para tal empreitada a leitura e análise dos livros: *Escritos e Ensaios* - no seu capítulo cinco; e o *Processo Civilizador* - volume 2: *Formação do Estado e Civilização*; que serão o suporte teórico do pensamento, a seguir exposto.

A primeira ressalva, que Elias, realiza aos estudiosos que buscam elaborar um entendimento sobre o tema, expresso no item, é que, abominem o olhar de curta duração, no tocante, as dinâmicas sociais, apesar de que até ao final do século XIX, as grandes teorias de desenvolvimento eram as predominantes e de que esses ensinamentos contemplavam uma perspectiva em retrospecto de longa duração. Porém, após a segunda metade do século XX, teorias imediatistas passam a exercer maior influência no seio acadêmico.

Durante a maior parte do século XIX, as teorias sociológicas, mais representativas, centravam-se no desenvolvimento a longo prazo da sociedade, ao passo que, *na segunda metade do século XX – exceto em alguns casos, inclusive o meu, abandonou-se completamente a noção de desenvolvimento social.* (ELIAS, 2013, p. 153).

Posto isso, torna-se essencial passar a vislumbrar o tema em retrospectiva conjunta com uma temporalidade de longa duração. Logo, quando pensarmos na figuração Estado-nação, se faz necessário ter em mente que, essa figuração, é uma parte de um dinâmico processo histórico em direção a uma maior integração entre os homens, que teve início em momento não determinável, mas que é possível compreender o percurso já realizado.

Como se trata de um fluxo, em decorrência dessa característica da dinâmica das figurações sociais, ela, a figuração Estado-nação, está fadada a ceder espaço para uma nova relação figuracional. Mas então, qual seria essa? Não se sabe e também não é foco, do presente estudo. Mas, deve-se entender que a figuração em questão é apenas uma parte de um fluxo longo,

de uma maior interação entre homens, e que, no presente momento é denominada de Estado Nacional.

As teorias erguidas em torno de conceitos tais como “sistema social” são ilustrativas: reduzem os processos de mudanças estruturadas e direcionais de longa duração – aos quais se aplica o conceito de desenvolvimento e dos quais são exemplos a industrialização, burocratização, a cientificação, a urbanização ou mesmo os processos de construção de Estados e nações [State and Nation building processes] – a um estado imutável, uma condição permanente. Nesse contexto, as mudanças são percebidas, no máximo, como um fluxo não-estruturado, como “história”. (ELIAS, 2015, p.155).

Passada esse etapa de esclarecimentos, sobre a relação da lógica processual e a construção do Estado Nacional, iremos realizar uma breve compreensão sobre a formação da figuração em análise. Percussora da mentalidade nacional existe a sociedade de corte ou cortesã. Nesse esquema social, as emoções humanas passaram ser abrandado, o controle mais efetivo das pulsões passou a ser parte da identidade das sociedades.

Num contexto anterior ao cortesão, ou seja, o medieval, a relação entre desejo, vontade e realização era mais frouxa, pois, os mecanismos de controle eram insuficientes em decorrência da ausência de um poder centralizado em escala macro, os meios de transporte e comunicação eram precários, algo que contribuía ainda mais para esse descontrole.

A inquietação incurável, a proximidade eterna do perigo, toda a atmosfera dessa vida imprevisível e insegura, na qual havia no máximo pequenas e transitórias pausas de existência mais protegida, frequentemente geravam, mesmo sem causas externas, mudanças súbitas do prazer mais exuberante para a mais profunda desolação e remorso. A personalidade, se podemos dizer isso, estava incomparavelmente mais pronta e acostumada a saltar com intensidade sem limites de um extremo para o outro; as mais leves impressões, as associações de ideias incontrolláveis, com frequência bastavam para induzir essas enormes oscilações. (ELIAS, 1995, p. 200).

Vale ressaltar, que não é viável afirmar que inexistiam formas de autocontrole, mas que, as existentes, não se encontravam em um grande grau de complexidade similar a atual. Os mecanismos eram fragilizados em decorrência da ausência de um monopólio do uso da força e violência física, fragmentação fruto do fim da capacidade romana ocidental de impor sua presença na Europa, após a queda do império.

Não queremos com isso dizer que todas as formas de autocontrole estivessem inteiramente ausentes da sociedade guerreira medieval ou em outras que não dispunham de um monopólio complexo e estável de violência física. A agência do autocontrole individual, o superego, a consciência, ou o que quer que a chamemos, era instilada, imposta e mantida nessas sociedades guerreiras apenas em relação direta a atos de violência física, correspondendo sua forma a essa vida em seus maiores contrastes e transições mais abruptas. (ELIAS, 1995, p. 201).

Na baixa idade média, entre o século X e o XVI d.C., na Europa, um novo processo de monopolização da violência física, centrado na corte e não mais do poderio do senhor, emerge. A diminuição do poder senhorial está relacionada ao movimento das cruzadas, da peste negra, do renascimento urbano, das universidades, da diminuição da casta voltada para o conflito bélico, ou seja, do desenvolvimento técnico e social.

A formação dos monopólios de tributação e força física, e das grandes cortes em volta dos mesmos, certamente não foi mais do que um de vários processos interdependentes, dos quais o processo civilizador constitui uma parte. Mas sem dúvida alguma aqui temos uma das chaves que nos facultam acesso às forças propulsoras desses processos. A grande corte real permanece durante certo período no centro da teia social que estabelece e mantém em movimento a civilização da conduta. (ELIAS, 1995, p. 216).

A sociedade de corte terá como uma, dentre as suas variadas funções, a de modelar a violência, onde agora, não era mais necessário o uso explícito da força. Por exemplo, para que o antigo guerreiro ter mais domínio sobre a sua própria psique, a sua identidade, a sua relação pronominal sofreu alterações, assim, para ter mais autocontrole, a identidade *eu* se afasta progressivamente de um contexto *nós*, e *eu tenho que me controlar*, pois, caso contrário o *nós* não mais reconhecerá a minha identidade como a pertencente à coletividade. A vida passa a ser um jogo de xadrez.

A vida na corte”, escreveu La Bruyère, “é um jogo sério, melancólico, que nos exige organizar as peças e baterias, elaborar um plano, segui-lo, contrariar o plano de nosso adversário, assumir ocasionalmente riscos e jogar atendendo a um palpite. E, depois de todas as jogadas e reflexão, descobrimos que estamos em xeque, às vezes em xeque-mate. (ELIAS, 1995, p.225).

O abrandamento das pulsões, que ocorreu nos reinos dinásticos, foi extremamente necessário para a constituição e formação dos Estados

Nacionais. O processo de sublimação dos anseios egoícos é um dos pressupostos para a existência de uma coletividade, se todos os indivíduos atendessem as suas pulsões, a possibilidade de cooperação seria inviável.

Essa contenção dos impulsos foi trabalhada por Sigmund Freud, na obra *O mal estar da civilização*, onde o pensador elucida que o controle do acesso e o poder de compartilhar as fêmeas humanas foi o que possibilitou o controle das pulsões libidinais, ou seja, quanto mais controlado for o indivíduo, mais possibilidade de ter acesso a uma fêmea terá. Visto que, não representar a ameaça ao poder, que controla as relações sexuais, e cooperar com o poder, facilita o acesso aos mecanismos de realização libidinal.

O autor possui certas ressalvas ao pensamento elaborado por Freud. Mas, assim como Elias, que não nega em seus escritos a influência da psicanálise em suas obras, o autor concorda que o abrandamento das pulsões, foi basilar para a possibilidade da existência social humana.

Nos agrupamentos pequenos, em sociedade mais personificáveis, o controle dos impulsos é realizado pelo “*nós*” familiar, tribal, citadino e de corte. Até porque a balança pendia para o pronome *nós*, logo, o *eu* ainda não se encontrava bem estruturado, egoicamente, para ter autocontrole.

Elias tem, como um dos seus pressupostos teóricos, que a humanidade tende a uma maior integração e interação, e, para confirmar tal pensamento, basta vislumbrar o passado humano, no momento do seu aparecimento na biosfera terrestre, de pequenos bandos nômades a organizações sedentárias complexas que chegam a comportar mais de dois bilhões de indivíduos, como, por exemplo, o Estado chinês.

A jornada, de bandos diminutos à nações complexas, não pode ser comparada a uma passagem de um ponto A ao ponto B, mas sim, uma jornada entre os dois pontos, pois, entre o estágio inicial, onde todas as sociedades humanas se encontravam nos primórdios, às coletividades nacionais, houve inúmeras transformações na segunda natureza. Dentre as que se destacam, foi a alteração da balança entre em desfavor do pronome *nós* e o sistemático abrandamento das pulsões humanas.

As modificações na modelagem humana, referente o pronome e aos impulsos, possibilitou uma maior integração no curso do processo histórico. Os indivíduos que participam de figurações compostas por poucos indivíduos,

não possuem uma estrutura psíquica, denominada ego, o equivalente mental do pronome *eu*, atomizada, visto que, a identidade *nós* não permite espaço para identidade *eu*.

Porém, em figurações complexas e com um quantitativo maior de indivíduos, se faz necessário uma maior individualização do ser, pois, como o *nós* não se encontram presente de modo personificável, de modo mais contínuo. O *eu* passa a ter que carregar o um *nós* mais abstrato e simbólico, que encontra guarida no inconsciente, o que o torna não perceptível num primeiro momento ao indivíduo.

Assim, a identidade dos indivíduos se encontra alinhada na relevância que a figuração a qual se encontra inserido, e que concede aos pronomes, seja uma identidade mais coletiva ou atomizada. Os símbolos que promulgam essa concepção identitária seguem a mesma lógica: se num determinado momento do longo processo, localizarmos uma figuração antiga onde a identificação é coletiva, os símbolos cultuados buscarão reforçar essa mentalidade.

Então, ao visitarmos uma figuração, pós ascensão, do corolário burguês, outros símbolos passam a ser cultuados, como os patrimônios históricos, que representam uma coletividade, onde cada um deve fazer ou contribuir de modo individual, ou buscar ser um cidadão exemplar, não uma sociedade justa. Ou seja, um individualismo que defenda um *nós*, o qual, o próprio indivíduo que o defende, possui dificuldade de se encontrar nessa vastidão coletiva.

A figuração nacional deve ser vista como um recorte espaço temporal de um processo histórico de longa duração, com tendência a interação entre os indivíduos e que ainda não finalizou, e se encontra em desenvolvimento, onde o processo persistirá até a extinção da espécie humana. Por isso que, para elaborar uma compreensão sobre o processo de formação dos Estados Nacionais, a vislumbre do processo em uma retrospectiva de longa duração, se faz necessária.

A organização política sobre o monopólio do estado pode ser encarada como algo impar. Quando deslocada da análise processual, uma figuração tem a sua origem em outra figuração, sendo que, essa mudança e

continuidade, fazem parte do processo, portanto, muda-se a natureza social, mas não as características universais das sociedades humanas.

Esse tipo de questão, contudo, só aparece, ganha peso e se torna relevante quanto temos à disposição um conhecimento de longo prazo suficientemente amplo e intenso, para podermos olhar através dos séculos passados e perceber a continuidade do desenvolvimento das sociedades – desenvolvimento que por meio de um grande número de surtos de aproximação e afastamento, levou-as, digamos, da multidão de Estados dinásticos relativamente pequenos e pouco integrados dos séculos XI e XII a unidades sociais maiores, mais populosas e mais coesas, ainda na forma de Estados dinásticos, e, depois, às grandes formações mais altamente integradas e interdependentes que conhecemos, os Estados-nação industriais. (ELIAS 2015, p. 158).

Nessa figuração, em decorrência de uma maior quantidade de indivíduos, o aprimoramento dos meios de comunicação e transporte, bem como mecanismos introspectivos de controle, provoca o surgimento de uma identidade, aparentemente, paradoxal. Uma quantidade maior de indivíduos, pertencentes a um *nós* composto por uma pluralidade atomizada maior.

O que faz com que tantas diferenças, tantas memórias e lembranças acabem por serem direcionadas em um norte em comum?

3.5 DOCUMENTO DE IDENTIDADE, POR FAVOR!

Toda figuração gera uma parâmetro de identidade, com base na sua relação pronominal, sendo que essa relação é baseada no modo como tal figuração compreende o seu passado. Essa compreensão abarca desde a invenção de um passado, ou de um resgate de um fragmento de tempos imemoriáveis que o torna justificável, e, é utilizado como instrumento capaz de conceder um aval de legitimidade, da figuração presente.

Quase como outro paradoxo, para cada modificação figuracional, que altera o presente para o futuro, o passado se torna mais relevante, e além do presente, o passado legitima o futuro, mudado para preservar o que achamos que já fomos.

Como a identidade de um indivíduo é elaborada? De outro modo, quando é um indivíduo adquire uma identidade?

Nas figurações onde ocorria o predomínio do pronome *nós*, era essa coletividade que lhe transmitia as ferramentas as quais o ser iria lapidar sua identidade, sendo essas, a linguagem, a escrita, as narrativas dos antepassados, por exemplo.

Nessas figurações, quem, praticamente, determinava se o ser era um indivíduo que pertencia ao grupo ou não, era a própria coletividade. Ou seja, o que fez *eu* e o leitor serem seres humanos, foi termos nascido de um ventre humano, mas, para ser reconhecido como tal, precisamos ser humanizados para nos tornar seres humanos. O nazismo pode ser analisado e utilizado para perceber como esse processo ocorre, o processo de desumanização, sendo que o próprio Norbert Elias foi vítima desse método, assim, como outros milhões de pessoas.

Pode-se sintetizar do seguinte modo: toda vez que a balança pronominal tender para o *nós*, a identidade do indivíduo estará dependente de uma coletividade personificada, em decorrência disso, os objetos identitários também serão voltados para reforçar a coletividade, quase que como retroalimentar a figuração. Vale ressaltar que nenhuma figuração é estática. *A crença de que a “sociedade tradicional” seja estática é um mito da ciência social vulgar* (HOBSBAWN, 2013, p. 29).

Quando, por sua vez, a balança tender para a atomização do indivíduo, a sua noção de identidade estará vinculado a uma coletividade abstrata, como é o caso da figuração do Estado Nacional, o ser que nasce só é considerado como integrante da figuração se for emitida uma certidão de nascimento, mesmo que ocorra o abandono por parte dos pais. Quem humaniza já não é uma coletividade próxima, é o Estado Nacional, uma identidade *nós*, composta de milhões de *eu's*, que são incapazes de identificar onde se encontra esse *nós*. Assim, o que me fez ser brasileiro, foi atender as regras do Estado brasileiro e não algo determinado pelos indivíduos que compõem essa figuração.

É necessário lembrar ainda que, para tornar a síntese proposta, mais coerente, se faz preciso entender que o que altera o fiel da balança pronominal para esta tender de um lado para outro é o aumento vegetativo (HARARI, 2011), decorrente de técnicas mais aprimoradas de domínio da natureza que possibilitam a ampliação da oferta de alimentos, a elaboração

da escrita, ou seja, um conjunto de elementos, e não especificamente uma única causa, pois, Elias, não trabalha com a relação causa efeito.

Ambos os processos de construção da identidade, seja um pautado no *nós* ou no *eu*, necessitam estruturar-se um modo coerente em relação a figuração vigente que possa ser capaz de impor, positivar e orientar os indivíduos. Mas, em consequência da progressiva ampliação da quantidade de indivíduos e do conhecimento adquirido ao longo das gerações, se torna impossível a preservação, a perpetuação, a reprodução do passado como outrora foi, sabendo que, compreender que o passado se perpetua, integralmente, nas figurações do presente é um pensamento antinatural e anti-histórico.

O ser humano é particular, segundo Elias, na sua obra Teoria Simbólica, justamente em consequência da sua capacidade de mudar sua forma organizacional, sem que essa mudança esteja vinculada a qualquer alteração genética, o que ele denomina de segunda natureza, algo dinâmico e em desenvolvimento. Então, alegar que o passado não sofre alterações é inconcebível, pois, caso o fosse, eu não poderia ter escrito tal dissertação, eu não teria sido ensinado a escrever e o leitor não a ler, provavelmente, em cenário hipotético, a espécie humana já se encontraria extinta.

Foi a nossa capacidade de colaborar entre os indivíduos que possibilitou a sobrevivência dos *homo sapiens* e, para que houvesse essa cooperação, elaboramos nossas identidades coletivas e símbolos para perpetuação nossas perspectivas identitárias, sendo que nada do que foi exposto, inclusive o meu pensamento e o meu expressar dessas breves considerações e da reflexão do leitor nesse momento, sem a memória, essa capacidade de biológica remodelada pela segunda natureza, proposta por Elias.

Creditar ao tempo passado um lapso temporal incorruptível é ser anti-histórico. O passado é uma construção simbólica, feita por um período presente que se tornou incapaz de encontrar um elo entre o hoje e o ontem. O passado pode ser entendido como a trajetória dos processos sociais que possibilitaram certa continuidade no hoje, diante da possibilidade de mudança.

Interessante ressaltar, nas obras e pensamentos de Elias, sobre a história, é como o autor concilia a continuidade com a mudança no decorrer do processo histórico humano. Como toda figuração concebe outra figuração, assim, como a vida concebe outra, mas, no caso das relações humanas, as possibilidades de mudança são mais dinâmicas e perceptíveis, em noção de curto prazo, em relação à evolução dos demais seres vivos, algo em torno de dez mil anos, os humanos mudaram suas organizações figuracionais, mas não deixaram ser humanos. O que são dez mil anos, para um planeta que, acreditam os pesquisadores da geologia, possui bilhões de anos?

No processo de construção da identidade, o indivíduo necessita receber uma noção do seu eu para começar a edificar a sua própria. Nossa identidade nasce no simbólico. Podemos receber nomes antes da fecundação, nossos genitores se preparam, na maioria das vezes, para nos receber com antecedência, ou seja, nós podemos existir simbolicamente antes da nossa própria existência biológica real.

Cada figuração elabora, simbolicamente, o nosso pronome *eu*, sendo essa edificação atrelada à relação pronominal, existe ainda, no âmbito da figuração, o conhecimento e domínio da natureza e do espaço físico e social, das narrativas e, principalmente, da memória simbólica e do ensino da história, ou seja: de como esse agrupamento compreender o seu próprio passado.

O autor, não irá se ativer, ao elaborar um histórico de como era edificado o pronome *eu* antes da figuração Estado-nação a fazer, em decorrência da proposta do projeto. Ou seja, foi feito um recorte, e, diante da explicação, vamos prosseguir.

Como se constrói, a identidade de um indivíduo na figuração Estado-nação? Ao nascer, nos primeiros anos de existência - um caso hipotético para exemplificar - o núcleo familiar é a coletividade responsável para transmitir as primeiras ferramentas na construção do pronome *eu*. A princípio, assim que nasce, é tirado um punhado de fotos, o ser é apresentado a uma série de parentes que começam a inserir o novo membro na narrativa da família, 'ele parece o primo tal quando tinha essa idade', 'em nada ele lembra a mãe', 'puxou para avó paterna'... . Em um processo gradual, cego, e no entender do pesquisador, inconsciente, o *eu* vai sendo elaborado.

Ao atingir certa faixa etária, o ser passa ser apresentado a sua pátria, a sua nação, vestem-no com as cores da sua nacionalidade. Aprende a ter simpatia pelos esportes, tidos como nacionais, apreende a cantar o hino nacional e a se sentir emocionado ao participar desse processo. Quando adentra o espaço escolar, passa se relacionar com outros que, segundo essa figuração, são iguais a você, apesar das inúmeras diferenças, teológicas, sociais, raciais e culturais, existentes entre os indivíduos.

No caso pátrio, o que tem de similaridade entre um caboclo amazônico, um negro do centro-oeste, com um sulista de ascendência a algum povo germânico da época da Confederação Germânica, dominada pela Prússia? A resposta: a língua, poucos costumes, práticas culturais, uma história comum ensinada na escola e seus respectivos patrimônios históricos.

Os elementos que unem uma coletividade, pautada no “*nós*”, são inúmeros. Os indivíduos pouco podem se afastar de praticar a mesma fé, a tendência é permitir pouca diferenciação, por exemplo. Mas, em figurações complexas, amplas e flexíveis, como as em estudo aqui, o que mantém unidos os indivíduos são fios elementares, aparentemente frágeis, que chegam a surpreender qualquer pesquisador.

A língua é o primeiro elemento unificador, pois, como a língua representa o mundo simbólico construído pela interação entre os seres, logo, quem possui uma língua também compartilha esses símbolos e seus respectivos significados conscientes ou não dessa informação.

Costumes e práticas culturais, como a alimentação, a criação e o consumo de pratos típicos e o nojo, como elemento de construção da identidade, é abordado por Elias, o alimento não representa mais os nutrientes, mas o meu povo, o meu *eu*, o meu *nós*. Vale ressaltar que, existem outros costumes e práticas, como eleger um esporte nacional e festividades nacionais embebidas com o termo tradicionais ou folclóricas³¹.

O terceiro elemento essencial, para a construção da identidade na figuração vigente, é a história nacional. A disciplina que provoca sono nos

³¹ Interessante presenciar festivais folclóricos no Brasil, no norte predomínio de danças indígenas, no nordeste uma fusão entre nativos, negros e europeus e no sul e representação idealizada de danças europeus que, em alguns casos, nem são mais reencenadas no continente de origem. Apesar dessas disparidades, todas representam uma única figuração. Nota do autor.

alunos, mas que, é capaz de disparar canhões e até criar armas de destruição em massa, ao ensino de uma parcela do passado que atenda as necessidades do presente é basilar para estruturar a relação pronominal *eu* e *nós*.

A história é a matéria prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo” (HOBSBAWN, 2013, p. 18).

No ensino da história, ou seja, do que se acredita ser história nas figurações nacionais e o fundador de mitos, é interessante notar que outras figurações, que questionam esse modelo figuracional, se utilizam dos mesmos princípios para elaborarem suas respectivas identidades.

Por exemplo, no caso pátrio, retira-se a princesa redentora, para substituí-la por um líder que em sua época não lutou pelas liberdades de todos os escravos negros, até porque, para africano é um termo europeu que se referente a pluralidade étnica e cultural daquela região, algo análogo ao termo índio, e como brasileiro compreendendo o índio como nativo, mas o índio se enxerga como uma dentre as várias civilizações da Amazônia, isso vale também para o índio, que denomina todos os não nativos como brancos.

A história é essencial para conceber construções simbólicas do passado, que atendam as necessidades do presente.

Mito e invenção são essências à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável, dizendo: “Somos diferentes e melhores do que os outros. (HOBSBAWN, 2013, p. 21).

Nesse processo de construção, da identidade nacional, a história passa a ser compreendida como memória ancestral ou tradição coletiva (HOBSBAWN, 2013). Os historiadores assumem o papel de atores políticos de uma ideologia, não que não haja imparcialidade na história, mas deve-se buscar um distanciamento.

Nessa situação os historiadores se veem no inesperado papel de atores políticos. Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem ser converter em fábricas de bombas, como os

seminários nos quais o IRA aprendeu a transformar fertilizantes químicos em explosivos. Essa situação nos afeta de dois modos. Temos uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico da história em particular. (HOSBAWN, 2013, p.19).

Voltando ao nosso cidadão exemplar, tanto no sentido de exemplo como de membro de figuração Estado-nação, após vivenciar a figuração escolar básica, o indivíduo agora poderá se tornar existente para o Estado ao ser permitido a possuir um documento básico de existência, a carteira de identidade. Interessante que, no longo processo histórico, quem define os parâmetros para a existência do pronome *eu* é sempre um *nós*. Mas, após a implementação da figuração nacional, é a primeira vez que uma instituição não personificável concebe a identidade ao indivíduo.

Não é mais uma coletividade, concreta e determinável, que realiza maturação do eu, e assim, o rito para o ingresso da coletividade como indivíduo não é mais um sacrifício doloroso, a defesa da cidade, ou lutar pelo rei, consiste em receber um documento de identidade.

Então, qual seria a reação do nosso exemplo ao receber esse seguinte comando: 'Identidade, por favor!'. Iria procurar em algum dos bolsos ou em um compartimento da sua carteira esse documento, pois, caso não o tivesse em posse dele, seria detido como suspeito não identificável. Mas, será que todas as lembranças, as experiências sociais que participou não merecem ser consideradas relevantes? Nessa figuração, a minha identidade é o que apresento, não o que eu represento. Meu genitor masculino é o que consta no documento, mas ele pode não representar ser meu pai, mais figura como tal.

A identidade física submetida à identificação nos parece brutal e grosseira; ela é , no entanto, primeira e fundamental, quaisquer que sejam as sotifificações tecnológicas. É ela que faz lei quando se trata de estabelecer o que chamamos "nacionalidade", seja esta ou não uma componente da "pessoa". (DETIENNE, 2013, p. 11).

O documento de identidade é o símbolo da atomização identitária, passar a ser representado como um indivíduo que pertence a uma coletividade, simbolicamente construída, e materialmente sustentada por patrimônios, para os quais eu devo zelar, respeitar e estar afetivamente ligado a eles, em decorrência da história nacional, aprendida na escola.

Esse documento em questão, a carteira de identificação, tem como criador uma série de processos. Vamos então, destacar o avanço da tecnização, do conhecimento, no caso francês no final do século XIX, que inspirou outras figurações nacionais, exceto as de origem anglo-saxão.

Uma técnica inventada para os culpados e para os criminosos: somente os indivíduos reconhecidos como perigosos são “olhados como atenção” – ou seja, identificados por um certo número de traços físicos fixados na imagem mental de um guarda da prisão – pelo tempo necessário. Pode-se imaginar a sequência, mesmo quando a polícia começa a fotografar os acusados nos anos 1870. Compreende-se, então, sem dificuldade o estado depressivo dos serviços de polícia, impotentes não apenas para fixar a imagem dos indivíduos perigosos, mas também para fazer uma contagem exata de todos os membros de uma sociedade em que cada um pode ser potencialmente suspeito. Evidência que cresce à medida que se intensifica a mobilidade das pessoas e que aparecem as cidades tentaculares modernas. (DETIENNE, 2013, p. 28).

Identidade e identificação passam ser sinônimos do que representa a relação pronominal *eu* e *nós*, o indivíduo tornar-se o que ele é capaz de identificar, mediante documentos, não em afirmar o que ele é. Com o avanço das técnicas de investigação policial, essa simbiose se aprofunda.

A revolução identitária, que continua em marcha hoje, e a bom passo, começa com Francis Galton e as impressões digitais. Um sinal, destacado do corpo, separado do indivíduo físico, vai permitir identificar cada ser humano. Se a descoberta cabe a um Inglês, na França, a glória pertence a Alphonse Bertillon, o superpolicial que mostrará à República e à nação como se pode identificar qualquer indivíduo pertencente à espécie humana. (DETIENNE, 2013, p. 28).

No transcurso do processo de elaboração da identidade na figuração nacional, a capacidade de o Estado-nação identificar os indivíduos que compõem a sua coletividade, ganha amplitude em decorrência dos avanços científicos. Mas, é sob o regime de Vichy, que a França apresenta o primeiro modelo de documento, solicitado pelo nosso exemplo ao ser ordenado a apresentar.

É na França que, através de uma série de experiências administrativas e policiais, se efetua a formatação da cidadania, que culmina, com o regime de Vichy e o fim da Segunda Guerra Mundial, na criação da carteira de identidade nacional “obrigatória”. Eis uma singularidade francesa cuja estranheza se deixa descobrir a partir dos países de tradição anglo-saxônica, que, em princípio cada indivíduo no mundo inteiro, mas que, ingleses ou americanos, são radicalmente contrários, por uma tradição de vários séculos, à

instauração de uma carteira ou de um documento que ofenderia a liberdade individual, como é pensada e defendida lá”. (DETIENNE, 2013, p. 27).

A elaboração, e o uso obrigatório, desse documento de identificação lhe concede uma identidade. Um conceito de *eu*, uma consciência orientada para atomização do indivíduo, processo esse necessário para a existência da figuração Estado-nação.

Como exercer o controle em milhões de indivíduos? Quem sabe com um documento que reforce que a sua identidade que não foi construída por você, mas concedida por algo abstrato que você não localiza, mas deve obedecer? O divino concedeu a vida, o Estado nacional a sua identidade.

APRESENTAÇÃO DO QUARTO CAPÍTULO

No momento derradeiro dessa dissertação, todo o processo de construção da identidade será analisado em caso concreto. A relação entre memória, lógica processual, figuracional e identitária será aplicada a uma breve análise e síntese da construção da identidade manauara em torno do Paço Municipal de Manaus, denominado oficialmente de Paço da Liberdade.

Nesse último capítulo serão trabalhados: a conquista do vale amazônico e o processo de construção da sua identidade, um breve histórico da construção da ideia de nação brasileira, a história da autoimagem da cidade de Manaus, a relação do Paço Municipal com a identidade dos habitantes residentes e moradores da cidade de Manaus e por fim, quem sabe, seja possível dar um passo rumo ao museu da cidade municipal, não no estilo de gabinete de curiosidades ou num espaço de culto ao estilo positivista, mas como um espaço onde o visitante possa compreender a complexidade e o longo processo de construção da cidade, em suas mais variadas facetas.

A intenção do museu é despertar a dúvida sobre o que é ser manauara, o que o torna membro dessa coletividade e a busca de uma resposta nas suas experiências cotidianas. Por exemplo, é o degustar de uma tapioca, não somente pelos benefícios, que os populares alegam ter ou por qualquer outro motivo externo, mas, porque foi e será, por um determinado tempo, o alimento típico dos indivíduos dessa localidade. Em síntese, é olhar para cidade não como turista, mas como membro integrante dela.

4. HÁ UM PAÇO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

4.1 UMA CONQUISTA A FERRO E ARCO EM NOME DE DEUS

A região que, desde século XVI, é denominado por Amazônia pelos conquistadores, exploradores, navegadores, religiosos entre outras categorias, era habitada por nativos³² desde a última era glacial, que possibilitou a travessia do homem pelo estreito de Bering. Antes do aparecimento dos europeus, nessa região coexistiam inúmeras civilizações, sendo que, essa existência não era pacífica e nem ordeira, mas sim, permeada por conflitos e disputas. As tensões fazem parte das figurações humanas, tanto em nível interno, como em contato com outras figurações.

A chegada dos europeus amplia as tensões já existentes. Se, anteriormente, a disputa era entre civilizações nativas, agora, há o elemento europeu. Vale ressaltar ainda que, a ocupação dessa região, por parte dos europeus, também é permeada de tensões entre os estrangeiros.

Espanha e Portugal deram início as grandes navegações e, por consequência, iniciaram o processo de conquista e ocupação, sendo que, ambas as cortes buscaram retirar do jogo os demais reinos europeus, mediante o tratado de Tordesilhas em 1494. Logo, deve-se ter em mente que, o contato entre esses dois mundos, separados por volta de dez mil anos, gerou tensões em ambos os polos, entre os que seriam conquistados e os que os disputariam, para figurar o posto de conquistador.

Com base no tratado, assinado entre as potências ibéricas, a região que hoje é compreendida como Amazônia pertenceria à Espanha e, Portugal teria apenas uma pequena fração desse território, basicamente, o que geograficamente hoje (2018), compreendemos como parte do litoral do estado³³ do Pará.

Vale ressaltar que, as partes que compunham a partilha do mundo, em áreas a serem conquistadas e inseridas na lógica mercantilista ibérica,

³² Particularmente, não gosto de utilizar o termo nativo, pois, os únicos seres humanos nativos são os africanos, pois, como a espécie é oriunda daquela região, logo, no meu entender somente eles poderiam ser considerados nativos. Todos os demais seres humanos não. Nota do autor.

³³ O termo estado se encontra em minúsculo, pois, é referente apenas a nomenclatura da unidade administrativa interna do Estado brasileiro. Nota do autor.

jamais foram consultadas, tanto por parte dos conquistados, como por parte das demais potências que queriam as suas respectivas áreas de influências.

A divisão, aparentemente cordial, entre os reinos ibéricos do território da Amazônia, vai ser rapidamente orientada pela conquista, disputa, massacre e alianças entre todos os atores envolvidos. O reino espanhol tentaria inúmeras vezes ocupar e pilhar a região, a ordem pode ser invertida, a conquista e a pilhagem eram, praticamente, sinônimas. Mas, alguns fatores contribuíram pelo desinteresse por parte da coroa espanhola, a conquista dos dois maiores impérios pré-colombianos: Mexica, em 1519, pelo conquistador Hernán Cortéz e Inca, em 1533, por Francisco Pizarro.

As respectivas conquistas proporcionaram espólios em ouro e demais riquezas, e desestimularam a penetração na região amazônica. Não se pode pensar que não houve tentativas de conquista, por parte dos espanhóis, mas, o acesso às minas de ouro e prata, bem como as riquezas dos antigos impérios, contribuiu para que a região figurasse em segundo plano, para a coroa espanhola.

Salutar citar que, aliado ao rápido domínio das regiões anteriores, há a geografia da região. Os espanhóis não eram excelentes navegadores, mas os portugueses eram mais experientes na navegação e em estabelecer contato, conforme é possível verificar no continente africano e asiático, e as resistências das populações nativas e as endemias.

No ano de 1578, acontece um evento que alteraria a figuração da região: o desaparecimento do rei lusitano, Dom Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, no processo de conquista do Marrocos, um trampolim para uma eventual reconquista da terra santa. Acabaria, assim, por desencadear um vácuo no trono português, pois, o nobre desaparecido não possuía herdeiros, ou seja, filhos, e o parente mais próximo do falecido era seu tio avô, o Cardeal D. Henrique que foi entronado rei como D. Henrique I (1578 a 1580). Como era cardeal já idoso no referido ano, esse, ao falecer, não deixou herdeiro. Logo, a casa real que mais possuía vínculos sanguíneos era a casa real espanhola. Assim, as fronteiras entre os reinos, tacitamente, se torna ineficazes.

Diante da inexistência de barreiras mais eficazes, tem-se do fruto da União Ibérica (1580 a 1640), a progressiva inserção da região, que viria ser denominada Amazônia, em segundo plano, por parte das coroa espanhola.

Os lusitanos, lentamente, começam a sua penetração da região, e após a expulsão dos franceses pela segunda vez (França Equinocial - 1612 a 1615), do seu território, o que cabia aos lusitanos na região, em 1616, foi a fundação do Forte do Presépio (Belém - PA); em 1623, ocorre à conquista da fortificação holandesa e o rebatizam de Forte de Santo Antônio de Gurupá, na confluência do Rio Xingu com o Delta do Rio Amazonas; em 1625, acontece, ainda, outra conquista de uma fortificação holandesa, que é rebatizada de Forte de Mandiutuba (Monte Alegre – PA).

O objetivo da pesquisa não é descrever a conquista da região, mas apenas demonstrar que o processo de ocupação por parte dos lusitanos, foi lento e gradual, fruto da união ibérica, e que essa ocupação teve que atuar em três frentes: militar, contra as demais potências europeias (franceses, holandeses, ingleses e até irlandeses); catequista, contra os nativos em busca de apoio ou extermínio; e diplomática militar, em desfavor na Espanha, após o término da união ibérica, para anexar região aos seus domínios coloniais. (SILVA, 1996).

Após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, Portugal consegue assegurar relativo domínio sobre a região no âmbito externo, perante outros reinos europeus. Porém, no âmbito interno, esse efetivo controle é, praticamente, inexistente. Civilizações nativas se opõem a ocupação, as ordens religiosas, que trabalham em conjunto com a coroa lusa, na pacificação dos nativos, não conseguem controle pleno das almas dos fieis e o poder de mando, que detém sobre os cristãos-novos, desencadeia conflitos com os colonos e militares lusitanos, pelo controle dos braços nativos. Guerra, exploração e comércio se complementam, na mentalidade mercantilista.

Esse processo de ocupação lusa perdurou por quase três séculos, do XVII ao XIX. Entre os séculos XVII ao XVIII, podemos entender como um momento da retirada da disputa, os demais reinos europeus e, após a segunda metade do século XVIII ao XIX, se deu o processo de civilização da região e controle das populações nativas.

Na segunda metade do século XVIII, o movimento iluminista passa a figurar com maior presença o cenário intelectual europeu. A corrente de pensamento arbitra que, a razão e a racionalidade humana, devem ser o novo referencial para o conhecimento, não mais a fé, a credence ou superstição. A regência do universo esta a cargo de leis naturais, e assim, roupas sujas não geram vida espontaneamente e os reis não possuem poderes de cura mediante o simples toque.

Essa corrente de pensamento adentra Portugal e tem como seu representante de maior relevância, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal que, entre os anos de 1757 a 1777, como ministro chefe das cortes portuguesas, passa a instaurar um série de reformas de inspiração iluminista, mas, ainda impregnada com certos princípios do absolutismo, mudanças essas, denominadas de, despotismo esclarecido.

Para comandar suas ideias na Amazônia, o Marquês convida seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, entre os anos de 1751 a 1769, o ano de seu falecimento. Este ocupou, respectivamente, os cargos de Governo Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão e secretário de Estado da Marinha e do Ultramar.

As reformas pombalinas, orientadas para a Amazônia, buscam inserir uma lógica racional, num contexto onde, o mítico e o religioso, eram presentes, expulsando as ordens religiosas da área, na qual acontece a secularização da administração das aldeias, a libertação dos nativos que ainda se encontravam em cativeiro, a inserção do nativo na administração colonial, o incentivo do casamento entre homens europeus com mulheres indígenas, o incentivo ao cultivo do arroz em substituição a farinha da mandioca, a oficialização da língua portuguesa em detrimento das demais línguas, entre outras medidas são tomadas. Sendo que, todas essas diligências visavam racionalizar modos de produção e civilizar a população, nos parâmetros europeus ocidentais.

Com o falecimento do irmão do Marquês, em 1769, e a destituição do próprio Pombal, em 1777, no evento denominado *viradeira*, as reformas acabaram por fracassar, não somente em decorrência da mudança administrativa ocorrida na coroa, mas, fruto do conhecimento relativo da complexidade das figurações amazônicas.

O século XIX adentra a Amazônia, ainda com lembranças pombalinas, como uma espécie de espectro de um passado recente, entre 1808 a 1822. A região a passa, novamente, à segundo plano. A transferência da família real para o Brasil em 1808, somada a independência dessa região brasileira em 1822, provoca uma reação, um dilema na região: unir-se com os brasileiros ou permanecer sob o jugo lusitano?

4.2 A CONQUISTA DA AMAZÔNIA PELOS BRASILEIROS

A independência da colônia do Brasil, na primeira metade do século XIX, provoca certo alvoroço na Amazônia.

Como e de que modo à região deve se comportar perante os acontecimentos na antiga colônia do Brasil? Visto que, “A Amazônia sempre estivera diretamente vinculada a Lisboa, quando aos seus assuntos coloniais, desenvolvendo-se apartadamente do resto do Brasil”. (LOUREIRO, 1989, p. 13).

No decorrer do processo de independência do Brasil (1808 a 1825), a região amazônica declarará seu apoio às cortes portuguesas em 1822, desse modo, não aderiam à união com o Império do Brasil, rejeitando a independência. Mas, a maré do conflito passou a ser favorável aos brasileiros e, rapidamente, foram sufocadas as reações lusas em desfavor da libertação política, na Bahia, no Maranhão e na Cisplatina.

Essas vitórias brasileiras conduziram os governantes do Grão-Pará, em 15 de agosto de 1823, a negociarem e aceitarem a integração da região ao Império. A incorporação da Amazônia, não foi um processo isento de violência, salutar citar os “256 brasileiros, nos porões do brigue “Palhaço”, de onde só um escapou com vida, após uma noite de martírios”. (LOUREIRO, 1989, p. 14).

Findo os conflitos relacionados com o processo de independência e diante de uma parcial estabilidade política alcançada, a região amazônica, novamente, adentra o ostracismo em relação a políticas pautadas para a localidade. Após, a consolidação do território, do que hoje denominados Brasil, outro processo se inicia, o da mudança do polo econômico, onde o

nordeste lentamente perde importância para o sudeste, e o açúcar cede, a cada ano, mais espaço na balança comercial para o café.

A alteração do polo econômico modifica as finanças da Amazônia, e a significativa distância em relação ao novo centro gerador de riqueza, aliada dificuldades impostas em relação às questões alfandegárias, complicará a frágil economia da região. Os produtos da Amazônia eram despachados diretamente pra Lisboa, agora outra figuração passa a ser vigente, e somente em 1825 o comércio entre Portugal e o Brasil é reestabelecido. Logo, os produtos amazônicos passam sofrer com uma nova carga tributária, o Brasil passa a representar a metrópole lusitana.

A instabilidade política do primeiro reinado (1822 a 1831) acaba por afetar diretamente a região, que encontra cada dia mais dificuldades financeiras. Percebe-se, então, que o foco da administração imperial passa, e continua a ser, o centro-sul, o fechamento da Assembleia Constituinte de 1823 por ordem imperial, a tentativa de secessão de parte do nordeste brasileiro na Confederação do Equador em 1824, a guerra da Cisplatina (1825 a 1828) que culminou com a derrota brasileira e a perda do território correspondente ao atual Uruguai, a questão da sucessão portuguesa, após o falecimento de D.João VI, em 1826, evento esse que, tornou o imperador do Brasil, também de Portugal.

A perda de popularidade do imperador, após, a noite das garrafadas 1831, desencadeia a abdicação do trono, em nome do infante D. Pedro II e o imediato retorno do imperador a Portugal, para solucionar a querela relacionada à sucessão de seu pai ao trono português.

A regência (1831 a 1840), junta ora trina, ora una, ora provisória, ora permanente, agrava a situação política e as finanças públicas, em consequência, a região Amazônica. Os regentes, que governaram até a maioria do infante D. Pedro II, em decorrência da disputa pelo comando da administração, relegaram praticamente ao abandono algumas regiões do Império.

A Amazônia é um exemplo disso. A região lentamente passa a empobrecer ainda mais, poucos investimentos públicos, diminuta atividade comercial, instabilidade política, aumento vertiginoso da qualidade de existência dos amazônidas. Todos esses elementos passam a permear a

figuração e, em decorrência desse quadro, eclode a cabanagem (1835 a 1840), a mais abrangente revolta popular, e mais severamente sufocada,³⁴ da história da nacionalidade brasileira.

O processo de recuperação da região seria lento, pois, com término dos conflitos, não houve, por parte do poder regencial, programas de ordem pública voltada para a reconstrução ou revitalização do vale amazônico. Alias, já não havia antes da rebelião e a situação não sofreu alteração após o conflito.

Paralelo aos processos figuracionais amazônicos, no velho continente, a revolução industrial passa a proporcionar novos meios de transporte, barcos a vapor, e novos meios de comunicação, telégrafo. Mudanças tecnológicas geram novos arranjos figuracionais, por consequência.

No transcurso do século XIX, ocorre a mais abrangente revolução no processo de tecnização do processo histórico da humanidade, até o presente período. O conhecimento se expande no ritmo fabril, e novos campos do saber são fabricados, como a biologia, a medicina, a sociologia, psicologia e demais ramificações. A natureza cede espaço à criatura, que quer se tornar criador. Os deuses não habitam mais as montanhas, essa antiga morada, agora, torna-se o obstáculo que deve ser eliminado para que estradas e pontes conectem cidades, no novo credo da modernidade.

A publicação de novas descobertas³⁵ científicas provoca um novo despertar pela região amazônica, e na segunda metade do século XIX, os conquistadores entram para a história em detrimento dos cientistas, pesquisadores, aventureiros e exploradores da Amazônia. Começa a era dos viajantes.

Os novos estrangeiros passam a ingressar com maior facilidade na figuração do vale amazônico, após o fim do monopólio da companhia de navegação do Amazonas, de propriedade do Barão de Mauá, em 7 de dezembro de 1866, e a sua respectiva abertura ao trânsito internacional de

³⁴ Estima-se que 1/3 a 1/2 da população da região pereceu em decorrência dos conflitos. Nota do autor.

³⁵ Como a teoria da seleção natural proposta por Charles Darwin em 1852. Nota do autor.

embarcações (LOUREIRO,1989), bem como, em decorrências dos meios de transporte e comunicação disponíveis.

Esses viajantes encontram uma região em estado de torpor oriundo, ainda, da cabanagem. O que fica latente em seus relatos, como na descrição feita pelo casal de naturalistas Agassiz, por Manaus, entre os anos de 1865 e 1866.

Manaus. Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto, a situação da cidade, na junção do rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação. Mas quando se pensa na imensa vastidão dessas terras cobertas ainda por florestas impenetráveis, nas consideráveis dificuldades que impedem a criação de povoações nesta região – insetos, clima, comunicações difíceis – parece bem longe o dia em que uma população numerosa venha se fixar nas margens do Amazonas, em que embarcações a vapor venham circular dos seus portos aos do Mississípi e em que todas as nações do globo venham buscar a sua parcela nos ricos produtos desta bacia. (AGASSIZ e AGASSIZ, 2000, p. 196-197).

Mas, nas figurações, em seu processo cego, viria o látex. Essa matéria-prima passou a ser essencial para outra etapa da revolução fabril. Com essa substância, foi possível confeccionar correias para motores de combustão interna, pneus para bicicletas, materiais impermeáveis, dentre outras finalidades.

Enquanto as seringueiras sangram, as cidades de Belém e Manaus se encantam com o salto proporcionado pela elasticidade da borracha. Não houve um boom, entre 1870 a 1910, mas, um salto em trampolim feito de látex, porém, sem uma tela de proteção para amparar o impacto na queda.

Manaus - que seria uma mescla de feitoria avançada e preação de nativos com aldeia no vale da terra das Amazonas num período colonial - passa de um lugar dentro do Império do Brasil prestes a ruir, para a cidade rica e opulenta, onde não há mais império, mas uma República, proclamada em 1889.

As inúmeras transformações que aconteceram na figuração da *hinterlândia* amazônica, no breve histórico descrito, não mudou a visão que o caboclo tem ao observar seu reflexo no leito de um rio da região. A região

apesar do seu momento de glória, que passou determinar o sentido da história da região, esteve sempre associada à imagem de misticismo num primeiro momento, para num segundo, com sinônimo de primitivo. A borracha vestiu os amazônidas, arquitetou suas malocas, mas não conseguiu apagar a figuração amazônica.

A história da região Amazônica, dentro da figuração nacional brasileira continua, e o autor apenas optou por um recorte. A partir desse momento, a análise se volta para a cidade de Manaus, visto que, o caminho percorrido até o presente momento foi para que seja possível, ao leitor, compreender a lógica processual da conquista da região até a fundação do município de Manaus, do Paço municipal e do período denominado *Belle Époque* Amazônica (1870 a 1910).

4.3 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE MANAUS

O município brasileiro de Manaus, localizado no estado Amazonas, tem suas origens, históricas e factuais, em um fortim português edificado no século XVI, da era comum na região denominada, futuramente, de Amazônia, encravada numa península, entre o Rio Negro e o Rio Solimões, com a finalidade de impor o domínio lusitano em terras disputadas com espanhóis, ingleses, franceses e holandeses (HOLANDA, 2011) séculos atrás.

Finda as disputas, entre povos europeus, com o reconhecimento de Portugal como o detentor desses domínios, no século XVII. Então, o fortim passa a ter como atividade econômica de destaque o comércio de escravos indígenas.

De fortim a entreposto para o comércio de cativos, as atividades de tráfico humano atraem uma população, não militar, que passa a edificar, em conjunto com os defensores do fortim, um vilarejo nas proximidades da instalação militar. Outras fontes de riquezas surgem, como as drogas-do-sertão, e o vilarejo se estrutura. No século XIX, granjeia o *status* de cidade e passa a ser a sede administrativa da província do Amazonas, em um Brasil Imperial e independente do domínio lusitano.

No último quartel do século XIX, uma matéria-prima é descoberta no século XVIII, porém, sem aplicações relevantes para o contexto do mercantilismo do momento, o látex.

No século XIX, o látex torna-se uma matéria-prima para as indústrias europeias, principalmente a inglesa, na vanguarda da Revolução Industrial. A cidade enriquece e se autodenomina a Paris dos Trópicos (DIAS, 2007)³⁶. Ocorre uma reforma urbanística onde as praças, os *boulevares* europeus e as ruas ganham pavimentação ocidental, iluminação e bondes elétricos. Companhias de óperas italianas se apresentam no mais luxuoso teatro, construído no mundo amazônico, o Teatro Amazonas.

O látex, que sustenta esse crescimento elástico é fruto de uma exploração desumana, mesmo para os padrões vigentes a época, dos seringueiros encarregados da extração dessa *comodite* que pouco reverbera na cidade de Manaus.

No fim, os mesmos estrangeiros que trouxeram essa riqueza, levam-na para suas colônias e a cidade entra em colapso financeiro e esquecimento. Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as colônias produtoras do látex encontram-se em poder dos países considerados inimigos³⁷, a tal situação que concede um novo ciclo do látex, mais efêmero que o primeiro.

A decadência do pós-guerra e a deslembração, por parte do governo brasileiro, perduram até o momento de instauração do programa de industrialização da cidade, nos anos 1960 (CARDOSO, MULLER, 1977), inicia-se a arrecadação fiscal, oriunda do comércio da Zona Franca de Manaus – ZFM, receita essa que, aliada a isenções fiscais, possibilitaria a implantação de um parque industrial na cidade o Parque Industrial de Manaus – PIM.

De uma pequena cidade provinciana, na década de 1960, à metrópole da região e sede dos jogos do mundial da Copa do Mundo no Brasil, em 2014 e das olimpíadas, no Rio em 2016, está é Manaus.

³⁶ O autor não acredita que o nome Paris dos Trópicos tenha sido utilizado durante a *Belle Époque*, mas no momento posterior, quando a cidade de Manaus já se encontrava em decadência econômica, como um mecanismo de construção de passado glamoroso diante de um presente decadente. Sugiro a releitura do primeiro capítulo desta dissertação. Nota do autor.

³⁷ Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o Brasil ingressa em 1942 ao lado Aliados (EUA, Reino Unido e URSS) contra as forças do Eixo (Itália, Alemanha e Japão), após ter navios mercantes abatidos na Batalha do Atlântico. Nota do autor.

4.4 DUAS LEMBRANÇAS PARA A MESMA MEMÓRIA

Apesar de todo o percurso, o breve relato histórico supracitado da cidade de Manaus, não reflete o discurso fundador da comunidade imaginada, fruto da memória coletiva desse espaço edificado por seus indivíduos. Tal retrato é perceptível, quando desembarca em Manaus, um outsider fora do esquema figuracional amazônico.

O turista encontra duas cidades, cada uma com suas respectivas atrações: uma, que busca comercializar uma identidade amazônica, perante um contexto nacional e internacional, a Manaus como porta de entrada para a misteriosa, lendária e exótica floresta amazônica, como o último bastião da civilização em plena floresta.

A outra Manaus é a que, se constrói e se reconstrói, constantemente, em torno da lembrança da época de pujança econômica de outrora, uma Manaus da *Belle Époque*³⁸, uma cidade turística para seus próprios habitantes. Uma Manaus que outrora fora a Paris dos Trópicos e que num ciclo que remonta a temporalidade mítica, busca novamente o fausto de outrora. É a Manaus do Teatro Amazonas, do Largo de São Sebastião e dos festivais de ópera.

Ambas as cidades são frutos de memórias e lembranças individuais que geram comunidades imaginadas. Sendo que, essas comunidades são detentoras de suas respectivas memórias coletivas e discursos identitários, onde uma se elabora como produto de exportação e outra como um produto da mentalidade local, destinada ao um mercado interno³⁹. A primeira é a cidade da Amazônia, e a outra, é destinada ao consumo próprio, dos nativos contemporâneos, uma *urbe* industrial, que se vislumbra no espelho como a cidade da *Belle Époque*, moderna e cosmopolita, e longe dos seus sertões originais de Amazônia.

³⁸ Corresponde ao contexto histórico (1870 a 1910), pelo, o qual, a cultura europeia, em destaque para a cultura francesa será utilizada como paradigma para as demais culturas e sociedades mundiais (DIAS, 2007). Nota do autor.

³⁹ Existem dois discursos identitários, um exportado para ser consumido pelo o turismo, uma Manaus Amazônica e um outro a ser destinado ao consumo interno, uma Manaus Cosmopolita. Essa segunda Manaus e seu discurso identitário é o objeto de estudo nesse prezado momento. Nota do autor.

Essa Manaus industrial⁴⁰ viveu, nos últimos quatro anos da gestão do prefeito Arthur Neto (2012-2016), em um novo ciclo da borracha⁴¹. Um ciclo, no qual, não há seringueiros, aviadores, seringais, casas de aviamento, estrangeiros ou nacionais de outros confins do Brasil; existem apenas as grandes obras públicas como o Palácio da Justiça ou o Teatro Amazonas; assim, só há memória e esquecimento.

Nessa nova euforia cíclica, visa-se rememorar, através de um discurso, um passado europeu, civilizado e magnífico para a cidade manauara. É o novo látex desse ciclo e o seu processo de esquecimento, de uma Manaus ameríndia, colonial e imperial, é a técnica utilizada para o seu beneficiamento.

No discurso, que visa resgatar a memória da Manaus da *Belle Époque* (1870-1910), existe muito de deslembração. A história da cidade passa por uma reinvenção histórica, onde se traça uma linha em outros contextos temporais e utiliza-se da borracha para reescrever a história da urbe. Os manauaras elaboraram sua identidade com base nesse discurso. É, no momento atual, o mito fundador dessa comunidade imaginada.

O novo ciclo da borracha, que a Manaus fabril rememora, é fruto de uma formação reativa perante a decadência econômica do município na década de 1990, provocada pelo fim do modelo de Zona Franca e da instalação do seu parque industrial. Nasce assim, de um processo de reconstrução do seu passado gomífero, os festivais de ópera, festivais de cinema, bandas de jazz e a revitalização do Centro Histórico de Manaus.

Nas eleições municipais de 2012, o candidato vencedor do pleito tinha como meta principal de governo, e tema da sua propaganda política, a revitalização do centro histórico de Manaus.

No seu primeiro ano de gestão, o prefeito, Arthur Neto, iniciou novos projetos de revitalização como o Passo a Paço⁴² e prosseguiu com os

⁴⁰ Noção elaborada pelo autor com a finalidade de definir a Manaus local. Nota do autor.

⁴¹ A construção da identidade da cidade fabril mediante a reconstrução do passado extrativista do látex. Nota do autor.

⁴² <http://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/projeto-cultural-e-gastronomico-passo-a-paco-sera-ampliado-e-levado-aos-bairros-em-2016>. Site acessado em 28/07/2016.

projetos das gestões anteriores: o Projeto Monumenta⁴³ ou Projeto de Aceleração da Economia – PAC cidade históricas⁴⁴.

Os projetos de revitalização do Centro Histórico de Manaus realizam uma reconstrução da sua trajetória histórica, mediante uma fala que o elege, o período da euforia do látex, como o único momento a ser revitalizado e encaixando os espaços de outras temporalidades no seio da elasticidade da borracha. Como exemplo, tem-se o Paço Municipal de Manaus.

No ano de 2012, foi publicado, pela editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, um breve guia denominado de *Caminhado por Manaus – 5 roteiros histórico da cidade*, de autoria de Thérèse Aubreton. Nessa obra, são elencados cinco roteiros históricos que o turista pode realizar com a intenção de conhecer a história da cidade de Manaus, uma obra de divulgação gratuita nos órgãos administrativos públicos responsáveis pelo fomento da cultura e turismo.

A obra possui certas características que direcionam a atenção de um pesquisador. Dentre essas características, está o fato de que todos os roteiros selecionados privilegiam obras construídas no momento áureo do látex, como se observa em seu sumário:

Sumário
Roteiro 1 – Ao redor Teatro Amazonas;
Roteiro 2 – Ao redor do Porto;
Roteiro 3 – Ao redor da Prefeitura;
Roteiro 4 – Ao redor do Mercado;
Roteiro 5 – Ao longo da Avenida Sete de Setembro. (AUBRETON, 2010, p. 7)

Outro fato relevante é que, a obra, apesar de ter cunho turístico, foi impressa em português. Ou seja, entende-se que se trata de um roteiro turístico destinado aos habitantes da Manaus industrial.

⁴³ Programa do Ministério da Cultura (Minc), o Monumenta é executado com recursos da União, de estados e de municípios, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cooperação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Unesco. Seu conceito é inovador. Enquanto restaura obras, busca conciliar esta ação com a sustentabilidade dos sítios históricos, motivando seus usos econômico, cultural e social. Fonte: www.iphan.gov.br acessado em 28/07/2016.

⁴⁴<http://portalamazonia.com/noticias-detalle/cidades/pac-cidades-historicas-de-manaus-saiba-quanto-sera-investido-e-as-obras-ate-2016/?cHash=039b3ea751d4f22aa03049361b04e25b>. Site acessado em 28/07/2016.

Ao percorrer os roteiros elencados pela obra supracitada, encontra-se a sede da Prefeitura de Manaus, no terceiro roteiro, página 57, o Paço Municipal.

No texto do guia em estudo, a construção recebe o nome de Paço da Liberdade, com ênfase a sua antiga função de Prefeitura e cita o ano de 1874 como o marco do início da sua construção, os entes públicos que a ocuparam, o seu traçado arquitetônico - como neoclássico - e a intenção de o prédio abrigar futuro Museu da Cidade Manaus.

O texto referente a esse patrimônio material visa inserir essa construção na temporalidade do látex ao relegar ao esquecimento o fato de que, na fundação dessa construção, se encontra um sítio de arqueologia ameríndia, que remonta a uma Manaus da pré-conquista europeia, suplantada pelos colonizadores. Deliberadamente, cita, com certa descrição, uma Manaus Imperial, sendo que, o Paço Municipal é fruto, e faz parte de uma intenção, de fortalecer a presença do Império Brasileiro, e de Dom Pedro II, na região em um momento de pós-guerra do Paraguai (1864-1870), onde coincide, ainda, com a recente abertura do Rio Amazonas a navegação internacional, em 1867, e uma mentalidade neocolonizadora europeia sobre as regiões do globo desprovidas de governos capazes de opor resistência à dominação estrangeira (LOUREIRO, 2007).

De outro modo, o texto referente ao Paço Municipal, não faz referência ao choque cultural entre nativos e estrangeiros (sítio arqueológico ameríndio local) e cita pontualmente personalidades do Império do Brasil, mas não relaciona a construção dessa obra com o contexto histórico nacional e internacional real, que motivou a sua existência. Na ausência dessa relação histórica, se constrói uma relação com a Manaus da *Belle Époque* (1870 a 1910).

Relembrar de um fato é esquecer outro, ou seja, a lembrança também é esquecimento.

Há muitos modos de induzir ao esquecimento e muitas razões pela qual se pretende provocá-lo. O “apagar” não tem a ver só com a possibilidade de rever, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdade parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar,

confundir vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. (ROSSI, 2010, p. 32).

Ou seja, a borracha também escreve a história.

4.5 HÁ UM PAÇO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

A partir do raciocínio exposto anteriormente, é iniciado nesse momento final da pesquisa a aplicação da síntese elaborada no decorrer de todo o processo de análise, aplicado no objeto de estudo. Portanto, será dado um passo rumo à relação entre a memória e a história do Paço municipal, e sua relação com edificação da identidade manauara que é o tema do presente trabalho. Porém, antes de adentrarmos a temática propriamente dita, um conciso histórico sobre a sede do poder executivo manauara será realizado adiante.

4.5.1 OS PRIMEIROS PAÇOS DE MANAUS

A primeira edificação localizada em Manaus, destinada a abrigar a sede do poder político, possível de se datar com certa precisão, foi o Paço. Construído em decorrência da transferência da sede da Capitania de São José do Rio Negro, de Barcelos para Vila da Barra⁴⁵, na última década do século XVIII, sob o comando do governador Lobo D'Almada (REIS, 1989, p.3).

A localização desse primeiro Paço é incerta devido às inúmeras transformações urbanísticas que o espaço urbano, hoje denominado Manaus, passou no decorrer dos séculos. Vale ressaltar que esse primeiro palácio em nada remonta a ideia que hoje podemos construir mentalmente quando ouvimos o termo paço. A capitania, bem como a futura província do Amazonas até meados de 1870, era carente de recursos, logo, os materiais utilizados na construção desse espaço eram, basicamente, madeira, argila, cal, pedras e tendo, provavelmente, cobertura em palha ou argila.

⁴⁵ O que hoje compreendemos como Manaus já foi demoniada de Lugar da Barra e Vila da Barra. Nota do autor.

A primeira metade século XIX, a região vivenciou transformações políticas que alteraram seu esquema figuracional, em 1823 ocorreu à incorporação da região ao Império do Brasil, entre 1835 a 1840 a Cabanagem⁴⁶, no contexto, de período regencial, e por último, sobreveio à transformação política da antiga capitania a categoria de província. Manaus que antes era subordinada à cidade de Belém da perspectiva político administrativa, passou a ser a capital da província imperial no dia 5 de setembro de 1850, conforme decreto imperial.

Tendo a Lei de 5 de Setembro de 1850, que creou a nova Província, determinado que a sua extensão e limites fossem os mesmos da antiga Comarca do Rio Negro, transmitto á V. Ex.a por copia, todos os documentos relativos a este objecto, que existem na Secretatia , desta Provincia. (ARANHA, 1852, p.4)

Porém, a província começou a ter sua autonomia política administrativa, efetivamente, somente em 1852⁴⁷, na presidência de João Baptista Tenreiro Aranha, o primeiro presidente. Tal nome presidencial hoje batiza uma praça⁴⁸ no centro histórico de Manaus, mas, ironicamente, possui uma estatua sua em outra praça conhecida, comumente por, a Praça da Saudade. Este, quase sempre tem seu nome citado pelos meios de comunicação local, em decorrência, de o quinto dia do mês de setembro ser feriado estadual.

⁴⁶ Revolta que abalou a região amazônica entre os anos de 1835 a 1840 que comprometeu por anos o desenvolvimento econômico da região em decorrência do decréscimo populacional desencadeado pelo conflito, de 1/2 a 1/3 da população, de um total aproximado de 150 mil almas, tenha sido ceifada pelo conflito. Nota do autor.

⁴⁷ Conforme auto de instalação da província do Amazonas datado do dia 1º de janeiro de 1852.

⁴⁸ A título de curiosidade, a praça denominada atualmente da saudade por outrora ter sido o cemitério municipal possui em seu centro uma estatua do primeiro presidente da província e na Praça Tenreiro Aranha e não referência artística ao personagem histórico, sendo que esse espaço é mais lembrado como a praça da feira do artesanato. Nota do autor.



Figura 9. Praça da Saudade, oficialmente Praça 5 de Setembro, mas nem mesmo o poder público a denomina assim. No canto esquerdo da imagem se localiza o monumento ao Presidente Tenreiro Aranha. Manaus – Amazonas – Brasil. Fonte: <http://www.manaus.am.gov.br/noticia/prefeitura-remove-pichacoes-e-conscientiza-populacao-a-preservar-a-praca-da-saudade/>

No comando da província do Amazonas em 1853, o então presidente Herculano Ferreira Penna comenta que a câmara municipal não possui sede própria.

...ã Camara, que dispondo de mui pequena renda, e sempre onerada com a despeza do sustento dos presos pobres, não tem podido applicar quantia alguma ao calçamento das ruínas da Cidade, alias tão necessaria e pouco difícil nem mesmo preparar uma casa própria para suas Sessões. (PENNA, 1853, p. 26).

Pode se datar a partir dessa fala, o gênese do Paço Municipal de Manaus. Quer dizer que não havia tido um Paço anterior? Sim e não. Primeiro temos que entender o que expressa o termo Paço, que significa:

paço: (pa.ço) sm. 1 Palácio de rei, imperador ou bispo. 2 A corte de um rei ou imperador. 3 Nome dado a certos palácios us. como residência oficial ou como sede oficial. [F.: Do lat. *Palatium*, ii, Hom./Par.: passo (sm).] (AULETE, 2012, p.638).

Compreendido que o termo paço refere-se a edificações representativas do poder público, deve-se em seguida ter a ciência que a organização, político-administrativa brasileira sofreu alterações no percorrer da história.

Vamos nos ater a trajetória as transformações políticas e administrativas sofridas do que hoje é a cidade de Manaus. Ressalvadas as nomenclaturas anteriores, enquanto a cidade se encontra na lógica colonial do Grão-Pará, da Capitania de São José do Rio Negro e posterior momento

inserida na lógica do Império do Brasil e Brasil republicano até os idos da Era Vargas (1930 a 1945), existiu um órgão político que aglutinava as obrigações, que entendemos atualmente em 2018, como sendo funções e atribuições legislativas, executivas e em certas circunstâncias, jurídicas, denominada Câmara Municipal.

Câmara: Câmara Municipal – órgão local da administração portuguesa criado na Colônia quando da fundação da cidade de Salvador (1549) por Tomé de Souza. Denominados Conselhos da Metrópole, foram chamados no Brasil (América Portuguesa) de câmaras, compostas por até seis membros: os oficiais da câmara. Suas funções eram bastante extensas e incluíam os diversos setores da vida econômica, social e política da Colônia. Eram responsáveis pela administração municipal, atuando na regulamentação de ofícios, do comércio, das feiras e mercados; na construção de edifícios e obras públicas (estradas, pontes e calçadas); na conservação de ruas; na limpeza da cidade; na arborização e no abastecimento de gêneros e cultura da terra. As câmaras deveriam administrar seus bens e suas receitas, e para isso contavam com rendas provenientes de terras municipais (pastos arrendados, prédios alugados etc.) e com impostos sobre o consumo e multas originadas das infrações do código de posturas. Também eram responsáveis pela criação e educação dos expostos, pela organização e pelo patrocínio das festas religiosas e dos festejos públicos. As câmaras funcionavam ainda como tribunal de primeira instância, especialmente para o cível, com direito de apelação ao ouvidor ou Tribunal de Relação. Acabaram, com o passar do tempo, tornando-se a base da administração colonial e constituindo-se em nobreza da terra, composta fundamentalmente por homens bons. Algumas câmaras, no período colonial, por sua importância econômica e política, foram elevadas ao grau de Senado da Câmara. Com o apogeu do Despotismo Esclarecido em Portugal, no século XVIII, as câmaras perderam, em tese, grande parte de seus poderes e autonomia. (BOTELHO, REIS, 2006, p. 34).

Pode se concluir assim que, o primeiro Paço construído em Manaus não foi destinado a abrigar o poder executivo municipal como podemos entender atualmente, mas, para abrigar o poder público da capitania e posteriormente da província. Pode nos parecer confuso para a lógica atual, a inexistência de uma prefeitura, mas naquele contexto, era perfeitamente compreensivo. Simplificando: duas situações devem estar bem nítidas nesse momento, a primeira delas, é que a câmara municipal era responsável pela administração da cidade, sendo que o presidente da câmara municipal cumulava as atribuições de presidente da câmara com a de Intendente Municipal, com o crescimento da cidade de Manaus, o presidente do legislativo municipal passou acumular o cargo de Superintendente Municipal e

nomear seus intendentess, o que hoje seriam os secretários, ressalvadas as especificidades temporais.

A segunda situação é que somente na Era Vargas ocorreu à clivagem entre os poderes legislativo e executivo, com a criação do executivo municipal e do cargo de prefeito, sendo este eleito por voto direto ou indicado pelo poder central. Como a Era Vargas compreende três momentos distintos, revolucionário (1930 a 1934), constitucional (1934 a 1937) e Estado Novo (1937 a 1945) e cada um tem suas particularidades democráticas e ditatoriais, dependendo da era, o prefeito era eleito democraticamente ou não.

Posto isso, pode se afirmar que Manaus teve um paço anterior ao atual, mas que não era o Paço Municipal a que se refere essa dissertação. Este último é o que será estudado no momento a seguir. Um passo de cada vez.

4.5.2 HÁ UM PAÇO PARA MANAUS

Nesse trecho, a trajetória do Paço Municipal será processada mediante uma síntese de informações oficiais e oficiosas, uma síntese entre a memória, a história desse espaço e identidade manauara.

Manaus, no ano de 1852, era uma cidade parcamente povoada, com uma população que se oscilava entre três a cinco mil habitantes⁴⁹, conforme podemos projetar com base no mapa da cidade á época.



Figura 9: Mapa da cidade de Manaus em 1852. Fonte: Acervo digital do Arquivo Nacional

⁴⁹ Uma conjectura do autor, visto que em 1852, a província na sua totalidade tinha uma população aproximada de quase trinta mil almas, conforme auto de instalação da província. “Segundo os trabalhos de recenseamento, confeccionados no armo corrente, a população da nova Província é de 29.798 individuos sendo 7.815 homens livres, e 225 escravos; 8.772 mulheres livres, e 272 escravas; 6.776 menores cio sexo masculino livres, e 117 escravos; e do sexo feminino 5.685 livres, e 136 escravas.”

O município, como é possível vislumbrar no mapa, não era populoso, sendo mais um vilarejo com o título de cidade, do que cidade propriamente dita. Logo, seus órgãos e prédios públicos eram mais casas de taipa, rotuladas com nomes imponentes como palácio provincial, conforme citou casal Agassiz em passagem por Manaus em 1867, já citada essa passagem, anteriormente, no início desse capítulo. Por exemplo, a Câmara Municipal de Manaus, órgão máximo da administração da cidade, já ocupou o que outrora tinha sido o mercado público, localizado na Praça da Imperatriz, conforme lei n. 253 de 22 abril de 1873.

...

Art. 1º Fica transferido para camara municipal desta cidade sem encargos e ônus, o mercado publico, propriedade pronvincial, edificado na Praça da Imperatriz

....

Diante dessa carência de espaço próprio, de um Paço adequado aos trabalhos da Câmara da Capital, o poder provincial decide ordenar a construção de uma sede para tal órgão.

No entanto, quando isso aconteceu? A história não trabalha somente com dados precisos, objetivos, como realiza pesquisas cirúrgicas, pois, nem sempre o conteúdo é compreensivo, fontes históricas podem e são perdidas, ou seja, diante da lacuna de informação, qual dado expor?

Construir a história do Paço é um desses desafios em que o pesquisador se coloca diante de um paradoxo, então, diante da ausência de informações, diante apenas de fragmentos, o que fazer? No caso em questão, pesquisadores que construíram uma narrativa para o espaço elegem datas de fundação e inauguração, bem como indicam um autor para o projeto arquitetônico, e, assim, é produzido este ser híbrido, sem nome, sem genitor que o reconheça, advindo da união entre memória e história. Porém, nasce o que?

Como a intenção não é elaborar a genealogia dessa prole, nem eleger um nome para tal criatura, vamos nos ater ao fato que as informações, como a data de início das obras de sua conclusão, nome do autor do seu projeto, entre outras informações, são fruto da narrativa construída por cada autor que buscar conceber uma história para o espaço.

O Paço Municipal situa-se no início da Avenida Sete de setembro, antes conhecida com Avenida Municipal, quase as margens do Rio Negro, essa obra, é datada em vários momentos distintos, dependendo da fonte pesquisada, conforme será brevemente exposto a seguir.

Para o pesquisador Otoni Mesquita em seu livro, Manaus - História e Arquitetura (1852-1910) são possíveis vislumbrar três datas viáveis.

Primeira referência, citada pelo pesquisador, trata o projeto arquitetônico como de autoria de Leovigildo Coelho, datado de 20 de outubro de 1873, da época que era diretor da Repartição de Obras Públicas, sendo este solicitado pelo, então presidente da província, Domingos Monteiro Peixoto e que, até o dia 10 de fevereiro de 1874, nada tinha sido feito no que diz respeito ao início das obras e da sua necessidade de aprovação do governo imperial. Vale lembrar que o durante a vigência do império, salvo a regência, o governo era unitário e centralizado.

Projecto de um Palacio para o governo da Provincia
Cumprindo a ordem que recebi a 20 de outubro de apresentei a 22 de novembro um projecto para a construção de um Palacio para a presidência da prouvincia.
Calculei a despesa a faser-se em 103:113\$975 réis.
Até hoje, porem, nada ainda foi resolvido por depender de aprovação do Governo Imperial. (COELHO, 1874, p. 4).

Essa primeira datação não será considerada, visto que, como exposto em momento anterior, ocorreu um equivoco no tocante à nomenclatura das edificações, entre Palácio da Província e Paço da Câmara, esse último é o que corresponde ao Paço Municipal, atual e o primeiro, como sede do poder executivo provincial.

A segunda referência, citada pelo mesmo autor, faz alusão as seguintes datas: o projeto é de 1865, sem menção ao autor do desenho arquitetônico, e tendo a obra sida efetivada em 1871. Essas informações foram extraídas do livro Síntese histórica e sentimental da evolução de Manaus, de autoria do historiador Mavignier Castro, obra e autor devidamente citados pelo pesquisador Otoni Mesquita. Essa datação não será considerada devido à carência de informações precisas, onde não há referência ao autor do projeto, data da entrega da obra, entre outras informações, ou seja, não há citação das fontes.

A terceira referência citada menciona a data 1º de janeiro de 1874 como o de lançamento da pedra fundamental da edificação que, em 1880, atendendo a ordem do presidente José Clarindo de Queiroz, a obra sofreu alterações em seu projeto inicial, pois, não seria mais destinado a atender as demandas da câmara municipal, mas passaria a servir de Palácio da Presidência e assim o foi, até o ano de 1917. Essas informações foram extraídas do livro *O Amazonas na época Imperial*, de autoria do pesquisador Antônio Loureiro, obra e autor devidamente citados pelo pesquisador Otoni Mesquita. As informações citadas devem ser consideradas com ressalvas, visto que, constam em documentos oficiais, porém, sem maiores informações.

Essas são apenas algumas informações contidas e citadas pelo pesquisador, sendo sua obra referência sobre a história e arquitetura da cidade de Manaus.

Nesse momento, passamos palavra à própria prefeitura, o que a prefeitura sabe sobre o Paço?

Para o visitante, que adentra o que hoje abriga o Museu da Cidade, a Prefeitura de Manaus elaborou a seguinte informação ao paço municipal: “a sua construção teve início em 1875⁵⁰ e durou até 1879 bem antes das transformações urbanísticas que Manaus sofreu no apogeu no ciclo da borracha.” Essa informação se encontra disponível exposta em um mural localizado no próprio Paço Municipal, sendo acessível aos visitantes. Porém, não consta o autor do texto e nem as fontes pesquisadas, logo, não deve ser considerado como um dado histórico.

Para o presente pesquisador, a data mais precisa até o momento, não querendo dizer que seja a verdadeira, tem o dia 1º de janeiro de 1874 como o marco simbólico do início da obra, com o lançamento da pedra fundamental, de acordo com exposto na Fala dirigida a assembleia provincial do Amazonas na primeira sessão da 12ª legislatura, do ano de 1874.

Camara da Capital. Em Aviso de 30 de junho do anuo próximo communicou-me o Ministerio de Agricultura commercio e obras publicas, que S. M. o Imperador houve por bem conceder unia legua quadrada de terras, n'esta cidade, para patrimonio d'esta camara.

⁵⁰ O clico da borracha perdurou de 1870 a 1910, logo, segundo a temporalidade citada oficialmente, a construção teria vínculo com as transformações urbanísticas de Manaus. Nota do autor.

No dia 10 de Janeiro do corrente anno foi soleinnement, collocada a primeira pedra do edificio que tem de servir de paço da camara. Está sendo construído cm um terreno comprado á José Antonio Pereira Carneiro, sito na praça de Pedro 2.º entre o quartel do 3.º Batalhão de Artilharia a pé e a cadeia civil. Já estão prompts os' respectivos alicerces. (PEIXOTO, 1874, P. 43).

Outra data pode ser encontrada para a fundação do prédio: “Teve sua pedra fundamental lançada a 1º de janeiro de 1874 e finalizada em 26 de maio de 1877, em terreno à praça D.Pedro II, situado entre o quartel do 3º Batalhão de Artilharia a Pé e a cadeia, ficando prontos os seus alicerces.”⁵¹ ; conforme fala do presidente da província, Domingos Monteiro Peixoto, diante da assembleia provincial, em 1877.

Quanto ao projeto arquitetônico, a obra de Mesquita, citada anteriormente, alega que a construção é de estilo neoclássico, inspirada na obra do arquiteto renascentista Andrea Palladio (Pádua, 30 de novembro de 1508 — Vicenza, 19 de agosto de 1580); sendo interpretado pelo historiador da arte, Johann Joachim Winckelmann (Stendal, 9 de dezembro de 1717 — morreu perto de Trieste, 8 de junho de 1768). De outro modo, a inspiração neoclássica, que concebeu o prédio, já tinha passado por uma releitura da arquitetura clássica, de Andrea Palladio, que por sua vez, interpretou a construção, considerada da antiguidade clássica, com base nas suas figurações.

Ressalta se, na arquitetura de Manaus, uma tendência eclética, influência italiana, francesa e inglesa, com predomínio de elementos classicizantes, que pode ser interpretado como uma influência do Romantismo. Resgatavam-se estilos revivalistas, preferencialmente o Neoclássico. (MESQUITA, 2006, p. 333).

O projeto tem autoria atribuída ao militar Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho (Salvador, 12 de maio de 1837 — 3 de outubro de 1893), que chega a cidade de Manaus em 1861; e a execução da obra ao empreiteiro Leonardo Antônio Malcher (MESQUITA, 2006).

Porém, o pesquisador encontrou apenas a seguinte referência ao imóvel, sem referências ao autor e ao executor da obra, conforme relatório

⁵¹ Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amasonas na primeira sessão da 12.a legislatura em 25 de março de 1874 pelo presidente da provincia, bacharel Domingos Monteiro Peixoto. Manáos, Typ. do Commercio do Amasonas, 1874. p. 43.

apresentado ao sucessor, Agesiláo Pereira da Silva, o presidente da Província Domingos Jacy Monteiro, em 26 de maio de 1877.

municipaes província, em geral, ou não tem casas ou não cuidam das que tem e não se importam com os melhoramentos ao menos da sede do município. A da capital está em uma casa própria regular e tem e construção um edifício ajustado por uma soma assas avultada.⁵²

Datar a construção em questão é algo que o autor não expõe com exatidão, talvez em decorrência de vários fatores como: a ausência de políticas de preservação de documentos, a nível municipal e estadual, bem como a dificuldade ao acesso as poucas fontes existentes e passíveis de serem consultadas.

Assim, compreende-se o processo de edificação do Paço do seguinte modo: o engenheiro militar Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, pois era o funcionário do império, em decorrência da sua formação, concebeu o projeto com um desenho arquitetônico espartano, por isso o tom de sobriedade do estilo, inspirado em uma leitura que o historiador inglês, da arte do século XVIII, realizou de uma interpretação das construções Greco-romanas, realizada por um arquiteto do século XVI. Tem-se como executor da obra, Leonardo Antônio Malcher, que era funcionário do império, e todo esse processo deu-se entre os anos de 1871 e 1877. Vale ressaltar que esse histórico é uma conjectura, baseada nas fontes citadas.

Interessante ressaltar que, nas fontes consultadas, a data de início das obras são comumente citadas, conquanto, a relação referente a época da entrega da obra, fica em aberto. São citados outros eventos que ocorreram, mas não há uma data específica referente à entrega da obra.

Conhecido como “Paço Municipal”, seu verdadeiro nome é “Paço da Liberdade”, sua construção foi iniciada em 1874. Em 1879 ele passa abrigar a sede do Governo Provincial e, posteriormente, com a Proclamação da República, passa a ser utilizado como Administração do Governo Republicano. (AUBRETON, 2010, p.57).

O trabalho do historiador envolve, também, compreender que certas informações se perdem no processo. O foco da dissertação não é vasculhar

⁵² Falla com que o exm.o seño. presidente da provincia do Amasonas, dr. Agesiláo Pereira da Silva, abrio os trabalhos da 2.a sessão da 13.a legislatura da Assembléa da mesma provincia, em 4 de junho de 1877. Manáus, Typ. do Jornal do Amazonas, 1877, p.2.

arquivos, numa busca minuciosa sobre a data de início e término da obra, mas, compreender a escolha desse espaço como representante da identidade manauara. Superado o momento, mais descritivo que narrativo, vamos outro passo avante.

O termo paço é a denominação comum, dentro da estrutura colonial herdada pelo Brasil, para significar espaço destinado ao poder público, logo, existem inúmeras construções são denominadas Paço.

Esse espaço foi, originalmente, pensado para abrigar o poder legislativo municipal que, antes da construção do prédio, era alojado próximo do antigo mercado municipal, não o Adolpho Lisboa, mas, um anterior. (MESQUITA, 2006).

A finalidade da obra não se restringia apenas a abrigar um órgão público e político, mas, como já dito anteriormente, cumprir o papel de ser a presença imperial edificada, no vale amazônico. Na época, essa obra deve ter cumprido essa destinação, pois, chegou a abrigar duas telas da figura de D.Pedro II e da Princesa Isabel, que, por um motivo desconhecido, hoje se encontra no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, localizado próximo da Antiga Prefeitura.

Vale ressaltar que, a partir dos anos de 1870, a borracha começa ganhar espaço na pauta comercial de exportação. O Paço não é fruto da *Belle Époque*, pois, a sua elaboração e execução já tinham ocorrido, em um momento anterior a época da borracha (1870 a 1910); apesar de esta confusão acontecer no próprio site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ao se referir a Manaus e ao Paço.

O centro histórico de Manaus - tombado pelo Iphan, em 2012 - abrange uma área entre a orla do rio Negro e o entorno do Teatro Amazonas e ainda mantém os aspectos simbólicos e densos de realizações artístico-construtivas. Apresenta uma fração urbana formada por edificações do período áureo da borracha, mesclada a edifícios modernos e representa um dos maiores testemunhos de uma fase econômica ímpar no Brasil, quando a exploração do látex proporcionou o incremento da industrialização em escala mundial. A preservação deste núcleo, que configura o coração urbano da cidade, garante a manutenção de seu patrimônio singular e íntegro, e inclui Manaus no rol das cidades históricas do Brasil, com inscrição no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Mesmo fragmentada, Manaus ainda possui um vocabulário arquitetônico vasto e diversificado, com representação de todas as correntes ecléticas e a verticalização ainda não compromete a percepção do espaço criado

na *Belle Époque*⁵³. A cidade pode ser vista como um espaço urbano composto por monumentos, arquitetura corrente e áreas livres públicas, formando um conjunto que celebra e representa o ecletismo no norte do país.

O site contém o texto supracitado, para ao final da explanação expor a seguinte foto:



Figura 10. Praça Paço da Liberdade em Manaus (AM). Fonte: <http://portal.iphan.gov.br>

Um exemplo da borracha reescrevendo a história, no decorrer da curta estada da construção na figuração imperial, ela foi arrendada ao poder executivo provincial, no ano seguinte à conclusão da obra, a proposta é submetida à aprovação na câmara municipal e, entre os anos de 1880 a 1917, é um dos poucos prédios públicos construídos com um destino específico. Porém, em seu espaço, abrigou, por um breve período, o legislativo municipal.

A derrubada da Monarquia acompanha o crescimento de Manaus e, aos anos finais do governo imperial, é presenciado o vertiginoso crescimento da cidade. O aumento da população, novas obras públicas. A urbe manauara não quer ser mais aldeia, mas uma metrópole, ou como se referem muitos habitantes do presente, a Paris dos trópicos.

⁵³ Conteúdo disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/104.>, acessado em 17 de junho de 2018.

A construção, de um pavimento e subdividido em três seções, passa a não mais atender as demandas da cidade e a edificação passa por uma reforma, na administração do governado Antônio Constantino Nery (1904 a 1908). Vale ressaltar que na gestão de Eduardo Ribeiro (1892 a 1896), a região no entorno da construção, sofre modificações e melhorias.

Após a década de 1910, o preço da borracha despenca em decorrência da goma asiática, e a cidade entra em colapso: crise econômica, política e emocional espreitam a localidade. No comando da nação se encontra, agora, o sobrinho do fundador da República Federativa do Brasil, o Marechal Hermes da Fonseca, que, mediante o seu plano de intervenções federais, tenta solucionar a crise da economia gomífera com o anúncio de um pacote de medidas similares ao do convênio de Taubaté. Esperava-se que um dia o preço da matéria-prima voltasse aos patamares anteriores, o que nunca aconteceu.

No campo da política, buscou programar a Política das Salvações ou Salvações Iniciais, que consistia basicamente na substituição dos inimigos políticos, que se encontravam no governo, por aliados. A família Nery, desafeto do presidente, fez oposição e a cidade de Manaus foi assaltada pela Marinha, em outubro de 1910. Vale ressaltar que o Paço Municipal foi bombardeado, mas não ocupado. Marcas desse bombardeio ainda são visíveis em uma janela do Mercado Municipal Adolpho Lisboa.



Figura 12. Foto montagem, da direita para esquerda. Estado do Bazar ao final da tarde de 8 de outubro de 1910 e Paço Municipal após o bombardeio e assalto. Fonte de ambas as imagens: autor desconhecido. Via Wikimedia Commons.

Tendo o bombardeio o seguinte desfecho: Bittencourt, após a renúncia, se refugia no consulado argentino, e no dia 10 viaja para Belém, onde ficaria pouco tempo, e seria reempossado no dia 31, do mesmo mês. Após seu retorno, são abertas investigações para apurar os fatos ocorridos na cidade.

O golpe foi tramado pelo vice-governador, Sá Peixoto, por Silvério Nery, por Porfírio Nogueira e por mais seis deputados estaduais, mediante atas e telegramas falsos, regidos por facções familiares e político-militares, que apoiavam o Marechal Hermes da Fonseca, ordenadas pelo Senador gaúcho Pinheiro Machado.

Os danos provocados no Paço de Manaus foram reparados, porém, as finanças públicas começavam a entrar em declínio. O Paço é devolvido ao poder municipal, que, nesse período, exercia suas funções no antigo escritório da Companhia de Navegação da Amazônia, localizada próximo a Praça D. Pedro II, situado na Avenida Sete de Setembro n. 384, Centro de Manaus.

O Paço da Câmara passa, novamente, a abrigar o poder municipal. Vale citar que, até os anos de 1930, não existia o cargo de prefeito, a administração pública municipal era de competência do Intendente e, em outro momento, do Superintendente. Os cargos citados eram ocupados pelo presidente da Câmara Municipal, a organização política administrativa da figuração brasileira sofreu modificações, conforme podemos vislumbrar nas antigas constituições pátrias.

Mas, antes da primeira Era Vargas (1930 a 1945), a cidade de Manaus ainda vivenciou algo além da decadência do município: a rebelião tenentista de 1924, que assumiram o controle da cidade e parte do Estado (SANTOS,1985). Localmente denominado de A Comuna de Manaus, é interessante notar uma possível busca identitária com a Comuna de Paris, de 1871. O Paço Municipal de Manaus sofre novo assalto e ainda se alega, extraoficialmente, que os danos provocados pelos disparos são visíveis até hoje, uma informação sem comprovação histórica, mas parte integrante de uma memória do Paço.

Ao fim da rebelião no mesmo ano, outra toma conta da cidade, mas sem maiores danos, a Revolução de 1930, inunda a Manaus. O Paço transpõe praticamente ileso, e a troca do poder provoca poucos danos. Após, a revolução, a cidade passa, assim, como as demais capitais do Brasil, a possuir um prefeito.

De 1930 até o momento, pode-se alegar que o termo Prefeitura de Manaus passa a existir de forma efetiva no vocabulário da cidade. Outras

revoluções passariam pelo Paço, dentre elas, a que depôs o Estado Novo, em 1945. É importante destacar ainda a existência de outra edificação, o Palácio Rio Branco, próximo ao Paço, que hoje abriga um pequeno acervo histórico, mas que também é utilizado pelo prefeito Arthur Neto (2012 a 2020) para cerimônias oficiais⁵⁴, assim como o próprio Paço.

Com o crescimento da cidade de Manaus e com a inserção da figuração manauara na dinâmica da Zona Franca, nas décadas de 1960 e 1980, a urbe vivencia uma nova euforia econômica. Entre os anos de 1945 a 1960, a cidade vive certa estagnação, com exceção do período da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945); e em decorrência de demanda por borracha natural deste período.

Após esse intervalo de tempo, o eixo econômico e político da cidade muda. Em meados da década 1980, a prefeitura muda-se para a antiga Escola Técnica de Mineração Gilberto Mestrinho, localizada na Avenida Brasil, bairro da Compensa.

A prefeitura deu um passo rumo a um novo imóvel, e entre os anos 1980 a 2012, a Antiga Prefeitura passou a habitar o campo da memória, e inúmeros projetos para elaboração de um museu municipal foram realizados, Mas, esse acontecimento, foi somente em 2018, que o prédio fez seu avanço mais concreto. Porém, enquanto esse fato não ocorria, nos meados anos 90, a Antiga Prefeitura, foi abandonada, relegada ao esquecimento e a outras figurações que passaram a ocupar seu entorno como prostitutas, boates de entretenimento adulto, bares e sindicatos profissionais.

Contudo, o ano de 2012, marca uma virada na trajetória desse espaço. Com a intenção de angariar apoio da população manauara, bem como dos comerciantes do centro da cidade, que sofriam com a concorrência dos shoppings, o candidato à prefeitura, Arthur Neto, vence a pleito eleitoral e reabre o espaço, sendo uma redundância, afinal o prefeito anterior já havia realizado uma inauguração do espaço restaurado anteriormente.

Apesar das duas inaugurações, num curto espaço de tempo, e da alteração do seu nome para Paço da Liberdade, dos eventos e feiras que lhe

⁵⁴ Conteúdo disponível em: <<https://www.manaus.am.gov.br/noticia/em-pleno-domingo-prefeito-arthur-neto-faz-primeira-reuniao-com-secretariado/>>. Acessado em 14 de junho de 2018.

reforçam o nome atualmente posto, a edificação ainda está enraizada, a ferro quente, na memória da cidade e seu habitantes como a Antiga Prefeitura.

4.6 A UM PASSO DO MUSEU

Anteriormente, o autor buscou elaborar uma narrativa baseada na micro-história italiana, onde mescla memória e história em torno do espaço objeto de estudo. No último tópico da dissertação, o autor buscou expor os fatores que contribuem para que no Paço efetivamente se torne o museu da cidade de Manaus⁵⁵.

Todas as figurações têm espaços destinados a preservar certos objetos que transmitem uma mensagem, um conceito, uma identidade, podendo ser um ídolo esculpido no osso, um centro que simboliza poder ou um artefato que já pertenceu a algum antepassado, que produz e reproduz uma continuidade identitária.

Nas figurações nacionais, os museus são os espaços elaborados com a finalidade de coletar e expor uma série de objetos, que possam estabelecer algo em comum entre os seus habitantes.

No primeiro momento, apenas um gabinete de curiosidade, um coletânea de objetos quase desconexos entre si. Remotando aos séculos XVI e XVII, os gabinetes de curiosidades europeus traduzem a preocupação com a memória. Sabem-se, os homens, de sua incapacidade de guardar na memória toda a maravilha da criação divina da ação humana. É necessário contar com mecanismos que não deixem cair no esquecimento tudo o que Deus e sua criação máxima, o homem, podem fazer e conhecer. (FIGUEIREDO, 2013, p. 159).

No transcurso do processo figuracional nacional, cada alteração tecnológica, no tocante, o transporte e a comunicação, que reforce a rede estabelecida pela figuração em questão, desencadeará modificações organizacionais dos acervos e dos museus. Nos séculos XIX e XX os museus *estavam ligados pelo fio condutor de fatos, datas e personagens, tanto quanto à preservação de seus testemunhos matérias que passaram a fazer de museus e casas históricas quanto á composição do plano nacional de educação.* (GONÇALVES, 2013, p. 147).

Os museus, assim como as figurações nacionais, são interdependentes, logo, num contexto de maior ampliação da participação dos

⁵⁵ Vide o apêndice A e o item 4.7. Nota do autor.

membros das figurações nacionais ocidentais. Os museus deixaram de ser templos de culto do positivismo de grandes vultos, para serem espaços cívicos de reflexão sobre as problemáticas de identidade, uma inspiração para um futuro, críticas a lógica figuracional vigente, um elo entre o eu e o nós.

Nessa perspectiva que, o Paço Municipal, se enquadra para a categoria de espaço para o museu da cidade de Manaus. Visto que, num processo histórico, esse espaço circulou entre a história de Manaus e a memória da cidade. Tantos eventos, tantas pessoas, tantos pronomes, num único espaço, fazendo uso do princípio da circularidade, proposto por Carlo Gizburg, na sua obra *O queijo e os vermes*.

Conceito de circularidade pode ser compreendido como a capacidade das ideias circularem, entre os extratos que compõem uma figuração, não ficando restrito as uma camada localizada entre os polos da sociedade.

A antiga prefeitura circula, pois ao mesmo tempo é uma edificação imperial construída sobre um antigo cemitério indígena, que presenciou o apogeu o declínio da Manaus republicana, agora busca conceder sentido para cidade que, em decorrência do fluxo migratório, busca no passado um sentido de futuro, uma identidade.

A população fez a sua escolha cega, elegeu o Paço Municipal com seu espaço, pois, entre seus limites, circularam pessoas de todos os cantos da figuração manauara, de líderes políticos ao simples cidadão, que buscava um alvará de funcionamento ou solicitava a revisão do valor cobrado em seu IPTU.

Na contramão, da tentativa de elevar o Teatro Amazonas como ícone da cidade, a antiga prefeitura se destaca, pois, em algum determinado momento, da existência figuracional da cidade de Manaus, já tivemos que estabelecer contato aquele espaço. Não somente uma camada ou grupo social adentrou nesse espaço, como aconteceu e ainda persiste no Teatro Amazonas, pessoas circulam no Largo de São Sebastião. Mas, dificilmente adentram espaço do teatro.

Entre o indivíduo e a opulência do teatro, há todo um caminho a percorrer: os jardins, o caminhar entre colunas, e, ao adentrar, o visitante logo vislumbra, cordões de isolamento e placas com advertências, as pupilas devem ser preparadas para a luminosidade preparada para causar um

impacto e inserir o visitante a *Belle Époque*. Um passo deve ser dado, para que a borracha não mais escreva a história. Basta darmos esse Paço.

4.7 UM PASSO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA, ENTRE A LEMBRANÇA E O ESQUECIMENTO, ENTRE MANAUS E NÓS

A um passo do fim da dissertação muitos fatos, histórias, lembranças e memórias ficaram ausentes do texto, em parte devido a carência de fontes que corroborassem com a oralidade. De outro modo, no transcurso da vivência profissional do pesquisador, no objeto em questão, ou seja, no Paço Municipal, bem como, no decorrer da produção científica, muitos relatos que acabam por construir a identidade do local não foram inseridos na narrativa acadêmica. Porém, como a história e memória se entrelaçam, assim como a lembrança e o fato, alguns relatos são dignos de nota, como o exposto a seguir.

Um dos relatos que não foi analisado de modo acadêmico é o incêndio que o Paço Municipal sofreu, entre as décadas de 1920 e 1930, lembrança comum que permeia a fala dos guias do local, mas quando questionado sobre a possibilidade de comprovação, se obtém como um semblante embaraçado e rubro.

Outro fato que infelizmente não se encontra exposto ao público é a coleção dos objetos ou achados arqueológicos encontrados no perímetro do Paço Municipal. A origem do material é incerta e a datação é inviável sem os meios adequados, exceto alguns poucos objetos, como os oriundos da ocupação colonial da região.



Figura 12. Foto montagem de autoria do pesquisador. Da direita para esquerda: filtro de água datado do século XVIII, de origem americana com marcas aparentes de incêndio; fragmentos de origem nativa sem datação; garrafas de cerâmica sem datação.

O conjunto que compõe esse material se encontra armazenado em um espaço não acessível ao público, denominado sala de arqueologia.

Por último, vale ressaltar a existência inúmeras outras lembranças que carecem de estudo histórico. Há um cofre, que encontra-se fechado, dentro nos limites do prédio, alega-se que este se encontra nesse estado desde o incêndio, e que no ano de 2013 ele sofreu um atentado (o pesquisador trabalhava no espaço a época e presente *in lócus* o ocorrido): um visitante jogou alguma substância no cofre que deixou uma marca visível, porém, a identidade e a intenção do ato é desconhecida até o presente.



Figura 13. Foto do cofre localizado no Paço Municipal após o atentado, 2013. Foto de autoria do pesquisador.

Que informações existem neste cofre? Não sabemos.

Quais outros fatos e lembranças se refugiam entre as paredes do imaginário do Paço? Também não sabemos.

Então o que sabemos?

Sabemos que, apesar de tantos esquecimentos, o Paço faz parte da história da cidade e de seus personagens.

Posto isso, não há como a presente dissertação ter outro título que não seja: há um paço entre a memória e a história, entre o esquecimento e a lembrança, entre Manaus e nós manauaras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda pesquisa que utiliza, e têm como referencial teórico, o pensamento de Norbert Elias, não poderá alegar que o seu trabalho possui um desfecho. Pois, se considerar que há um deslace, significa acreditar que o processo chegou ao fim, isso diria que não haveria novas figurações, o que é incompatível com lógica e dinâmica dos processos figuracionais, proposto por Elias.

Diante da situação acima descrita, o autor e a sua respectiva pesquisa declaram que, buscaram compreender parte do processo de construção da memória identitária, da cidade de Manaus, baseado da relação entre os pronomes pessoais eu e nós, no espaço denominado Paço Municipal.

No transcurso do desenvolvimento da elaboração da dissertação, o termo memória passou a se relacionar com a neurociência. Visto que, comumente, no mundo dos trabalhos científicos da área de humanas, o tema abordado no primeiro capítulo é de domínio do campo social, como se as lembranças fossem algo destacado do corpo biológico.

A relação entre o biológico e o social, a relação entre a evolução e a formação da segunda natureza, devem se tornar cada vez mais objeto de estudo, por parte dos pesquisadores das ciências humanas, bem como, por acadêmicos que visam utilizar a lógica processual em suas pesquisas.

No segundo momento, a pesquisa buscou compreender através de uma anamnese social, ferramenta essa que possibilitou construção de uma pequena, mas significativa biografia de Norbert Elias. Visto que, se tornou necessário entender o acadêmico para, assim, construir uma interdependência entre a memória e a lógica eliasiana. Ou seja, uma relação entre o biológico e o social.

Mediante o estabelecimento da conexão, entre as duas naturezas foram se desenvolvendo possibilidades de vislumbrar uma lógica para a construção da identidade e de seus símbolos socialmente elaborados mediante a relação entre memória, história, figurações, processo e identidade.

Para elaborar a seguinte síntese, a identidade dos indivíduos nas figurações está vinculada ao grau de tecnização que se encontra o processo que o civilizou. De outro modo, o conceito de identidade e a sua aproximação com os pronomes eu e nós é mediada por outros processos cegos, ao qual o indivíduo não pode assumir um controle, em longo prazo. A atomização dos indivíduos, que permeia a nossa construção identitária, é fruto de processos de avanço no conhecimento relacionado ao maior domínio das naturezas, atrelado a progressos nos meios de transporte e comunicação.

Cada novo avanço, entre os dois campos citados, novas identidades são estabelecidas, não em uma relação de causa efeito, mas uma conexão processual que, em retrospecto, tende a uma maior integração entre os indivíduos, apesar da presente atomização. Por isso, que Elias sempre ressalva que é necessário encarar o processo em períodos longos. Não em perspectiva, ontem, hoje e amanhã. Mas, em longos lapsos temporais, de centenas e até na casa dos milhares de anos.

O pensamento de Elias não é puramente abstrato, ele é prático, há o aspecto empírico. Diante dessa premissa eliasiana, a dissertação, em seu último momento, se construiu com base na metodologia da micro-história e utilizando como conceito norteador, além da teoria eliasiana, de circularidade elaborado por Carl Gizburg.

A biografia do Paço Municipal de Manaus, com intenção de revelar a rede que elaborou uma identidade nós nessa edificação, apesar de ser um imóvel, circulou por fatos históricos ocorridos na cidade de Manaus e em decorrência dessa circularidade, passou a fazer parte da memória dos indivíduos da figuração Manaus, ou seja, um espaço entre a memória e a história de uma identidade manauara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- AUBRETON, Thérèse. **Caminhando por Manaus: cinco roteiros históricos da cidade**. 2ª ed. rev. Manaus: Editora INPA, 2012.
- AULETE, Caldas. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012
- BADDELEY, Alan; ANDERSON, Michael C.; EYSENCK, Michael W.; **Memória**. 1ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2011.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- BOTELHO, Angela Vianna. **Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império**. 5. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 1ª ed., 3ª Reimpressão, São Paulo, Contexto, 2016.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- _____, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- _____, Carlo. **O mito e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre a história e a ficção**. Tradução Guilherme João de Freitas. 2. ed.; 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CORRÊA, Antônio Carlos de Oliveira. **Memória, aprendizagem e esquecimento: a memória através das neurociências cognitivas**, 1ª ed. São Paulo, Atheneu, 2010.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora: Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. 1ª ed. Lisboa, Editora: Edições 70, 1980.
- _____, Norbert. **O Processo Civilizador – Volume 1**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.
- _____, Norbert. **O Processo Civilizador – Volume 2**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.
- _____, Norbert. **Escritos e ensaios**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- _____, Norbert. **Sociedade dos Indivíduos**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.
- _____, Norbert. **Teoria Simbólica**. 1ª ed. Oeiras, Celta, 1994.
- _____, Norbert. **Sobre o tempo**. 1ª ed. Oeiras, Celta, 1994.
- _____, Norbert. **Ensaio e Escritos – Volume 1**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.
- DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. 1ª ed. São Paulo, 2013.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. 1ª ed. São Paulo: Fino Traço Argvmentvm, 2013.

FOSTER, Jonathan K. **Memória**. Tradução Camila Wener. 1ª ed. Porto Alegre, L&PM Editores, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e a análise do eu**. 1. ed.; 2ª Reimpressão, Porto Alegre, Editoria: L&PM Pocket, 2016.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história**. 1ª ed. São Paulo, Editora: Rocco, 1992.

GARCIA, Etelvina. **Manaus, referências da História**. 3ª Ed. rev. Manaus: Norma Editora, 2014.

GONÇALVES, Betânia, VIDAL, Diana Gonçalves. (orgs). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2ª. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos / Regina Abreu, Mario Chagas (orgs.)** 1ª. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. São Paulo, Editora: Vértice, 1990.

HARARI, Yuri. **Sapiens – Uma Breve História da Humanidade**. 1ª ed. Porto Alegre, L&PM Editores, 2015.

HOBBSAWN, Eric. **A invenção das tradições**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora: Paz e Terra, 2002.

HOBBSAWN, Eric. **O breve século XX**. 3ª ed. São Paulo, Editora: Companhia de bolso, 2012.

ISSAC, Newton & LEIBNIZ, Gottfries Wilhelm. **Os Pensadores: Newton - Leibniz** Vol 1. Tradução: Carlos Lopes de Mattos e outros. São Paulo: SP, 1980.

IZQUERDO, Ivan. **A arte de esquecer: cérebro e memória**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Vieira et Lent. 2010.

IZQUERDO, Ivan. **Memória**. 1ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2011.

JUNG, Carl G. **O homem e seus símbolos**. Concepção e organização Carl G. Jung. Tradução de Maria Lúcia Pinho. 3ª ed. Rio de Janeiro, HarperCollins Brasil, 2016.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Amazonas na Época Imperial**. Ed. Comemorativa 45º aniversário de T. Loureiro Ltda. Manaus, 1989.

_____, Antônio José Souto. **Breve síntese da História do Amazonas**. Ed. Comemorativa 45º aniversário de T. Loureiro Ltda. Manaus, 1989.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica**. 1ª ed. 1ª ed. Manaus, Valer, 2015.

MARQUES, Juliana Bastos. **Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

MESQUITA, Otoni. **Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)**. 1ª ed. Manaus, Editora: Valer, 1999.

OLIVEIRA, Mônica Ribeira de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-história**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 2. ed., 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PLUTARCO. **Vidas paralelas: Alexandre e César**. 1ªed. Edição de bolso. Porto Alegre: L&PM, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUINTEIRO, Tania. **Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Nobert Elias**. 1. ed., Belo Horizonte: Argvmentum. 2010.

SAMARA, Eni De Mesquita; SILVEIRA, Ismênia; TUPY, S. T. **História, documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus, Suframa, Ed. Calderado, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI – No loop da montanha russa**. 2ª ed. São Paulo, Editora: Companhia das Letras, 2010.

SILVA. Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 1996.

SILVA. Renan. **Lugar de Dúvidas: sobre a prática da análise histórica: breviário de inseguranças**. Tradução Cristina Antunes. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. 2ª ed. São Paulo. 2009.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento**. 1ª ed. São Paulo, Unesp, 2010.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Exposição apresentada ao Exm^o Presidente da Província do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, por ocasião de seguir para a mesma Província, pelo Exm^o Presidente do Grão Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar em 9 de Dezembro de 1851.

Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amazonas, no dia 1.^o de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2ª sessão ordinaria, pelo presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna, 1853.

Collecção das leis da provincia do Amazonas 1873. Tomo XXI – Parte 4ª.

Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto pelo Director das obras publicas. Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, 1874.

Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amasonas na primeira sessão da 12.a legislatura em 25 de março de 1874 pelo presidente da provincia, bacharel Domingos Monteiro Peixoto. Manáos, Typ. do Commercio do Amasonas, 1874.

Falla com que o exm.o señr. presidente da provincia do Amasonas, dr. Agesiláo Pereira da Silva, abriu os trabalhos da 2.a sessão da 13.a legislatura da Assembléa da mesma provincia, em 4 de junho de 1877. Manáus, Typ. do Jornal do Amazonas, 1877.

APÊNDICE A – PARECER TÉCNICO

PARECER TÉCNICO – DIRETORIA DE CULTURA – MANAUSCULT

ASSUNTO: Encaminhamento parecer técnico da Divisão do Patrimônio Cultural, vinculada ao Departamento de Políticas Culturais, sediada no Paço da Liberdade, sobre o **Paço da Liberdade** enquanto patrimônio histórico e da importância de se implantar o Museu da Cidade.

Todo e qualquer ato de criação, como também da própria obra, necessita de uma justificativa podendo ser essa uma imposição legal, uma obstinação personalíssima, uma necessidade pragmática ou um questionamento humano. A premissa posta é válida para a administração pública, no caso em questão, para o Poder Executivo Municipal.

Mas, como um questionamento humano pode ser utilizado como justificativa para a criação de um museu? A resposta parece não existir. Porém, ela existe, a resposta para essa questão se encontra no interior de cada ser humano, de cada habitante de Manaus.

Nós, seres humanos, possuímos a necessidade inata de buscar a origem de tudo, quando criança, busca-se saber de onde nascemos, quando jovens, busca-se saber como foi a juventude dos antigos, quando adulto, busca-se histórias familiares e enquanto cidadão da polis, a sua origem.

Os cidadãos de Manaus buscam, no contexto atual, mais que qualquer outro momento histórico vivenciado, a origem da cidade que habitam, diante de possível perda cultural oriunda das constantes levadas migratórias que a cidade abraçou desde o fim do século XX e início do novo corte temporal.

“Queremos que o hoje pequeno Museu da Cidade sirva de depositário das nossas tradições, da nossa cultura, da nossa arte; queremos que todos os homens, mulheres e crianças de nossa Manaus vejam o Museu como coisa sua, colaborando para o enriquecimento de seu acervo ainda tão pobre, zelando com carinho para que o Museu da Cidade seja realmente, a casa onde está contada a História de Manaus.

Cumprimos nosso dever e temos certeza de que os futuros Prefeitos de nossa Metrópole darão prosseguimento à obra iniciada!”(Prefácio da cartilha referente ao Museu da Cidade de Manaus, João Mendonça Furtado).

A efetiva criação de um museu a nível municipal visa não à promoção governamental do município perante o mundo interno, diante da própria população ou do mundo externo, seja ela o contexto Nacional ou Internacional, mas dar uma satisfação àquela pergunta íntima que todos nós carregamos. Jamais saberemos qual caminho o destino traçou para a nossa querida Manaus, porém, é possível tentar descobrir onde tudo começou. Afinal, como Manaus se transmutou em Manaus? Afinal, quando tudo começou?

Com esse intuito o Prefeito João de Mendonça Furtado, através da lei n° 1.616, de 17 de junho de 1982, criou o Museu da Cidade, na estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com localização no prédio s/n° na Rua da Instalação, porém o Museu nunca funcionou e referida lei está revogada. Depois de vinte anos, em 2005, o projeto do Museu da Cidade é retomado, e a ser implantado no prédio denominado Paço da Liberdade, antiga sede da Prefeitura de Manaus, assim que as obras de restauro fossem concluídas.

“Na defesa do patrimônio móvel do país o Museu se projeta como fator indispensável, repositório de seus valores culturais e naturais, que não apenas os preserva mas os recolhe, classifica, coleciona, expõe e divulga. É a casa de cultura por excelência, aberta à comunidade, em que todo setor de atividades, aspecto da história política, social e intelectual, ou manifestação dos fenômenos naturais podem ser focalizados e analisados, valendo-se, quando necessário, de gráficos, mapas, fotografias, moldagens e filmes para esclarecer o assunto desenvolvido através de peças originais” (Prefácio da cartilha referente ao Museu da Cidade de Manaus, João Mendonça Furtado).

Localização e tombamentos

A localização do Paço da Liberdade está situada no sítio histórico de Manaus, mais especificamente à Rua Gabriel Salgado s/n°, entre a Rua Bernardo Ramos e Avenida 7 de setembro, em frente da Praça Dom Pedro II, Centro, antigo bairro de São Vicente. A Lei Orgânica do Município de Manaus de 05 de abril de 1990 estabelece:

*“Tem-se por **sítio histórico da cidade** o trecho compreendido entre a Avenida Sete de Setembro até a orla do Rio Negro, inclusive Porto Flutuante de Manaus, Praças Torquato Tapajós, 15 de Novembro e Dom Pedro II, Ruas da Instalação, Frei José dos*

Inocentes, Bernardo Ramos, Av. Joaquim Nabuco, em toda a sua extensão, Visconde de Mauá, Almirante Tamandaré, Henrique Antony, Lauro Cavalcante e Governador Vítório” (Artigo 235, § 2º).

“Fica tombado, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, a partir da data da promulgação desta Lei, o centro antigo da cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé do Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant (Artigo 342).

O Centro de Manaus foi tombado também pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no ano de 2010, nas áreas que compreende entre as avenidas Luiz Antony, Leonardo Malcher, Monsehor Coutinho e 7 de setembro.

O Paço da Liberdade é considerado como “parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Manaus” pela lei municipal nº 565 de 26 de maio de 1956.

Memória e História

Prédios, assim como pessoas, possuem vida, memória e até mesmo sentimentos para os mais românticos. Uma construção que simboliza o pensamento, há pouco descrito, é a Antiga Prefeitura que o executivo municipal insiste em rotular como Paço da Liberdade, nomenclatura que nunca fará parte do imaginário popular dos manauaras, porque esse a Antiga Prefeitura já não pertence ao executivo municipal, mas ao imaginário do povo manauara, ou seja, já virou história que se conta “de boca a boca”.

Construção essa localizada em terreno doado pela Majestade, o Imperador Dom Pedro II nos idos da década de 1860, para o legislativo municipal, em vista, da enorme carência orçamentária que Manaus se encontrava e também pelo o fato da câmara municipal exercer seus labores no mesmo local destinado ao mercado público municipal, não o famoso Mercado (Adolpho Lisboa), mas o mercado localizado na antiga Praça da Imperatriz.

Vale ressaltar que entre 1865 a 1870, o Império do Brasil lutou a maior, a mais sangrenta e a mais longa de todas as guerras do continente sul-americano. Conflito esse que deu origem ao sentimento de nação a todos nós brasileiros, bem como da necessidade de fincar o Estado Imperial Brasil nos mais recantos do seu território, no caso em questão, o mundo

amazônico. Vista às pressões políticas e militares peruanas pela demarcação das fronteiras entre as nações e as pressões internacionais pela abertura da bacia do rio Amazonas ao comércio nacional.

O ano de 1870 pode ser considerado o marco do ingresso de Manaus na órbita brasileira, período em que se inicia a obra da sede da câmara municipal. É também o ano de ingresso da cidade no contexto neocolonialista do século XIX, momento esse em que na pauta de exportação um produto tido anteriormente como sem destinação começa a ter grande valor, a borracha.

Manaus vive a magnificência elástica do látex entre 1870 a 1910, contexto esse em que as grandes obras tomam espaços, realinhamento urbano, novas praças, novas igrejas, novos prédios públicos de imponência nunca testemunhada em tão recanto do mundo. Pobre destino a sede da Câmara Municipal teve nesse momento, cedido ao poder executivo provincial e em seguida estatal foi por muito tempo, um prédio burocrático sem o glamour do Teatro Amazonas ou do Palácio da Justiça, o “primo pobre” das grandes obras públicas, destinado ao enfadonho trato administrativo governamental.

Decorrido quase cinquenta anos contados do marco inaugural das obras de sua edificação, essa construção passou aos domínios do que viria a ser o executivo municipal, visto que até a Constituição de 1934, inexistia como ente federativo o executivo municipal. Por mais de oitenta anos, essa é a história, grosso modo, do prédio da Antiga Prefeitura ou do Paço Municipal como forçosamente e forçadamente o querem rotular, após o restauro, decorrido do abandono que sofreu após a redemocratização.

Posto isso, surge duas indagações: como um prédio que pode ser considerado como o “patinho feito” das construções históricas de Manaus deve ser eleito como o palco do Museu da Cidade de Manaus? Qual a conexão entre o proposto no início desse subitem com a referida construção em debate?

Para ambas as questões uma só resposta. O estilo arquitetônico do prédio da Antiga Prefeitura não afronta o cidadão, em comparação a ostentação do Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça ou da Polícia, é uma construção simples, sem os excessos do ecletismo. Quando um modesto cidadão vislumbra a Antiga Prefeitura é dominado pela sensação de simpatia, pois, o

traçado é simples e irregular, assim como o da sua moradia. Em uma visita é perceptível a irregularidade dos traçados, os anexos construídos em momentos diversos, como o anexo edificado na gestão de Constantino Nery. Como a moradia de muitos cidadãos de Manaus, as famosas “casas de pobre”, um puxadinho ali, um prolongamento acolá.

O mesmo cidadão ao vislumbrar o Palácio Rio Negro se sentirá afrontado e envergonhado, construção essa que possui uma barreira física imponente logo na sua entrada, possui também uma barreira simbólica, pois, um cidadão munido de trajes modestos será alvo de inúmeros olhares em seu longo caminho entre o portão de entrada e a porta de acesso ao centro cultural ali entrincheirado.

O Paço da Liberdade não possui muros ou alguma barreira física, não transmite a sensação de baluarte cultural destinado aos cultos, aos nobres e doutos intelectuais manauaras. Suas janelas dão de encontro com a população, da praça vislumbra-se o seu interior. Suas cores acalmam a alma e convidam todos os cidadãos a adentrarem na sua história, afinal o Paço se encontra a apenas a um passo de todos.

Ao adentrar nesse espaço qualquer cidadão será tocado pela áurea da história, será transmutado ao período pré-colonial, devido o prédio se localizar em um sítio arqueológico, será testemunha do desembarque dos fuzileiros navais em 1910 que assaltaram o Paço, ouvirá os discursos inflados oriundas da comuna de Manaus de 1924, lerá os discursos de Alfredo Augusto Ribeiro Junior, em prol da população:

“O nosso objetivo é, exclusivamente, cooperar nessa gigantesca e sacrossanta cruzada de beneficiamento para o país e de liberdade para o povo... Este formoso e exuberante elemento da Federação Brasileira não podia, assim, escapar à ação destruidora desses enodoadores e vendilhões da Pátria... E o meu governo, originário dessa peleja, ardorosa e pertinaz, que se encadeia pelo território brasileiro, com um turbilhão de energias combativas que despertam não poderá senão ser um reflexo seguro desse mesmo ardor que na memorável noite do dia 24 de julho (SIC), nos animou, nos rapidíssimos lances de uma pequenina refrega.” —
BITTENCOURT, Ângelo. "O Momento Histórico", Boletim Maçônico, ago/set de 1924.

O cidadão também caminhará pelas marcas das revoluções, golpes e disputas políticas como a revolução ou golpe de 1964 e intervenção estadual sofrida pelo município em 1989. Todo esse caminhar político e histórico terá a companhia das nossas tradições e manifestações culturais. Desde musicalidade local, passando pelas manifestações corpóreas, finalizando nas manifestações literárias. Afinal, o Paço sempre se encontrará a um passo de todos nós.

Edificação, Arquitetura e Restauração

O Paço da Liberdade foi construído para ser o Palácio da Presidência da Província, conhecido popularmente, depois da Proclamação da República, como Palácio do Governo e depois como Paço Municipal. Sua arquitetura do prédio é marcadamente neoclássica, sendo um dos raros monumentos no Brasil que manteve seu estilo após a Proclamação da República, quando foi adotado o gosto eclético nas construções.

O início da construção se deu em 1874, bem antes das transformações urbanísticas que Manaus sofreu no apogeu do Ciclo da Borracha. Em 1905, o prédio passou por uma ampliação no governo de Constantino Nery. E em 1937 sofreu um incêndio causando muitos danos à sua estrutura, como por exemplo, o desmoronamento do teto. Depois de reconstruído, integrou as repartições públicas do município até 1995. Depois o prédio ficou fechado até o início dos trabalhos de restauro com investimento do Programa Monumenta, do governo federal.

No ano de 1994, o então prefeito de Manaus, Amazonino Armando Mendes, em parceria com a IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil, firmou uma proposta que tinha o propósito de revitalizar toda a área por onde se iniciou o processo de ocupação urbana da cidade de Manaus.

Após a realização de um concurso público para a contratação de arquitetos, iniciou-se o plano de revitalização do Paço da Liberdade, da Praça Dom Pedro II e do seu entorno.

Ainda em 1994 o governo municipal assumiu o compromisso com a revitalização e a preservação do patrimônio histórico e cultural, qualificando a cidade de Manaus para receber recursos do Monumenta, o programa de recuperação do patrimônio histórico brasileiro do governo federal, financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em 2004 o ministro da cultura Gilberto Gil e prefeito Alfredo Nascimento assinaram o convênio de financiamento do programa Monumenta para dar início à execução da obra, que

passou a ser coordenada pela Manaustur por meio da UEP Manaus, a Unidade Executora de Projetos.

A execução da obra, de restauro do prédio, teve início durante o mandato do prefeito Serafim Correa em 2005. Durante uma intervenção no subsolo foram encontrados artefatos arqueológicos, o que levou o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a embargar a obra. Este fato propiciou o evidenciamento de uma pesquisa arqueológica mais aprofundada. Esta pesquisa arqueológica realizada no Paço possibilitou o entendimento de sua construção, que resulta das concepções ideológicas, políticas e simbólicas, revelando o seu valor histórico e cultural.

Em 2009 as obras de restauro foram interrompidas, pois a construtora responsável pela obra não quis levá-la adiante e a Prefeitura de Manaus teve que realizar uma nova licitação para que a mesma fosse retomada.

A finalização de todo o processo de recuperação do Paço da Liberdade só ocorreu após dezoito anos do início do projeto. Sendo a primeira entrega da obra de restauro durante o mandato de Amazonino Armando Mendes em dezembro de 2012, e a entrega definitiva da obra ocorreu no dia 11 de abril de 2013 na gestão do atual prefeito Arthur Neto.

Patrimônio Arqueológico

O Paço da Liberdade tem relevância cultural por se tratar de um espaço físico que apresenta dois segmentos da arqueologia: pré-colonial, emergente no Brasil na década de 1990, por se entender que o prefixo “pré” antecederia a história admitida somente após o surgimento da escrita; e histórica, que no Brasil surgiu por volta dos anos de 1960, muito embora na Europa já estivesse em franca expansão. Durante as intervenções no subsolo, ocorridas quando das obras de reforma no ano 2007, o potencial arqueológico do Paço revelou urnas funerárias e outros fragmentos cerâmicos.

Os trabalhos técnicos realizados no âmbito da pesquisa em arqueologia voltados ao Paço convergem para que o espaço histórico seja direcionado para a guarda do material arqueológico, quer seja como museu, quer seja como laboratório e reserva técnica. Isto porque, emana do mesmo uma idiosincrasia arquitetônica e arqueológica que representam a historicidade manauara. A área em questão é um sítio arqueológico, e nessa perspectiva a arqueologia busca contar os processos culturais que constituem a história das sociedades do passado e das

sociedades contemporâneas, por meio dos testemunhos arqueológicos que são encontrados em diferentes níveis de conservação. Para Childe (1977),

“os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da ação humana, ou melhor, são os restos materiais da conduta humana” (p.10).

O reconhecimento do potencial cultural existente no Paço se deu através do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) imposto pelo Ministério Público Federal em 2008, devido à presença dos vestígios arqueológicos e a falta de ações adequadas para estudo e conservação naquele momento. Este Termo previa a elaboração de um acervo com estudos antropológicos e arqueológicos, uma reserva técnica que tivesse condições de receber o material exumado, a apresentação de um projeto para os espaços do museu (até então seria ainda o Museu da Cidade), um estudo histórico do edifício, destinação de ala para exposição do acervo, além de atividades voltadas para educação patrimonial, que foram realizadas na época com a equipe responsável pelas obras de restauração, assim como elaboração e entrega de cartilhas sobre o patrimônio.

Parte das ações previstas pelo Termo de Ajustamento de Conduta foi realizada, como por exemplo, a sala PM 118 que possui a escavação arqueológica com vários extratos ocupacionais, exposta. Porém, para que o Paço possua uma reserva técnica e um laboratório devidamente autorizados para funcionamento, é necessário que, este, torne-se uma instituição, o Museu da Cidade. Como essas ações deixaram de ser implementadas, no último bimestre de 2013, através de decisão judicial, o TAC perdeu sua validade, dando espaço às novas orientações e, ao que compete à arqueologia, um projeto de exposição deve ser elaborado para o acervo exumado, inclusive com a possibilidade de musealização *in situ* (este já existente). Porém, o Paço da Liberdade não existe enquanto instituição museal.

É nítido o potencial cultural existente no Paço. Atualmente, o espaço conta com um número considerável de visitantes (10 por dia) sem divulgação alguma, sem se tratar de instituição. Se as ações previstas no TAC e na decisão judicial forem implementadas, lembrando que para tanto é necessário o Museu da Cidade, não só teremos mais um espaço cultural, mas também, o primeiro Museu da Prefeitura.

Situação judicial

O Paço da Liberdade, subordinado à administração municipal, apesar de ser patrimônio da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – MANAUSCULT, possui um processo de número 2004.32.00.001949-2 que tramitou na 7ª Vara Federal – Ambiental e Agrária sentenciando a MANAUSCULT e outros entes públicos (Município de Manaus e IMPLURB), bem como o IPHAN na sua *aliena e*, a cumprirem o que estipulado pela sentença proferida pela douta magistrada. Porém, nada foi produzido de efetivo no sentido de desonerar a MANAUSCULT da multa imposta de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), dia por descumprimento de sentença judicial transita e julgada em definitivo.

A obra de restauro do prédio histórico Paço da Liberdade foi entregue no dia 11 de abril de 2013. Os projetos de destinação dos espaços de exposição e de reserva técnica ainda não estão prontos devido à indefinição em relação ao destino do prédio. Atualmente está a definir o espaço do Laboratório de Arqueologia, que ainda não tem autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para seu funcionamento e para guarda do material arqueológico. Apesar de sentença ser datada do dia 11 de abril de 2012.

Educação Patrimonial

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o conceito de educação patrimonial é entendido como “os processos educativos formais e não formais que tem como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação” (p.5, 2013) e ainda, “todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pelo diálogo entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas” (p.5, 2013).

De acordo com a lei nº 12.343/2010 que rege o Plano Nacional de Cultura – PNC:

Art. 3o Compete ao poder público, nos termos desta Lei...

IV - proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a

abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;

V - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural; a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais; e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;

VI - garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

VII - articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras; (BRASIL, 2010).

Assim sendo, as ações de Educação Patrimonial promovem a mudança da percepção da realidade em uma comunidade ou grupo social em relação ao fomento da identidade cultural dos indivíduos quer através da educação formal quer através da educação não formal, estimulando tanto o interesse de grupos e comunidades pela conservação e fruição de suas identidades culturais, quanto os questionamentos e reflexões sobre seus valores, sua manutenção e sua preservação. Tais ações são parte indissociável do processo de desenvolvimento do sentimento de pertencimento, cumplicidade e legitimidade na defesa, conservação e preservação do patrimônio cultural.

No município de Manaus, a história mostra que ações de educação patrimonial estiveram sempre diluídas entre as demais atividades que foram desempenhadas ao longo de gestões passadas. Dentre essas ações, podemos citar como exemplo o II Encontro do Patrimônio Cultural, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, ocorrido no período de 06 a 10 de novembro de 2007, realizado pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural da SEMC – Secretaria Municipal de Cultura - e que objetivou a realização do mapeamento das referências culturais da zona rural e assim, elaborar material (cartilha) a ser usado como parâmetro para estudos e intervenções com vistas à preservação do patrimônio cultural. No entanto, tomando os conceitos oficiais sobre a importância da educação patrimonial, podemos entender que a falta de uma

organização mais direta para lidar com as ações relativas à consolidação e à valorização das identidades e referências culturais pode ter contribuído para que os resultados não tenham se consolidado como desejado.

Com a conclusão do restauro do Paço da Liberdade, em abril de 2013, aumentaram, exponencialmente, as possibilidades de ações mais efetivas de educação patrimonial, haja vista a própria característica do local, que reúne aspectos primordiais da história e das culturas locais. Entre as mais expressivas podemos citar o Programa “Dia de Portas Abertas”, que possibilitou o restabelecimento da proximidade da população com seu patrimônio, através da visita dirigida, como a participação de excursões de escolas, turistas e população em geral, e que mostrou, além da história, detalhes do processo de restauro.

Com o término do Programa, foi inaugurada, no mês de novembro, a “Exposição Tiago de Melo”, que reúne obras que do período ditatorial brasileiro em que o artista esteve exilado, a “Sala de Vídeo Arte”, que visa difundir os trabalhos já realizados dessa forma de expressão artística e cultural, além da inauguração da “Pedra Fundamental Pinacoteca de Manaus” que traz uma mostra da produção de diversos artistas amazonenses, todas ainda em funcionamento e que contribuem significativamente com a proposta de fortalecimento da educação patrimonial.

Além dessas exposições, ainda foram realizadas oficinas com os operários das empresas envolvidas no processo de restauro do Paço em 2008. Outras atividades estão programadas para acontecer junto aos servidores da MANAUSCULT, e também com professores da rede pública de ensino, em parceria com a Secretaria municipal de Educação – SEMED. Parceria essa que já começa a render frutos, uma vez que junto à Gerência de Tecnologia Educacional, elaborou jogos educacionais que tratam de aspectos do nosso patrimônio cultural. Outras atividades estão programadas, tendo como objetivo principal dar movimentação ao centro histórico, e ao seu principal e mais antigo monumento, o Paço da Liberdade.

Assim, a partir da criação da pasta de Educação Patrimonial em 2013 na MANAUSCULT, aumentou as possibilidades de ações mais estruturadas e perenes. E a reativação do Paço significa um polo de difusão, fortalecimento das referências culturais e do patrimônio histórico, cumprindo com o que rege a Lei nº 12.343/2010 do Plano Nacional de Cultura – PNC, através da estruturação de efetivas políticas públicas de educação patrimonial.

Conceitos de Museu e proposta do Museu da Cidade de Manaus

O conceito mais usual de Museu é definido como:

Os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes (Conselho Internacional de Museus – ICOM).

Segundo a Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, conceitua Museu como:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Para que haja a criação do Museu da Cidade necessita: elaboração do plano museológico, projeto museográfico e execução do projeto; estabelecer uma política de aquisição de acervo; e definição de estrutura organizacional. Para que tudo isso seja realizado dentro das normas e técnicas, há a necessidade da criação da lei do Museu, para que essa futura instituição museal exista de direito, contratar pessoal e obter dotação orçamentária, e para posteriormente, ser aprovado o seu estatuto ou regimento, como orienta o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, Conselho Internacional de Museus – ICOM (International Council of Museums), e Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que Institui o Estatuto de Museus.

Para devidas finalidades de um Museu e segundo o Ante-Projeto Museológico do Museu da Cidade redigido em 2005, segue a proposta do objetivo institucional do futuro Museu da Cidade:

Preservar, expor, difundir e pesquisar a história da cidade de Manaus, em seus múltiplos aspectos, através de atividades pertinentes à área museológica, promovendo o conhecimento

sobre a cidade e colaborando para a valorização cultural da mesma.

E suas competências:

I - coordenar as atividades museológicas e museográficas inerentes ao museu histórico;

II - identificar, adquirir, pesquisar, documentar, preservar e expor acervos com o objetivo de salvaguardar e difundir a história e as culturas da sociedade manauara;

III - tornar o espaço museológico um centro de investigação, de pesquisa, de restauro e de recuperação da cultura material da área que compreende o sítio histórico da cidade de Manaus;

IV – proporcionar ao visitante em geral a percepção da história social, cultural, científica e econômica de Manaus, por meio de objetos ou demonstrações de manifestações imateriais, a fim de compreender o passado, entender o presente e projetar o futuro;

V - dinamização do espaço museológico no sentido de desenvolver atividades educacionais e culturais;

O Paço pode sediar o futuro Museu da Cidade, para suprir a necessidade de um espaço municipal que possa preservar e divulgar o patrimônio cultural do município, visando demonstrar a história da cidade. O museu pode contar com espaços de exposições, longa duração e curta duração, arqueologia *in sítio*, salão nobre, ateliê de restauro, laboratório de arqueologia, setor de pesquisa, setor de museologia, café e salão multiuso. Tudo isso para demonstrar às gerações atuais e vindouras, os testemunhos materiais e imateriais que retratam a vida cotidiana, as identidades e as culturas das gerações anteriores e atuais da cidade de Manaus.

Diante os fatos, verificando a atual situação, observa-se que o objeto está em conformidade com a finalidade e competências desta Fundação, bem como o **interesse público em criar o primeiro Museu do poder municipal.**

Pelo exposto, encaminho documentações em anexo.

É O PARECER, SALVO JUÍZO, E QUE SUBTEMOS À SUA APRECIÇÃO.

Manaus, 11 de março de 2014.

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Mikael Moisés Pires Lindoso

Historiador, Esp.

Responsável Técnico – Patrimônio Histórico

Vanessa de Carvalho Benedito

Arqueóloga

Responsável Técnico – Patrimônio Arqueológico

Rila Arruda da Costa

Cientista Social, Msc.

Responsável Técnico – Patrimônio Imaterial

Francinézio Lima do Amaral

Cientista Social, Msc.

Responsável Técnico – Educação Patrimonial